

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

ANDRÉ LUIZ CRUZ TAVARES

**A PRESENÇA DA HISTÓRIA ANTIGA
NOS
COMPÊNDIOS DIDÁTICOS DE
HISTÓRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA
E A
CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NACIONAL**

FRANCA

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

ANDRÉ LUIZ CRUZ TAVARES

**A PRESENÇA DA HISTÓRIA ANTIGA
NOS
COMPÊNDIOS DIDÁTICOS DE
HISTÓRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA
E A
CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NACIONAL**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca, como pré-requisito para a obtenção de título de Doutor em História, **Área de Concentração:** História e Cultura Política. Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Margarida Maria de Carvalho. Co-orientador (a): Prof.^a Dr.^a Márcia Pereira da Silva.

FRANCA

2012

ANDRÉ LUIZ CRUZ TAVARES

**A PRESENÇA DA HISTÓRIA ANTIGA NOS
COMPÊNDIOS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA PRIMEIRA
REPÚBLICA E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NACIONAL**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof.^a Dr.^a. Margarida Maria de Carvalho – UNESP/Franca

1º Examinador: Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari – UNICAMP

2º Examinador: Prof.^a Dr.^a Renata Senna Garraffoni – UFPR

3º Examinador: Prof.^a Dr.^a Denise Aparecida Soares de Moura – UNESP/Franca

4º Examinador: Prof.^a Dr.^a Claudia Beltrão da Rosa – UNIRIO

Franca, 06 de Junho de 2012.

**Dedico aos
meus pais, Mauro e Janete**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pelo apoio e suporte material indispensáveis para a confecção da presente tese e pelas diversas oportunidades oferecidas para a divulgação dessa pesquisa.

Meus agradecimentos à Prof.^a Dr.^a Margarida Maria de Carvalho, minha orientadora do Doutorado, pela oportunidade, pelo respeito, pelo conhecimento compartilhado e, sobretudo, pela amizade e pelo constante incentivo profissional e pessoal. Minha total gratidão, hoje e sempre.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Márcia Pereira da Silva, minha co-orientadora do Doutorado, pela supervisão e orientação na produção dos textos que tratam sobre a História brasileira, pelas produtivas sugestões e pelo rico aprendizado.

Agradeço à minha família pelo apoio e pelo carinho oferecido durante todo o percurso dessa fase da minha vida: meus estimados e amados pais, Mauro Tavares e Janete Cruz Tavares, meu insubstituível e querido irmão, James Cruz Tavares, e meus adoráveis sobrinhos e afilhados, Júlia e Pedro Alexandrino Tavares, minhas eternas fontes de inspiração. A base sem a qual nada seria possível.

Meu agradecimento especial à Michele Aparecida Tertuliano Cavatão, pelos momentos alegres, pela compreensão nos momentos difíceis e pelo constante incentivo. Sua presença em minha vida é uma dádiva; seu amor foi e sempre será minha fortaleza.

Agradeço a todos os colegas de orientação e de profissão pela convivência e pelas experiências compartilhadas.

A todas as pessoas e profissionais que, de alguma forma, contribuíram para a realização dessa pesquisa.

“O mais forte nunca é suficientemente forte para ser sempre o senhor, se não transforma sua força em direito, e a obediência em dever”

Jean-Jacques Rousseau

TAVARES, André Luiz Cruz. **A Presença da História Antiga nos Compêndios Didáticos de História da Primeira República e a Construção Identitária Nacional**. 154 f., 2012. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

RESUMO

A proposta da tese é analisar o uso da Antigüidade Clássica pela História nos compêndios didáticos de História Universal utilizados pela rede de Ensino pública e privada Secundária durante a Primeira República brasileira (1889-1930). Epistemologicamente, a História da Antigüidade rompe com os modelos descritivos e normativos usualmente aceitos pela historiografia nas últimas décadas e expande seus limites até a contemporaneidade, na tentativa de evidenciar a apropriação de elementos do Mundo Antigo, em especial aqueles vinculados à História Romana Antiga, para a construção de novas representações da memória nacional no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Além disso, a tese também propõe uma ponte interdisciplinar inédita entre a História Antiga Romana, a História Política da Primeira República e a História da Educação do Brasil, com o objetivo de evidenciar as características do saber histórico vivenciado nas redes de instrução do período e sua relação com as propostas identitárias republicanas que floresceram nos primeiros anos da República no Brasil.

A Primeira República brasileira foi marcada pelo domínio político das oligarquias estaduais, principalmente daquelas diretamente vinculadas à produção e exportação do café. Após a Proclamação em 1889, a educação das crianças e dos jovens passou a ser um dos novos desafios para o recém-instaurado regime republicano. Acreditamos que os Estudos Clássicos não cumpriram somente sua função pedagógica neste contexto. O conhecimento, via de regra, está direta e organicamente relacionado ao poder, seja para atender certos interesses dentro de suas respectivas formações sociais, seja para legitimar ideologicamente um determinado *status quo* político. O conhecimento histórico, dessa forma, é criado em meio à essas demandas, interesses e pressões geradas pela sociedade real, geralmente calcadas em interesses materiais individuais e/ou coletivos, podendo ser reinventado para atender os interesses daqueles que procuram se beneficiar dessa reinterpretção histórica do passado.

Dentro dessa abordagem, a Antigüidade Clássica e seus conteúdos serviram como fonte instrumentalizada de legitimação das novas instituições políticas vigentes durante a Primeira República, sendo a proposta dessa tese relacionar, de forma inédita, essa instrumentalização com a construção de novos ideários identitários nacionais que surgiram nesse período.

Palavras-chave: História Romana – Primeira República – Educação - Usos do Passado.

ABSTRACT

The proposal of the thesis is to analyze the use of Classical Antiquity by the history in Universal History textbooks used by the public and private secondary education network during the First Brazilian Republic (1889-1930). Epistemologically, the Ancient History breaks with the normative and descriptive models, usually accepted by the historiography in recent decades, and expands its boundaries up to contemporary times, in an attempt to mark the appropriation of elements of the ancient world, especially those linked to Ancient Roman History, to the construction of new representations of national memory of Brazil in the early decades of the twentieth century. Furthermore, the thesis also proposes an unprecedented interdisciplinary bridge among the ancient Roman History, the Political History of the First Republic and the History of Education in Brazil, aiming to highlight the characteristics of historical knowledge experienced in the networks of instruction in this period and its relationship with the republican identity proposals that flourished in the early years of the Republic in Brazil.

The first Brazilian Republic was marked by the political dominance of the state oligarchies, especially those directly linked to production and export of coffee. After the proclamation in 1889, the education of children and young people has become one of the challenges to the newly established republican regime. We believe that the classical studies have not fulfilled only their educational role in this context. Knowledge, as a rule, is directly and organically related to power, either to serve certain interests within their respective social formations, or to ideologically legitimize a certain political *status quo*. Historical knowledge, thus, is created in the midst of these demands, interests and pressures generated by the royal society, often modeled on individual and/ or collective material interests, being reinvented to meet the interests of those who seek to benefit from this historical reinterpretation of the past.

Within this approach, classical antiquity and its contents served as an instrumentalized source to legitimize the new political institutions prevailing during the First Republic, and the proposal of this thesis is to relate, in an unprecedented way, this instrumentalization with the construction of new national identity idea that emerged in this period.

KEYWORDS: Roman History - First Republic – Education - Uses of the Past.

RESUMEN

La propuesta de la tesis es analizar el uso de la Antigüedad Clásica por la historia en los compendios didácticos de la Historia Universal utilizados por la red de Enseño pública y privada Secundaria durante la Primera República brasileña (1889-1930). Epistemológicamente, la Historia de la Antigüedad rompe con los modelos descriptivos y normativos usualmente aceptados por la historiografía en las últimas décadas y expande sus límites hasta la contemporaneidad, por el intento en evidenciar la apropiación de elementos del Mundo Antiguo, en especial a aquellos vinculados a la Historia Romana Antigua, para la construcción de nuevas representaciones de la memoria nacional en Brasil en las primeras décadas del siglo XX. Además de eso, la tesis también propone un puente interdisciplinar inédito entre la Historia Antigua Romana, la Historia Política de la Primera República y la Historia de la Educación en Brasil, con el objetivo de evidenciar las características del saber histórico vivido en las redes de la instrucción del período y sus relaciones con las propuestas de identidades republicanas que florecieron en los primeros años de la República en Brasil.

La Primera República brasileña fue marcada por el dominio político de las oligarquías estaduais, principalmente de aquellas directamente vinculadas a la producción y exportación del café. Tras la Proclamación en 1889, la educación de los niños y de los jóvenes pasó a ser uno de los nuevos desafíos para el recién instaurado régimen republicano. Creemos que los Estudios Clásicos no cumplieron solamente su fundación pedagógica en este contexto. El conocimiento, por regla, está directa y orgánicamente relacionado al poder, sea para atender ciertos intereses adentro de sus respectivas formaciones sociales, sea para legitimar ideológicamente un determinado *status quo* político. El conocimiento histórico, de esa manera, es creado en medio a esas demandas, interés y presiones generadas por la sociedad real, generalmente calcadas en interés materiales individuales y/o colectivos, pudiendo ser reinventado para atender a los interés de aquellos buscan beneficiarse de esa reinterpretación histórica del pasado.

Dentro de ese abordaje, la Antigüedad Clásica y sus contenidos sirvieron como fuente instrumentalizada de legitimación de nuevas instituciones políticas vigentes durante la Primera República, siendo la propuesta de esa tesis relacionar, de manera inédita, esa instrumentación con la construcción de nuevos idearios de identidad nacional que surgieron es ese período.

PALABRAS-CLAVE: Historia Romana - Primera República- Educación - Usos del Pasado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 A PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL	25
1.1. O FIM DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A DÉCADA DE 1920.....	25
1.2. O LIBERALISMO OLIGÁRQUICO.....	28
1.3. A DINÂMICA POLÍTICA NO BRASIL DOS ANOS 1920.....	32
1.4. “OS CAÇADORES DA REPÚBLICA PERDIDA”: OS COMPÊNDIOS HISTÓRICOS F.T.D. E CORREIA / DUQUE-ESTRADA.....	41
1.4.1. A INFLUÊNCIA FRANCESA NO ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO.	41
1.4.2. A ESCOLHA DOS COMPÊNDIOS DE HISTÓRIA UNIVERSAL.....	54
1.5. ORIGENS E DADOS BIOGRÁFICOS DOS AUTORES.....	57
1.5.1. OS IRMÃOS MARISTAS E O COMPÊNDIO F.T.D. DE 1923.....	57
1.5.2. LEÔNCIO CORREIA E JOAQUIM OSÓRIO DUQUE-ESTRADA: OS REPUBLICANOS HISTÓRICOS.....	57
CAPÍTULO 2 A REPÚBLICA ROMANA ANTIGA: UMA INTERPRETAÇÃO DO SÉCULO XXI	60
2.1. OS PRIMÓRDIOS DE UMA REPÚBLICA ARISTOCRÁTICA E ESCRAVISTA: A MONARQUIA ROMANA.....	60
2.2. O FIM DA MONARQUIA E A ASCENSÃO DA REPÚBLICA.....	62

2.3. <i>A REPÚBLICA E A EXPANSÃO ROMANA</i>	64
2.4. <i>O FORTALECIMENTO DOS MILITARES DO EXÉRCITO</i>	68
2.5. <i>MARCO TÚLIO CÍCERO E A ORDEM ARISTOCRÁTICA: O PODER E A ORDEM NA REPÚBLICA ROMANA</i>	73
CAPÍTULO 3 OS COMPÊNDIOS HISTÓRICOS SECUNDARISTAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA E SUAS REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA ROMANA ANTIGA	85
3.1. <i>O LUGAR E A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA NOS COMPÊNDIOS</i>	85
3.2. <i>O PAPEL DA HISTÓRIA ROMANA ANTIGA</i>	87
3.3. <i>A DICOTOMIA: REPÚBLICA VERSUS IMPÉRIO</i>	89
3.4. <i>A “REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ROMANA”</i>	93
3.5. <i>O FIM DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ROMANA E O ADVENTO DO IMPÉRIO</i>	100
CAPÍTULO 4 MARCO TÚLIO CÍCERO: O “PAI DA PÁTRIA” E O FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL	107
4.1. <i>CÍCERO SEGUNDO OS COMPÊNDIOS</i>	107
4.2. <i>A REPRESENTAÇÃO DO “PAI DA PÁTRIA”</i>	108
4.3. <i>CONJURAÇÃO DE CATILINA</i>	112
4.4. <i>A ORATÓRIA, AS CATILINÁRIAS E O “PAI DA PÁTRIA: INFLUÊNCIAS</i>	115

4.5. O FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
BIBLIOGRAFIA.....	136

INTRODUÇÃO

Em uma palestra proferida em setembro de 2010 durante o I Colóquio Internacional/III Colóquio Nacional do LEIR (Laboratório de Estudos do Império Romano), realizado na Unesp - Campus de Franca, o Prof. Norberto Guarinello, docente da área de História Antiga da USP, ao discutir os avanços e particularidades dos estudos que envolvem o mundo mediterrâneo antigo afirmou, entre outros pressupostos, a importância de se revisar os preceitos teóricos e metodológicos que orientam os trabalhos dos antiquistas contemporâneos. Numa época dominada e sedenta por informações que, quase invariavelmente, nos remete à questões relacionadas ao poder e à importância da política, Guarinello, ao classificar nosso período como a “pós-modernidade ultra-liberal”, destacou em sua exposição uma das características mais importantes do universo político ocidental de nossa era: a recorrente necessidade de se repensar nossas “origens” e nossos valores políticos, num mundo onde a única constante é a mudança.

Se, por um momento, desviarmos nosso foco dos estudos sobre a Antiguidade e direcionarmos nossa atenção para o atual contexto político brasileiro, poderemos perceber que essas questões podem adquirir a mais destacada relevância. Nossa república, que presenciou nas últimas eleições a ascensão da primeira mulher à presidência, não poderia passar incólume por esse processo de questionamento e revisão, indiscutivelmente necessário, especialmente num período onde eclodem numerosas reflexões sobre o atual papel do Estado (no nosso caso, cada vez mais assistencialista) e sobre a conduta da nossa classe política (constantemente envolvida em inúmeros casos de corrupção revestidos, quase sempre, por uma perniciosa e resistente aura de impunidade). Na esteira desses debates, as discussões sobre o público e o privado adquirem nova relevância, bem como as discussões que tratam sobre as particularidades de nossa representatividade política e do papel da nação (o povo) no processo político nacional.

Nesse contexto, cujos questionamentos nos remetem a uma série de reflexões nos mais diferentes espaços da vida política e social brasileira, ficam algumas perguntas fundamentais, e de difícil resolução: afinal, o que é hoje a nação brasileira? Quais seriam os elementos que definem o “ser brasileiro”? Quais elementos e valores permeiam e formam nossa concepção de “pátria”? E, tratando-se do regime de governo num plano mais panorâmico, quais ditames democráticos e republicanos orientam a atual ação administrativa governamental?

Estes conceitos (nação e pátria), que ao longo do tempo apresentaram e apresentam diferentes formas e configurações, surgiram no século XVIII a partir das lutas e conflitos políticos e sociais vivenciados pelos povos europeus daquele período. Seus efeitos, contudo, influenciaram de forma indelével todo o percurso histórico do Novo Mundo, trazendo para o universo da cultura política ocidental um novo conjunto simbólico e filosófico, cuja somatória acabou sendo expressa no flexível e também transitório conceito de *Identidade Nacional*.

O conceito de Identidade tem sua essência na polissemia, ou seja, sua elaboração e definição variam conforme os valores individuais e coletivos presentes no corpo social que determinou sua origem. Assim, podemos afirmar que a identidade é um construto cultural formado por um conjunto específico de valores cujo significado e uso compartilhado é marcado por determinados códigos de auto-identificação (CASTELLS, 2003: 79). Dessa forma, é válida também a afirmação pautada na ideia de que não existe uma identidade autêntica, mas sim uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos. Apesar de sua pluralidade e variabilidade, toda identidade apresenta três fatores básicos comuns: a) a constante recorrência à utilização de relações de diferenças e semelhanças; b) sua conceituação está sempre baseada num esquema de duas dimensões (uma externa e outra interna) e c) todo construto identitário recorre à utilização de uma certa carga simbólica (mesmo sendo uma construção essencialmente racional, utiliza-se de símbolos afetivos para sua validação) (CHARTIER, 1996). Além desses fatores, devemos lembrar também que qualquer construção identitária está indissociavelmente ligada à *noção de narrativa*, em que tanto o narrador como a audiência formulam, editam, aplaudem e refutam vários elementos dessa narrativa constantemente produzida (HALL, 2004).

Tratando especificamente da formação das identidades nacionais, podemos perceber a existência de um quarto fator fundamental na sua “estrutura”: *a constante recorrência a um certo tipo de passado*. Esse passado instrumentalizado, que a partir do século XVIII passou a ser também um dos pilares dos nacionalismos contemporâneos, aparece necessariamente condicionado às expectativas dos atores sociais responsáveis pela sua elaboração. São as “tradições inventadas”, habilmente definidas por Eric Hobsbawm (2008: 9-24) como um conjunto de práticas que visa estabelecer certas normas de comportamento através da repetição, o que implica uma continuidade em relação ao passado, ou melhor, uma continuidade em relação a *um certo tipo de passado histórico*. Dessa forma, a construção de tal conjunto de normas, práticas e valores recorre invariavelmente à utilização de elementos discursivos fornecidos principalmente pela História, mas que também encontra enorme respaldo nas formulações da Geografia, da Biologia, da Memória Coletiva, das instituições, das relações de poder, dos interesses e de outros aspectos que compõem a cultura de um determinado grupo de pessoas. No plano político, a essência dessas “tradições inventadas” está umbilicalmente condicionada a um determinado *projeto de nação* do grupo ou grupos sociais defensores dessas práticas que, no tempo presente, estabelecem uma certa concepção do futuro, sem jamais deixar de justificá-la e valorizá-la com o uso de um certo tipo de passado, seja ele cronologicamente próximo ou distante dos nossos dias (ORTIZ, s/d: 15).

Dessa forma, após essa breve exposição conceitual sobre a importância das representações sobre o *uso do passado* no processo de consolidação das propostas identitárias, podemos retomar a reflexão proposta no início dessa introdução por Norberto Guarinello. Tendo em vista a importância da revisão das origens dos atuais valores e princípios políticos que norteiam a vida política brasileira contemporânea, decidimos voltar nossa atenção para o período político que, via de regra, é considerado como a fase política primordial que deu origem às atuais instituições políticas de nosso país: a Primeira República brasileira (1889-1930).

Para a grande maioria dos brasileiros que tiveram sua educação formal realizada na segunda metade do século XX, o termo “República Velha” se mostrou como um dos conceitos mais amplamente divulgados e recorrentes dentro dos estudos históricos, independente do nível de ensino. Esse termo, cuja historicidade

encontra suas origens na produção historiográfica pós-1930, foi criado com o objetivo de demarcar as primeiras décadas do sistema republicano no Brasil como um período de retumbante fracasso político, cujo desdobramento natural acabou por determinar a eclosão da ascensão de Getúlio Vargas e o fim dos governos oligárquicos dedicados à proteção da produção agrário-exportadora cafeeira.

Essa imagem pejorativa da “República Velha” estava associada a um projeto político mais amplo encabeçado e concebido pelos ideólogos do Estado Novo, como salienta Ângela de Castro Gomes (2009). Idealizada como um ato de poder, a utilização desse termo fazia parte de uma nova interpretação acerca das fases da História Republicana no Brasil, que atribuía, entre outros elementos, uma grande unidade, significação e coesão aos primeiros oito anos do governo Vargas. Nesta perspectiva, a Revolução de 1930 era entendida como um novo e grande ponto de partida na História do Brasil, rompendo definitivamente com o passado, diretamente vinculado aos erros da Primeira República: liberalismo, dominação oligárquica, fraqueza política, inaptidão, etc.. Dessa maneira, essa periodização enfatizava sobretudo duas grandes particularidades no processo político vivenciado pela nação brasileira até aquele momento: a delimitação do Estado Novo como a consagração materializada dos princípios e ideais da Revolução de 1930 e demarcação da Primeira República como um período “perdido”, uma época que, desde o seu início em 1889 teve seu destino fadado ao fracasso e ao equívoco político, uma “república que não foi”, servindo de ante-sala para a “inevitável” Revolução ocorrida em 1930.

O estabelecimento desses pressupostos na produção historiográfica brasileira condicionou durante muito tempo as análises sobre os aspectos e processos políticos da Primeira República, reverberando sua influência até nossos dias como uma interpretação quase incontestável. Entretanto, nas últimas três décadas, a produção de novas interpretações historiográficas no campo político e cultural tem resgatado esse período do esquecimento crítico e desvelado novas prerrogativas historiográficas, demonstrando que, ao contrário do que a tradição estado-novista defendia, o período da Primeira República foi marcado por ricos debates e intensas discussões sobre o processo de modernização do país.

Dessa forma, longe de ser um período de extrema letargia política e intelectual – uma “República Velha” - a Primeira República brasileira foi um

importante período de gestação, exposição e experimentação de novas e diversos projetos políticos e sociais que visavam, em última instância, a formação e consolidação de uma nova identidade nacional (moderna, cidadã e republicana) para a nação brasileira.

Entretanto, entendemos que tais propostas identitárias nacionais devem ser encaradas e entendidas como *representações* que foram formuladas a partir da relação de experiência e atividades de seus respectivos autores. De forma geral, essas representações disputavam a predominância simbólica no *imaginário coletivo político nacional*, o "local" onde as representações eram criadas, reconhecidas e expressas, e que estavam estruturadas, por sua vez, num circuito de sentidos que deveriam ser utilizados coletivamente como construtos orientadores e formadores de práticas, normas e valores (REMOND, 2003: 13-36). Tal consideração nos leva, portanto, ao reconhecimento da ideia de que o imaginário coletivo define, por meio das representações, as formas de apreensão do real e adquire o *status* de agente formador do social, seja por intermédio dos mitos, dos conceitos, dos signos linguísticos ou do conhecimento histórico-científico propriamente dito.

E o que mais nos interessa nessa exposição sobre as características e objetivos das representações é o fato de que a elaboração de tais construtos representativos exige da parte de seus idealizadores a criação de uma "ponte" entre *os interesses individuais e coletivos da realidade vivida no presente e as projeções e metas estabelecidas para o futuro*. Para cumprir tal tarefa no campo político, a *manipulação e instrumentalização do passado* constituiu etapa fundamental nesse processo, pois é a partir da aceitação de um certo tipo de passado que são esmiuçadas as explicações das particularidades do presente e pavimentação do caminho para a efetivação das reivindicações projetadas para o futuro. Seguindo essa linha de pensamento, podemos perceber que a questão histórica passa a ser entendida como a gênese do sentido, da produção e da criação incessante de novos significados e significantes na sempre variável sistêmica das representações.

E, durante as últimas décadas, resultados surpreendentes foram demonstrados por uma série de novos trabalhos que se dedicaram ao estudo desses *usos do passado no mundo político contemporâneo*. Desde o início da década de 80 do século passado que a área dos Estudos Clássicos vivencia uma

notável reformulação epistemológica em relação aos seus modelos descritivos e normativos, tanto na Europa quanto na América. Esta mudança conferiu à História Antiga uma capacidade de análise muito mais profícua entre o presente e o passado, e tem levado considerável número de historiadores da Antigüidade a repensar seus respectivos trabalhos de pesquisas, até pouco tempo exclusivamente centrados na Idade Antiga. Esta reflexão conduziu alguns pesquisadores à adoção de uma inovadora perspectiva de estudo, baseada na tentativa de melhor compreender a relação existente entre o passado antigo e o mundo contemporâneo, principalmente em certos contextos históricos e políticos específicos. Em linhas gerais, os resultados dessas pesquisas demonstraram que a produção da memória, criada a partir da herança e legados oferecidos pelos povos antigos, é determinada pelas necessidades vivenciadas por seus idealizadores, assumindo um caráter ideológico propagandístico justificador e legitimador, sem se desvincular de suas condicionantes histórico-interpretativas.

Nesse sentido, vários historiadores europeus, norte-americanos e brasileiros propuseram trabalhos estabelecendo esta relação do Mundo Antigo com as questões identitárias nacionais e com as mais diversas manifestações sociais e culturais atuais, todos evidenciando, à sua maneira, *o aliciamento da Antigüidade por indivíduos ou grupos sociais interessados em legitimar suas reivindicações e anseios do presente no passado antigo.*

Vidal- Naquet, no livro *Os Gregos, os Historiadores, a Democracia* (2002), destacou o fato de que o discurso histórico sempre se expressa por meio de muitas vozes, e que a História não é imutável, estática. O autor guia sua análise apoiado na ideia de que a concepção grega de democracia sofreu várias reinterpretações ao longo dos séculos, segundo as exigências de cada momento histórico, além de destacar o papel do historiador dentro desse processo.

Richard Hingley afirma a impossibilidade de se analisar a romanização dos elementos modernos fora de seus contextos de produção em *Images of Rome* (2001), evidenciando como a tradição romana serviu como fonte de legitimação para os movimentos nacionalistas modernos europeus e norte-americano. Por meio da transposição dos valores modernos sobre o mundo romano, Hingley mostra como a

herança imperial romana, por meio de suas várias reinterpretações, se faz presente até a atualidade.

Em *A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia* (2003), Martin Bernal faz uma discussão teórica sobre os modelos interpretativos da História Antiga e como esses modelos demonstram uma apropriação política de seus conteúdos em seus respectivos contextos históricos de produção, provando que os Estudos Clássicos, na fase colonialista das nações europeias, serviram para validar a ideia da “superioridade” do continente sobre as demais regiões do mundo.

Pedro Paulo Abreu Funari (FUNARI, 2012) expõe os usos da História da Guerra do Peloponeso e da obra de Tucídides no mundo político contemporâneo em *A Guerra do Peloponeso e os Usos Modernos*, evidenciando como o papel de Atenas e de Esparta nesse conflito antigo foram adotados e instrumentalizados em diversos contextos políticos do mundo atual.

José Antônio Dabdab Trabulsi faz um movimento analítico semelhante em *O imperialismo ateniense* (1985), tendo como foco a apropriação da imagem e do exemplo do imperialismo de Atenas no imperialismo contemporâneo. Em *Liberdade, Igualdade, Antiguidade: A Revolução Francesa e o Mundo Clássico* (1998), o autor dirige suas atenções para a influência do legado da Antiguidade Clássica sobre o movimento revolucionário francês.

Glaydson José da Silva analisou os usos do mundo antigo na França em *História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o Regime de Vichy* (2007), traçando uma reflexão do papel do passado nos jogos de estratégia e de afirmações identitárias da direita política dentro do contexto histórico francês da Segunda Guerra Mundial.

Um dos grandes destaques dessa nova produção de estudos é a importância que a apropriação da Antiguidade Clássica tem cumprido nesses movimentos de legitimação política, uma verdadeira fonte de inspiração simbólica, jurídica e política para diversos grupos e atores políticos contemporâneos. Da utilização de certos símbolos antigos até a recorrência a uma ascendência política e filosófica ancestral, a instrumentalização da Antiguidade Clássica esteve quase sempre presente no

mundo das representações políticas contemporâneas. Seu legado cultural e desenvolvimento histórico foram *constantemente reconfigurados e requalificados* segundo as necessidades e interesses dos grupos responsáveis por sua autoria. E as representações identitárias brasileiras não foram exceção nesse quadro, especialmente no que se refere à instrumentalização do passado romano antigo, nosso principal foco de atenção na presente tese. Mesmo longe das margens do Tibre e da sombra do Coliseu, parte de nossa intelectualidade endossou suas propostas apelando exatamente para esse recurso, ou seja, para *o uso de uma versão instrumentalizada da História Romana Antiga como elemento* (discursivo e simbólico) *de uma representação de enaltecimento e justificativa para as ações políticas do presente.*

Do ponto de vista prático, as representações “oficiais”, ou seja, as representações adotadas e proferidas pelas instituições estatais possuem considerável vantagem sobre suas “concorrentes” nesse jogo disputado no interior do imaginário coletivo, já que o Estado, com suas determinações legais, repressivas e normativas e, principalmente, pela abrangência de suas ações, é considerado como o elemento mais privilegiado nesse embate simbólico, posicionando-se por conta de sua excelência e autoridade no centro do universo ideológico político (CARDOSO e MALERBA, 2000).

Evidente que as comemorações cívicas e a repetida exposição de bandeiras, hinos e símbolos pátrios cumprem o propósito de disseminar os valores identitários com relativo sucesso, mas o principal polo de disseminação desses conceitos e valores encontra-se justamente nas *redes de instrução públicas* formadas a partir do século XIX, em especial os segmentos relacionados à instrução primária e secundária. A História, enquanto disciplina escolar, e cujo processo de formação e consolidação ocorreu paralelamente à formação dessas redes de ensino, transformou-se na mais expressiva ferramenta de irradiação dos valores ligados às identidades nacionais. E, nesse cenário, os manuais didáticos de História e os compêndios históricos (como geralmente eram chamados no Ensino Secundário brasileiro), alcançaram *status* privilegiado na prática pedagógica, não só como instrumentos fundamentais na configuração das disciplinas escolares como um

todo mas, principalmente, como fontes privilegiadas dos conteúdos (históricos e ideológicos) que deveriam ser ministrados no universo escolar.

Diante da importância das obras didáticas no processo de disseminação dos valores identitários nacionais oficiais, decidimos que as fontes documentais contemporâneas da presente tese deveriam ser de natureza pedagógica-didática. Em outros termos, ficou claro desde o início da pesquisa que o corpo documental que deveria ser adotado para o estudo da representação do passado romano utilizado no processo oficial de construção identitária nacional da Primeira República deveria ser composto essencialmente de compêndios didáticos históricos utilizados na Rede de Instrução Pública e Privada que vigorou durante o período. Os compêndios históricos do Ensino Secundário como fontes documentais constituíram uma escolha condicionada, pois expunham os conteúdos relacionados à História Universal, dedicando suas páginas ao “progresso” e ao desenvolvimento humano geral. Nesse sentido, a História Antiga Romana Clássica era o lugar privilegiado para se trabalhar essa (nova) moral e a (nova) ética republicanas como valores universais, tornando-se uma poderosa ferramenta nessa “pedagogia da nação” (SIMAN, 2001). Os Estudos Clássicos, dessa forma, estiveram inseridos de forma ativa nessa proposta de construção de uma nova identidade nacional republicana, por meio dos compêndios didáticos de História Universal do Ensino Secundário.

Sendo assim, os compêndios escolhidos para essa análise foram o *Elementos da História Universal* (1923), editado pela F.T.D. (Frère Théophile Durant), dos Irmãos Maristas, um dos compêndios mais utilizados durante no período, e o *Noções de História Universal - resumos das lições professadas na Escola Normal* (1920), dos professores Joaquim Osório Duque-Estrada e Leôncio Correia, cujos autores, além de serem republicanos históricos e intelectuais de prestígio no período, também ocuparam cargos docentes e administrativos naquele que era considerado o modelo de instituição de ensino secundário na Primeira República: o Colégio Pedro II.

A essência do ensino da História Universal durante a Primeira República era *fornecer subsídios científicos que corroborassem a inserção do Brasil em um movimento civilizatório mais amplo*, cujo centro de referências estava na cultura européia contemporânea (em especial, na cultura francesa) e que, por sua vez,

deitava suas raízes nos primórdios da Antiguidade Clássica Greco-romana. A História do Brasil era, nessa perspectiva, *um desdobramento natural da evolução política do Ocidente*. Além disso, buscava-se na História Universal *as razões que explicassem não só as origens da República no universo político ocidental, mas também as características do melhor modelo republicano que a História poderia oferecer naquele momento ao mundo contemporâneo*. Dessa forma, nossa hipótese defende a ideia de que essas representações, presentes nos compêndios aqui analisados, estavam diretamente ligadas a certos parâmetros epistemológicos que condicionaram a produção histórica de sua época de produção, além de terem sido diretamente influenciados por certos princípios filosóficos e políticos, cuja essência estava assentada na defesa da democracia e da lei para o sucesso do governo republicano.

Partindo dessas premissas, decidimos iniciar a presente análise expondo no Capítulo 1 uma interpretação do contexto político da Primeira República Brasileira a partir da década de 1920, período de publicação dos compêndios didáticos históricos aqui utilizados como fontes contemporâneas para o estudo da instrumentalização do passado romano antigo. Nossa intenção nessa primeira parte da tese é a demarcação das principais características que formaram a cultura política do período, bem como o início da exposição das influências que determinaram a criação do Ensino Secundário no Brasil, com grande destaque para a influência francesa. Além disso, tal contextualização do período da Primeira República brasileira também servirá para mostrar as contradições entre a realidade política vivida na sociedade brasileira dessa época e o conteúdo das representações dos compêndios analisados. Ainda nesse capítulo, apresentaremos as justificativas que nortearam a escolha dos compêndios históricos F.T.D.- Correa/Duque-Estrada e uma breve descrição biográfica dos autores desses compêndios.

Antes de realizarmos a análise do uso do passado romano presente nos conteúdos dos compêndios citados e demarcarmos suas principais características e influências, apresentaremos no Capítulo 2 uma interpretação crítica da História Romana Antiga, focando especificamente o período republicano, considerado pelos autores dos compêndios como a mais importante fase política de toda a Antiguidade Clássica. Tal quadro contextual servirá como base de informações comparativa para

a posterior análise da instrumentalização desse passado romano representado nos compêndios. Destacaremos principalmente a atuação de Marco Túlio Cícero nessa contextualização, já que o célebre orador e político romano foi definido pelos compêndios históricos como o maior defensor das instituições republicanas de sua época e sociedade. Para cumprir esse objetivo, lançamos mão da leitura e interpretação de duas das mais importantes obras de Cícero, a Da República (*De re Publica*) e a Das Leis (*De Legibus*), afim de definir sua postura política e suas principais propostas no conturbado contexto político que marcou o fim da República Romana na segunda metade do século I a.C..

Já no Capítulo 3 traremos uma breve descrição da rede de ensino secundário do Brasil da Primeira República e a exposição do conteúdo das representações da História Romana Antiga dos compêndios históricos secundaristas F.T.D. e Correa/Duque-Estrada, demonstrando que essa instrumentalização do passado romano estava condicionada por uma certa concepção da História, voltada para a busca das chamadas “verdades universais”. Além disso, tais representações atribuíram um valor especial à História Romana Antiga, definindo o período republicano como a primeira experiência *verdadeiramente democrática* do mundo político ocidental. Marco Túlio Cícero, nesse contexto, foi eleito o maior defensor dessas instituições republicanas, o “Pai da Pátria” da Roma republicana e democrática. Buscaremos, com isso, entender de que forma essas representações foram elaboradas, quais estratégias discursivas foram utilizadas para corroborar essas peculiares instrumentalizações do passado romano e quais foram as principais influências contemporâneas que nortearam a confecção dessas representações dos compêndios didáticos.

Por fim, no Capítulo 4, dedicaremos nossa atenção à análise da representação ciceroniana “Pai da Pátria”, sempre associada nos compêndios ao seu decisivo papel enquanto cônsul no combate à Conjuração de Catilina, ocorrida em 63 a.C.. Para realizar essa análise, recorreremos aos discursos proferidos por Cícero ao Senado Romano durante esse evento, As Catilinárias (*In Catilinam*), demonstrando quais elementos desses discursos corroboraram as características constituintes dessa representação ciceroniana. Após essa análise, traremos o final da contextualização da Primeira República Brasileira, apontando quais foram as

principais causas e fatores que estiveram relacionados ao fim desse período da História brasileira e ao advento da Revolução de 1930. Na Conclusão, retomaremos algumas informações expostas ao longo da tese para então lançarmos nossas considerações finais sobre o papel cumprido por essas representações do passado romano antigo no processo de construção identitária que marcou a Educação pública e privada durante as primeiras décadas do século XX no Brasil.

CAPÍTULO 1

A PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL

1. O FIM DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A DÉCADA DE 1920.

Para a grande maioria dos observadores e atores políticos ocidentais da época, o início da década de 1920 foi um “novo tempo” marcado por grandes incertezas e transformações. Com o fim da I Guerra Mundial (1914-1918), diversas e expressivas mudanças ocorreram tanto no âmbito internacional quanto no âmbito das nacionalidades. A Alemanha, cuja política externa agressiva e expansionista foi uma das principais causas que levara a Europa ao seu mais violento conflito militar até então registrado, foi condenada a pagar pesadas restituições aos países vencedores (Inglaterra, França, Rússia, Bélgica e Sérvia), imposições estas criadas na Conferência de Paz formada em Versalhes em 1919. Nessa Conferência, os alemães perderam a região da Alsácia-Lorena, metade de suas jazidas de carvão, seus territórios ultramarinos e grande parte de sua marinha mercante, além de submeter-se ao controle político e econômico da coalizão militar que ganhara o conflito (SCHWARZSCHILD, 1960). Diante desse quadro, não tardaria para o Partido Nazista alemão, chefiado por Adolf Hitler, publicar seu programa anunciando a chegada do Terceiro Reich. A Rússia deu seus primeiros passos rumo ao socialismo e, em 1919, foi criada em Moscou a Internacional Comunista, para a coordenação de ações revolucionárias em escala mundial (REIS FILHO, 2003: 15-75). Na Itália, começavam a reverberar as palavras de ordem do partido *Fasci di Combattimento*, fundado por Benito Mussolini em 1919 com o objetivo de combater o liberalismo e o comunismo no território italiano.

Na América, os Estados Unidos começavam a despontar nesse cenário como a principal economia mundial. Longe do conflito que destruíra partes consideráveis do Velho Mundo, a economia norte-americana, pautada na expansão da atividade industrial, foi a que menos sofreu perturbações (internas e externas) nas décadas

que antecederam a I Guerra Mundial. Ao ingressar no conflito em abril de 1917, pendera decisivamente a balança para o lado da Tríplice Entente. As causas de seu ingresso na guerra eram variadas, sendo a mais destacada o torpedeamento de navios de carga e de passageiros norte-americanos que se dirigiam à Grã-Bretanha por submarinos alemães. Mas, independente das causas mais imediatas, a forma como o presidente Woodrow Wilson insistentemente apontava a importância da manutenção do equilíbrio de poder que existia entre as nações europeias antes do conflito nos mostra como esse ponto era concebido como elemento fundamental para a segurança dos E.U.A.. Para tanto, o então presidente apelava para argumentos de caráter moral que exigiam o banimento da autocracia e do militarismo para a expansão segura da democracia no mundo (FERRRO, 1993, : 189-294). Mas, independente de sua postura política e ideológica oficial, os E.U.A. angariaram boa parte dos lucros provenientes do comércio mundial da guerra (HOBSBAWM, 1995: 101) e, sob a bandeira da democracia e do anti-militarismo, acabariam estabelecendo um padrão econômico liberal de consumo e produção sem precedentes na história norte-americana e mundial (os “loucos anos 20”) que, por sua vez, só foi obstaculizada pela Crise de 1929 e pela Grande Depressão. Entretanto, era nítido para a comunidade internacional que o eixo econômico mundial começara a se deslocar de Londres para Washington (PEREIRA, 2006), movimento cuja consolidação alcançaria contornos globais a partir da década de 1950, com o avanço maciço das multinacionais norte-americanas sobre as economias capitalistas periféricas (MELANDRI, 2000).

Outros aspectos da economia mundial também mudaram drasticamente no início dos anos 1920. Como consequência dos esforços para a vitória na guerra, os principais países beligerantes passaram a dirigir suas economias sob o rígido controle estatal, influência que, com o fim do conflito, se manifestou em maior ou menor grau em todos os países do mundo (HOBSBAWM, 1990: 159-190). As forças de trabalho, tanto civis quanto as militares, passaram por semelhante processo de otimização, tendência que gerou inúmeras e significativas manifestações de resistência por parte de grupos sindicais em vários países, já que, grosso modo, tais medidas eram implantadas em detrimento das legislações que determinam os incipientes direitos trabalhistas (HOBSBAWM, 2008). Mas, se por um lado havia a perspectiva de solapamento de certas reivindicações sociais trabalhistas, por outro

ocorreu também movimentos de liberalidade, como é o caso da emancipação política feminina. A contribuição dada pelas mulheres na economia de guerra (NOGUEIRA, 2004), seja nas fábricas ou nas fazendas, explica em parte a concessão de votos a esse segmento da população em alguns países, como foi o caso da Grã-Bretanha (em 1918) e dos Estados Unidos (em 1920). Além disso, a guerra também havia modificado consideravelmente a dinâmica do comércio mundial, já que a queda da produção de bens de consumo de origem europeia abriu espaço e oportunidade para a expansão de antigos e novos parques industriais, em especial na Índia, no Japão e na maioria dos países sul-americanos, que passaram a abastecer muitos dos mercados consumidores anteriormente dominados pelas antigas potências industrializadas da Europa. Outro ponto importante nesse novo cenário foi o surgimento de uma inflação de caráter mundial, causada principalmente pela política de financiamento dos déficits e pelo aumento desenfreado da emissão de papel-moeda (HOBBSAWM, 1995: 90-100).

A economia brasileira da Primeira República acompanhou de perto essa tendência. Mesmo com o avanço da industrialização, com a diversificação agrícola e com o surto de urbanização (onde São Paulo esteve à frente desse processo), a economia brasileira assistiu a exacerbação da tendência de aquisição de financiamentos externos, essencialmente voltados para a manutenção das atividades agrárioexportadoras, cujo eixo econômico estava centrado na produção do café (que representava 70% do total de produtos exportados pelo país), protegida, por sua vez, pela manutenção artificial dos preços do café em mil-réis, em nível elevado e estável. Para tanto, foi implantada uma operação que, ao mesmo tempo, mantinha elevado o preço internacional das sacas de café por meio da acumulação de estoques e impedia a valorização do mil-réis. Entretanto, ainda nesse período, constata-se a predominância dos capitais britânicos nessas transações operadas no Brasil. Tais medidas aparentemente garantiriam a prosperidade econômica do país, mas sua fraqueza estava justamente na falta de controle da expansão das áreas plantadas, fato pouco percebido pelos atores políticos da época (FAUSTO, 2002: 155).

Ainda sobre o caráter agrário-exportador da política econômica do Brasil na década de 1920, devemos lembrar que, além do café, outros sete produtos primários

também despontavam na lista do comércio externo e que, juntos, representavam 90% do total das exportações: açúcar, cacau, algodão, mate, tabaco, borracha e couros e peles (ABREU, 1997: 13). Já as importações nesse período foram assinaladas pela tendência à redução dos bens de consumo não-duráveis, resultado da expansão da produção nacional, principalmente dos têxteis, das bebidas, dos alimentos e vestuários, além do aumento da importância dos E.U.A. nesse setor em detrimento da importação proveniente do Reino Unido.

Dessa forma, constata-se que, em termos econômicos, o Brasil não passou incólume pelas consequências trazidas pelo fim da I Guerra. Paralelamente aos efeitos dessas reverberações externas, o universo político brasileiro também sofreu consideráveis transformações nesse período. Um forte sentimento contrário à política oligárquica acabou se instalando na sociedade brasileira (MATOS, 2009), onde a História parecia transcorrer em uma velocidade cada vez mais rápida. Esse sentimento de desilusão com a República fez florescer uma série de reflexões e ações por parte de certos segmentos sociais que, a partir da década de 1920, procuraram “republicanizar a República” por meio de movimentos contestatórios norteados principalmente pela luta contra a fraude eleitoral, a corrupção e o personalismo nos negócios públicos. Tais fenômenos eram associados, quase que invariavelmente, à “perniciosa” primazia do poder oligárquico cafeeiro. A partir daí, foram criadas oportunidades para uma maior participação e representação política das oligarquias regionais no plano do governo federal. Esses grupos oligárquicos regionais, até então fora do esquema de sucessão presidencial, mas que ao longo da década conseguiram obter o apoio político de boa parte da Forças Armadas (em especial, dos jovens quadros do Exército) e dos setores médios urbanos dos grandes centros descontentes com o regime, foram responsáveis pela formação de uma coalizão cujas propostas colidiram frontalmente contra o *status quo* político e institucional que referendava o poder das oligarquias tradicionais.

1.2. O LIBERALISMO OLIGÁRQUICO.

A Primeira República foi um período sem igual na história do Brasil contemporâneo (COSTA e SCHWARCZ, 2000). Inaugurada em 1889 num golpe de

Estado que foi resultado da articulação política dos representantes das classes dominantes dos principais estados da federação – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul- e do Exército, a República brasileira nasceu de uma série de reivindicações e protestos que colocaram em xeque as antigas instituições imperiais (FLORES, 2006: 47-88).

Após o fim dos governos militares, marcados por tentativas de centralização das decisões por parte do Gabinete Deodoro e pelos levantes militares e populares ferreamente combatidos pelo florianismo (CARDOSO, 2004: 15-50), o Brasil da Primeira República presenciou em 1894 o advento dos governos civis com a posse do presidente Prudente de Moraes. Durante seu conturbado mandato (1898-1902), palco de uma enorme inflação causada sobretudo pelos efeitos especulativos do Encilhamento e das alarmantes taxas de desemprego, além dos sangrentos combates contra os sertanejos de Canudos e até de uma frustrada tentativa de assassinato, Prudente de Moraes deu importantes passos na tarefa de pacificação e consolidação da República brasileira. Além disso, foi responsável pela preparação da máquina eleitoral e dos dispositivos institucionais que, a partir de Campos Sales, mantiveram as oligarquias cafeiculturas no poder durante os quase trinta anos seguintes.

Segundo Ângela de Castro Gomes (GOMES, 2009), dois eventos institucionais acabaram delineando toda a cultura política da Primeira República brasileira. O primeiro deles ocorreu ainda no Governo Provisório de Deodoro da Fonseca e foi concretizado com a *aprovação de um novo texto constitucional para o Brasil, em 24 de janeiro de 1891*. Inspirada na Constituição norte-americana, essa nova carta constitucional acabou por definir e estabelecer os parâmetros institucionais que marcariam todo o período: o estabelecimento no país de um regime político republicano, presidencialista e federativo, pautado, por sua vez, numa concepção política liberal e democrática que, nos anos seguintes, se desenvolveu de forma muito peculiar e limitada. Apesar das nítidas diferenças entre as concepções sobre a organização do poder – enquanto os representantes do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Republicano Mineiro (PRM) defendiam o modelo liberal, o PRR (Partido Republicano Riograndense) era essencialmente positivista, defensor de um Poder Executivo forte – os republicanos

acabaram garantindo com a nova constituição um elevado grau de autonomia política e econômica para os estados sem, contudo, alijar o governo federal de suas prerrogativas fiscais, tributárias e militares que permitiam a intervenção federal nos estados, caso a ordem e as instituições republicanas fossem ameaças (FREIRE e CASTRO: 30 a 64). Além dos fatores de ordem institucional e organizacional, ficou estabelecido ainda a abolição do voto censitário e indireto, sendo considerados eleitores os homens alfabetizados maiores de 21 anos. Mulheres, analfabetos, mendigos e membros do Exército e de ordens monásticas estavam oficialmente excluídos dos pleitos eleitorais. Estado e Igreja foram separados, foi concedida a chamada grande naturalização aos imigrantes e foi garantido a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país o direito à segurança pessoal, à propriedade e à liberdade de culto.

O segundo pilar institucional da cultura política da Primeira República foi estabelecido durante o governo do quarto presidente, o paulista Campos Sales (1898-1902), com a inauguração da chamada “*Política dos Governadores*”. Segundo Ana Luiza Backes, (2006) para a proposta de Campos Sales se impor, foi necessário um arranjo político nacional em torno de um programa bem específico: defesa do presidencialismo, do federalismo, de um governo técnico e administrativo e, principalmente, do reerguimento das finanças do Estado. Ao determinar a primazia do Poder Executivo, Campos Sales procurou consolidar as forças políticas dominantes nos estados – as chamadas oligarquias estaduais – prestigiando-as e apoiando-as contra os setores de oposição. Em troca, exigia o apoio irrestrito dessas oligarquias junto às decisões do governo federal. No âmbito político-parlamentar, Campos Sales teve que angariar principalmente o apoio dos republicanos históricos, dos florianistas, dos positivistas e dos militares nacionalistas, já que os governadores não controlavam suas respectivas bancadas no Congresso. O instrumento utilizado pelo então presidente para executar essa estratégia política foi o controle da *Comissão Verificadora de Poderes do Congresso Nacional*. Órgão do Poder Legislativo controlado extra-oficialmente pelo Executivo e encarregado de verificar e aprovar os resultados eleitorais, a Comissão Verificadora determinava quais candidatos seriam diplomados ou “degolados” (ou seja, que teriam suas respectivas vitórias eleitorais indeferidas), medida que impôs ao Legislativo uma condição de severa subserviência e controle que, por sua vez, incapacitava a

formação, no plano federal Legislativo, de qualquer oposição significativa contra as medidas do Executivo.

E foi dessa forma, já no início da década de 1910, que as oligarquias de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul conseguiram assegurar que a representação parlamentar de cada estado corresponderia ao grupo regional dominante. Com isso, ocorreu o afastamento dos setores oposicionistas mais radicais do poder (os jacobinos), além da instauração de mecanismos econômicos legais voltados quase que exclusivamente para os interesses da cafeicultura (LESSA, 1988).

Esse conjunto de inovações no plano político-institucional acabou por formatar a ação governativa e a cultura política republicana subsequente, consolidando o chamado *Liberalismo Oligárquico*, marca indelével do regime até o início da década de 1930. Segundo Maria Efigênia Lage de Resende (2006: 89-120) tal denominação denuncia um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política que, contraditoriamente ao pressuposto teórico republicano de governo destinado a servir a coisa pública, teve seu foco e significado extremamente limitado em relação ao processo histórico de construção da democracia e de expansão da cidadania no Brasil. Mesmo estabelecendo um aumento significativo da participação eleitoral em relação ao Período Imperial, em média, somente 3,5% da população brasileira estava oficialmente habilitada ao exercício do voto e da participação política ao longo da Primeira República brasileira (PANDOLFI, 2002: 65-115). Muitos movimentos populares acabaram encontrando pouco espaço para sua elaboração e divulgação, geralmente obstaculizados e estirpados da pauta política pela forte repressão dos órgãos de segurança pública do Estado. Nos municípios, o coronelismo (entendido aqui como uma variante do clientelismo que se manifestava tanto no campo quanto nas cidades, como resultado das desigualdades sociais e, principalmente, da inexistência de uma carreira nos serviços públicos e da precariedade dos serviços assistenciais do Estado) corroborava o poder das oligarquias estaduais por meio do controle eleitoral e da coerção econômica da população, predominantemente rural e analfabeta, num jogo de dependência com as instâncias estaduais que variava conforme cada região do país (LEAL, 1997).

Entretanto, com o fim da Primeira Guerra, a aparente solidez da hegemonia oligárquica cafeeira no governo federal passou a contrastar radicalmente no plano político em relação aos seus ditames liberais e democráticos, trazendo em sua esteira um clima generalizado de grande decepção e desconfiança em relação aos princípios libertadores republicanos que haviam derrubado o Império e que, no plano internacional, também eram duramente questionados como promotores exclusivos do progresso geral e da civilização.

Esse quadro de insatisfação e desencanto com as instituições republicanas brasileiras trouxe uma ampla vaga de iniciativas e propostas de reformulação e discussão que não ficaram restritas ao âmbito político, alargando sua amplitude sobre os aspectos sociais, ideológicos, culturais e educacionais que compunham as estruturas que davam suporte ao liberalismo oligárquico da Primeira República, como veremos a seguir.

1.3. A DINÂMICA POLÍTICA NO BRASIL DOS ANOS 1920.

No início da década de 1920, como já citado, surgiu na República brasileira um quadro de grande instabilidade política e institucional que, acompanhado de uma latente crise econômica causada principalmente pela queda das exportações durante o período dos quatro anos da Primeira Guerra, começara a desgastar os tradicionais arranjos políticos intrapartidários que até então serviam de base para o Liberalismo Oligárquico da Primeira República. O clima de tensão oriundo dessa situação marcou profundamente as eleições presidenciais de 1919, que deram a vitória a Epitácio Pessoa, político paraibano que, mesmo recebendo o apoio político de Minas Gerais e São Paulo, representava uma das raras exceções (junto com Hermes da Fonseca) na sucessão presidencial geralmente ocupada por membros do PRP (Partido Republicano Paulista) e do PRM (Partido Republicano Mineiro).

Em linhas gerais, Epitácio Pessoa empreendeu uma severa linha governativa financeira de contenção de gastos, empreendendo medidas que deram continuidade à política de valorização do café, por meio de enormes empréstimos e investimentos externos (SILVA, 1984). Foi durante seu governo que o Brasil passou a adotar o valor do dólar como referência de padrão monetário para suas transações

internacionais, além da adoção de medidas para o combate à seca no Nordeste, com a construção de mais de 200 açudes na região (considerado o maior conjunto de obras de seu governo). Houve uma expansão considerável da rede ferroviária do país, bem como a inauguração da primeira emissora de rádio do Brasil e as comemorações do primeiro centenário da Independência (ZENAIDE, 2000).

Epitácio Pessoa chegou ao fim de seu mandato sem contar com o apoio unânime das oligarquias estaduais, dada a pressão da crise econômica e social e dos olhares desconfiados dos militares (KOIFMAN, 2001), imbuídos, por sua vez, de uma forte desconfiança em relação ao poder civil representado pelas oligarquias agrário-exportadoras. Foi nesse contexto que, no começo de 1921, os estados de São Paulo e Minas Gerais lançaram o nome do mineiro Artur Bernardes para as eleições presidenciais. Contra essa candidatura, foi lançado o nome do político fluminense e ex-presidente Nilo Peçanha, numa campanha encabeçada pelo Rio Grande do Sul sob a liderança de Borges de Medeiros. Denunciando o arranjo político de paulistas e mineiros como uma estratégia política para a garantia dos recursos destinados para a valorização do café, os gaúchos conseguiram angariar o apoio político e eleitoral de dois importantes estados da Federação (Bahia e Pernambuco), formando a chamada *Reação Republicana*, coalizão política cujo candidato era o próprio Nilo Peçanha, defensor do florianismo e cuja amizade com Hermes da Fonseca lhe garantia o apoio de parte da descontente oficialidade, principalmente nas fileiras do Exército.

Entretanto, o clímax dessa tensão política e o início efetivo do descontentamento militar foi alcançado no dia 9 de outubro de 1921, quando o jornal *Correio da Manhã* publicou o *fac-símile* de uma carta, cuja autoria era atribuída a Artur Bernardes, cujo conteúdo ofendia o Exército e o ex-presidente Hermes da Fonseca, caracterizado na publicação como um “sargentão sem compostura” e qualificando um jantar organizado pela oficialidade em sua homenagem de “uma orgia” descabida. Bernardes negou veementemente a autoria da carta, na tentativa de debelar a impressão generalizada nos meios militares de que sua candidatura era antimilitarista, mas o jornal publicou no dia seguinte uma nova correspondência com o mesmo tom da primeira, mas cujas ofensas eram direcionadas ao também candidato presidencial Nilo Peçanha. Mesmo diante das recusas de Bernardes, boa

parte da opinião pública acreditou que o candidato à presidência era o autor das cartas, fato que desencadeou manifestações públicas de descontentamento contra Bernardes e a formação no Clube Militar de uma comissão para a realização de um exame pericial das cartas em questão. No dia 27 de dezembro de 1921, após algumas divergências sobre os laudos iniciais que inocentavam Bernardes, o Clube Militar referendou em Assembleia a veracidade da autoria das cartas (LIMA, 1983).

Ainda durante o governo de Epitácio Pessoa, percebe-se que o clima de discordância entre os militares e os representantes políticos da sociedade civil instaurado durante a campanha presidencial de 1921 passou a ser protagonizado principalmente pela jovem oficialidade do Exército, que ocupava os postos e patentes intermediárias da corporação. A presença do civil e historiador Pandiá Calógeras no Ministério da Guerra só fez aumentar o clima de insatisfação desse grupo (no geral, tenentes e capitães), cuja exasperação e radicalidade atingiram níveis explosivos nos meses e anos seguintes, formando o que a historiografia designou como *Movimento Tenentista*.

A ação dos tenentes era condicionada por uma visão específica da realidade política e social nacional, forjada na socialização inerente dos membros do Exército e assentada em uma educação e instrução técnica promovida principalmente na Escola Militar do Realengo (fundada em 1911). O principal objetivo dessa escola era a formação de soldados profissionais, não de soldados- cidadãos divididos entre a instituição e a sociedade civil, como acontecia na antiga Escola Militar da Praia Vermelha, cuja instrução era amplamente marcada pela forte influência do Positivismo. Entretanto, essa formação diferenciada e estritamente técnica não impediu que os tenentes desenvolvessem sua própria opinião sobre os problemas vivenciados pela sociedade brasileira e, em especial, sobre as consequências negativas relacionadas ao domínio oligárquico na política nacional. Sua origem social se encontrava nas tradicionais famílias de militares e nos segmentos empobrecidos das antigas elites do Nordeste, sendo poucos os recrutados entre as camadas urbanas dos grandes centros (Rio de Janeiro e São Paulo) (FAUSTO, 2002: 173).

A partir das fileiras do Exército, os tenentes tinham duas reivindicações principais: a mudança do comportamento dos oficiais que ocupavam os quadros

superiores da hierarquia (cuja maioria apoiava as ações dos políticos tradicionais) e o fim da notória rigidez na ocupação de patentes superiores da carreira militar. A ideia era purificar o Exército para, depois, purificar o restante da sociedade em nome da honra militar (FERREIRA, 2000: 97). Essa divergência dos tenentes em relação aos setores oligárquicos era ainda mais acentuada contra as elites paulistas, pois levava-se também em consideração nesse caso a forte oposição entre o Exército e a Força Pública de São Paulo, a milícia estadual subordinada aos poderes locais e que constituía uma das mais bem aparelhadas forças policiais e de repressão do país naquele período.

No plano político e social, os tenentes pretendiam instituir no país um poder centralizado, avesso ao federalismo, ao personalismo e combativo principalmente no que se referia à corrupção e às fraudes eleitorais, com o intuito de educar o povo e empreender uma política vagamente nacionalista (FAUSTO, 2002: 174-176).

O estopim para a eclosão do movimento ocorreu em julho de 1922, com o fechamento do Clube Militar pelo governo depois do lançamento de um protesto contra a utilização por parte do governo de tropas do Exército em uma intervenção na política local pernambucana. O fechamento do Clube foi baseado numa lei contra associações nocivas à sociedade e, tal fato, somado ao clima de ofensas (falsas e verdadeiras) contra o Exército, levou finalmente os tenentes a se rebelarem, sob a bandeira da salvação da honra da instituição. O pioneirismo dos levantes que se seguiriam ficou registrado nos fatos que acabaram promovendo e delineando a Revolta do Forte de Copacabana, ocorrida no mesmo ano.

Boa parte dos segmentos médios e populares urbanos passaram a depositar seu apoio nas ações e manifestações desses tenentes (SAES, 1975), mesmo que tais ações nunca tenham constituído um movimento articulador das pressões oriundas desses grupos sociais. No Brasil do pós-guerra, a vida econômica foi marcada por enormes e bruscas oscilações econômicas, decorrentes das altas e baixas dos preços de nossos produtos de exportação nos mercados externos, o que promovia o aumento do custo de vida geral, que atingia invariavelmente as camadas urbanas. Tal clima político permitiu o desenvolvimento do apoio das classes médias urbanas aos movimentos que defendiam propostas liberais mais radicais, o respeito

aos direitos individuais e o exercício pleno da cidadania, como era o caso do movimento tenentista.

Na prática, essa jovem oficialidade não possuía um programa político claro das transformações sociais e políticas pretendidas, e sua ideologia pautava-se principalmente na campanha moralizadora dos costumes políticos e na crença de que esses jovens formavam o principal grupo dos “guardiões seculares” da nação, tutores que deveriam defender os interesses da comunidade geral e da corporação em detrimento dos interesses particulares dos governos republicanos civis e transitórios. Inicialmente, o caminho das armas era entendido como o único meio de ação e, por isso, as rebeliões de 1922 (Revolta do Forte de Copacabana), 1923 (Rio Grande do Sul), 1924 (São Paulo) e, em larga medida, a própria Coluna Prestes, foram movimentos quase que exclusivamente do Exército. A curto prazo, essas revoltas acabaram por definir as constantes revogações do estado de sítio pelo Congresso durante o governo de Artur Bernardes. A longo prazo, e diante da impossibilidade de assumirem sozinhos o controle do país, os tenentes passaram a buscar o apoio de certas lideranças civis. No final da década de 1920, parte dessa oficialidade decidiu defender as prerrogativas políticas da recém formada *Aliança Liberal* que, com a Revolução de 1930, levou Getúlio Vargas ao poder.

Além do início efetivo do movimento tenentista, o governo de Epitácio Pessoa presenciou também as repercussões e as vicissitudes dos movimentos sociais de trabalhadores nas principais cidades do país, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. O auge do movimento ficou cristalizado nas grandes paralisações de 1917, motivadas pela onda revolucionária que percorria a Europa e pela luta, por parte dos trabalhadores nacionais, por melhores condições de vida, de trabalho e do aumento efetivo do seu poder de compra, além do combate ao trabalho infantil. A partir dessa data, o movimento operário passou a preocupar tanto o governo quanto a burguesia industrial. O movimento, que era majoritariamente formado por imigrantes de origem européia, foi em grande parte responsável pela introdução no Brasil de novas ideologias políticas e econômicas que gozavam de grande simpatia e aceitação entre os trabalhadores industriais daquela época, mesmo o movimento tendo perdido sua força inicial a partir de 1920, seja pelas dificuldades de organização ou pela forte repressão patrocinada pelo governo federal. Dessas novas

doutrinas, as que mais se destacavam nos meios operários e nos círculos sindicais eram o anarquismo e o socialismo.

Em linhas gerais, podemos definir o anarquismo como uma ideologia cujo centro recaia sobre a abolição de qualquer forma de dominação política e na defesa da liberdade individual. Diretamente vinculado ao movimento sindical, o anarquismo (ou o anarco-sindicalismo), que obtivera poucos resultados durante as greves da década anterior (LOPREATO, 2000), foi duramente reprimido pelo governo de Epitácio Pessoa, que promulgou em 1921 a *Lei de Repressão ao Anarquismo*. Já o socialismo, por sua vez, defendia a emancipação da classe proletária, doutrina que ganhou mais força no cenário mundial com o sucesso da Revolução Socialista Russa de 1917. A forte repressão por parte do governo contra as greves e contra as associações de trabalhadores, bem como os relativos êxitos conquistados pelo movimento durante os anos anteriores, obrigaram certas lideranças sindicais anarquistas a reformularem sua forma de ação. A partir daí, esses grupos dissidentes do anarco-sindicalismo passaram a atribuir o fracasso das greves à falta de consistência e de apoio político da direção do movimento sindical, fundando em 1922 o Partido Comunista Brasileiro (PCB) (BANDEIRA, 2004: 379-402), fato interessante e excepcional, já que a criação da maioria dos partidos comunistas da América do Sul era, geralmente, resultado de rupturas internas dos Partidos Socialistas. O PCB passou a maior parte de sua existência na ilegalidade e subordinado às determinações da III Internacional sediada em Moscou e, até 1930, era composto basicamente por operários cujas fileiras partidárias não ultrapassavam o número de mil membros.

O quadro de crise política e de relevantes agitações sociais que marcaram o governo de Epitácio Pessoa também serviu de pano de fundo para a ascensão de novas manifestações artísticas e intelectuais no cenário cultural brasileiro, sendo as mais relevantes nesse período aquelas relacionadas ao movimento modernista.

Como uma forte tradição herdada do período imperial, as elites republicanas brasileiras continuaram referendando os modelos de modernidade e civilização que deveriam ser aplicados no Brasil na cultura europeia. A *Belle Époque*, cristalizada no “estado de espírito” artístico e literário que predominou em Paris a partir de 1880 (e que duraria na França até 1914), foi a principal referência cultural da época para as

elites brasileiras, representada na apreciação pelo conforto e na busca pelo prazer e pela beleza por meio da exaltação dos sentidos. Tais tendências foram acompanhadas de perto pelas elites republicanas brasileiras, que tornaram comum o hábito de visitar a capital francesa com suas famílias para tomar contato com esse clima de euforia característico da *Belle Époque*.

As consequências do contato dessa elite com esses referenciais culturais franceses foram amalgamadas em expressivas transformações na sociedade e na cultura do país, inclusive em alguns símbolos cívicos adotados após a Proclamação (CARVALHO, 1990). Um exemplo claro da influência desse sentimento de modernização aspirada pela elite republicana em ascensão foi a transformação da capital do Rio de Janeiro em uma vitrine do regime republicano, onde os grupos populares e costumes tradicionais foram amplamente reprimidos. A cidade assumiu ares europeizados, uma verdadeira “Paris Tropical” (FREIRE, 2000). O objetivo dessa repressão aos valores populares era o de “civilizar” o Brasil, e o mimetismo transformou-se na principal arma desse processo, especialmente nos grandes centros urbanos do país, mimetismo esse presente na moda, na arquitetura, no planejamento urbanístico, na culinária, na literatura, nas artes plásticas, na educação e nos costumes em geral. Nessa época, os republicanos brasileiros cantavam orgulhosamente a *Marsehesa*; o barrete frígio tornou-se um dos principais símbolos da República brasileira e cresceu o número de salões literários e de cabarés em todo o território nacional. O domínio da língua francesa tornou-se pré-requisito para a definição de uma educação esmerada e aristocrática, cujo centro orbitava em torno de balizas humanistas, com grande prestígio para as obras clássicas greco-romanas. O Parnasianismo, que surgiu na França na segunda metade do século XIX, com seu rigoroso formalismo estético e com suas inúmeras referências à mitologia greco-romana, era considerado um dos movimentos literários mais expressivos da Primeira República. Seu desenvolvimento pode ser visto como uma síntese dessa tendência clássica na cultura brasileira do período, tendo em Alberto de Oliveira, Olavo Bilac e Raimundo Correia seus principais representantes. Apesar de ser contemporânea ao Realismo e ao Naturalismo, a estética parnasiana distanciava-se ideologicamente dessas outras tendências, exatamente por não se preocupar com a temática social ou com a reflexão do homem e de sua condição. A

arte não era, para os parnasianos, um simples entretenimento, mas a busca da beleza, a arte pela arte.

E foi justamente a corrente parnasiana uma das mais combatidas pelos modernistas durante a sua *Semana de Arte Moderna*, realizada entre os dias 13 e 18 de julho de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo, estado que se transformou no centro geográfico do movimento. Em linhas gerais, os modernistas, além de acusarem a falta de compromisso parnasiana com a dura realidade social brasileira, contestaram amplamente a mentalidade e a produção artística predominantes no país, promovendo um choque contra o tradicional passado cultural brasileiro, principal marca desse movimento em sua primeira fase. Esse grupo de intelectuais, escritores e artistas modernistas propunha uma renovação radical na linguagem e nos formatos artísticos no Brasil, marcando o início de uma estrondosa ruptura com os ditames artísticos e literários em voga até aquele momento. Empolgados com inovações da vanguarda artística que conheceram em suas viagens à Europa (BELLUZZO, 1990), personalidades como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Victor Brecheret, Di Cavalcanti, entre outros, romperam com as regras culturais preestabelecidas, defendendo a reconstrução da cultura brasileira sobre bases essencialmente nacionais, além da promoção de uma revisão crítica de nosso passado histórico e do fim do apego, por parte de nossos artistas e intelectuais, aos valores estrangeiros que orbitavam em torno de concepções humanistas clássicas e europocêntricas (OLIVEIRA, 2002).

Dessa forma, a Semana de Arte Moderna de 1922, mesmo não conquistando a unanimidade daqueles que a visitaram e instigando, a curto prazo, mais desafetos do que partidários (DURAND, 1989), influenciou decisivamente os rumos da produção artística e cultural brasileira nas décadas seguintes, além de contestar publicamente, por meio de suas obras e escritos, os principais valores artísticos e culturais defendidos e praticados pelas oligarquias que até então dominavam o cenário político brasileiro.

A posse do mineiro e advogado Artur Bernardes na presidência, em 15 de novembro de 1922, significou o retorno do PRM ao governo e o reestabelecimento do movimento de rotatividade de São Paulo e Minas Gerais no controle do Executivo federal. Seu mandato foi marcado principalmente pela adoção de uma postura

repressiva e, até em certa medida, autoritária para os padrões da época. Tal postura surgiu como resposta ao difícil e conturbado clima político e social instaurado nos anos anteriores. Bernardes recorreu frequentemente às decretações de estado de sítio, que se prolongaram por 44 meses durante seu governo. A principal causa desse quase permanente estado de exceção no plano político e civil foi a instabilidade política patrocinada pelas rebeliões militares (de 1924 em São Paulo e no Rio Grande do Sul e pela formação, em 1925, da Coluna Prestes) e pelas manifestações contrárias ao governo provenientes do movimento operário e da imprensa durante seu mandato (SILVA, 1997: 15-35).

Como uma reação ao estado político repressor, em São Paulo, no mesmo 5 de julho, dois anos após a Revolta do Forte de Copacabana, os tenentes, liderados pelo general reformado Isidoro Dias Lopes, tomaram a capital paulista com o objetivo de derrubar o governo de Artur Bernardes. Após 22 dias de ocupação, e diante da reação das efetivos militares legalistas, as tropas tenentistas abandonaram a cidade rumo ao interior do estado, formando a chamada “Coluna Paulista”, que acabou se fixando no oeste do Paraná (ILKA, 2007). Já o movimento tenentista gaúcho eclodiu em outubro de 1924, sob o comando do tenente João Alberto e do capitão Luis Carlos Prestes, com o apoio da oposição gaúcha ao PRR (Partido Republicano Riograndense), numa intrincada relação com a política regional gaúcha, fato que em certa medida diferenciava o tenentismo riograndense dos casos carioca e paulista (FAUSTO, 1972). Depois de vários conflitos, os tenentes gaúchos foram de encontro às tropas rebeldes paulistas em abril de 1925, formando a famosa Coluna Prestes, com o objetivo de incitar a população contra os desmandos das oligarquias dominantes e de disseminar as ideias da revolução. Após realizar a épica marcha de cerca de 24 mil quilômetros por vários estados brasileiros (defendendo o fim dos governos oligárquicos, a moralização das eleições por meio da instituição do voto secreto e melhorias na educação), os remanescentes da Coluna se estabeleceram na Bolívia e no Paraguai em meados de 1927, encerrando aí o movimento (MEIRELLES, 1995). Entretanto, mesmo não possuindo chances mínimas de sucesso militar contra as tropas legalistas do governo, o relativo sucesso simbólico da Coluna acabou por aumentar a insatisfação de certos setores da população em relação à ação governativa das elites oligárquicas tradicionais, especialmente os setores da população dos centros urbanos. Reflexo desse clima de insatisfação

entre os grupos dos movimentos de trabalhadores foi a criação, em 1925, do Bloco Operário Camponês (B.O.C.). Como resposta, o governo federal empreendeu medidas para o fortalecimento do poder executivo por intermédio de uma reforma da Constituição de 1891, onde ficou estabelecida a limitação da concessão do *habeas corpus*, a expansão do número de Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) em alguns estados, a instituição do direito de veto parcial do Presidente da República, o estabelecimento de uma rígida censura à imprensa e a regulamentação da expulsão dos estrangeiros considerados perigosos à ordem pública e às instituições republicanas.

Além das revoltas tenentistas, as dificuldades financeiras enfrentadas por Artur Bernardes (e a conseqüente insatisfação popular) também contribuíram para o incremento de medidas repressivas durante seu governo. A inflação, as constantes emissões de papel-moeda e a recorrente desvalorização do câmbio como medida de valorização do café corroíam e derrubavam o poder aquisitivo da população. Diante de fortes pressões externas (especialmente das missões financeiras inglesas) e das ferrenhas críticas dos setores cafeeiros que nesse período acusavam o abandono da política de valorização do café por parte do governo federal, a saída encontrada por Bernardes foi a transferência da defesa do café da União para o estado de São Paulo (FAUSTO, 2004: 193-248), estado que empreendeu a partir daí uma política permanente de defesa do produto por meio da regulação das remessas de café ao porto de Santos e da compra e estocagem do produto quando houvesse necessidade. Apesar desse incipiente quadro de desagregação das elites do núcleo cafeeiro e da crise militar propagada pelo tenentismo, a sucessão de Bernardes pelo candidato do PRP Washington Luis, em março de 1926, foi relativamente tranquila, permanecendo o revezamento político de São Paulo e Minas Gerais na ocupação da Presidência da República.

1.4. “OS CAÇADORES DA REPÚBLICA PERDIDA”: OS COMPÊNDIOS HISTÓRICOS F.T.D. E CORREIA / DUQUE-ESTRADA:

1.4.1. A INFLUÊNCIA FRANCESA NO ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO

É mais do que notório para grande parte da historiografia brasileira que ao longo do século XIX e início do século XX, o Brasil (especialmente seus grupos sociais mais ilustrados e favorecidos economicamente) estabeleceu uma sólida relação de admiração e mimetismo com os padrões e valores culturais, políticos e sociais franceses, apresentando e desenvolvendo diferentes graus de assimilação e apropriação desses valores em diferentes aspectos do cotidiano da população.

Roupas, padrões arquitetônicos e urbanísticos, literatura, hábitos, música, teatro e culinária são alguns dos ramos da vida brasileira que foram fortemente influenciados por essa cultura francesa do período, transformando-se, em muitos casos, em verdadeiro modelo que deveria ser rigorosamente seguido para que o Brasil pudesse (pelo menos aparentemente) alcançar a tão sonhada “modernidade”, já há longo tempo vivenciada por algumas nações europeias.

Na Educação pública brasileira, essa influência dos postulados culturais e políticos franceses se fez sentir com força e intensidade exemplar desde o período imperial, fato facilmente constatado principalmente quando se trata do Ensino Secundário. Apesar de outros modelos, como o norte-americano, também influenciarem a organização legislativa da Educação brasileira, a França era a principal referência inspiradora para aqueles envolvidos na definição dos pormenores da rede de instrução pública republicana brasileira.

Para perceber até que ponto essa influência foi determinante na Educação, basta recorrermos aos comentários presentes no trabalho de Maria de Lourdes M. Haidar sobre a fundação do Colégio Pedro II. Antes da inauguração do colégio em 1838, o então chamado “Ensino Secundário” na Corte era composto por um conjunto de aulas avulsas que eram organizadas conforme as necessidades dos professores e dos alunos, sem a fiscalização de um órgão próprio. Dessa forma, esse seguimento de ensino era composto por aulas organizadas isoladamente, longe de um programa norteador que indicasse os conteúdos ou o padrão de assiduidade tanto da parte dos docentes quanto dos alunos. Em 1837, surgiu na Câmara o projeto Paulo Barbosa, que propunha a criação do Liceu de Humanidades, ou seja, a reunião das aulas avulsas para a preparação dos alunos para os Exames de Admissão do Ensino Superior num mesmo prédio. Esta proposta, entretanto, não recebeu a atenção esperada pelos seus idealizadores. Entretanto, no ano seguinte,

tal proposta foi novamente levada ao governo, por Bernardo Pereira de Vasconcelos, fato que resultou na criação da primeira instituição secundarista do país, o Colégio Pedro II:

“(...) O zelo e a tenacidade de Bernardo Pereira de Vasconcelos dotavam a Corte de um novo estabelecimento de ensino secundário, inspirado no exemplo oferecido pelos colégios franceses (as Escolas Centrais, fruto das reivindicações realistas da pedagogia revolucionária), e que deveria, na intenção de seu criador, atuar como padrão” (HAIDAR, 2008: 96).

Criado o Colégio e instituída a organização dos conteúdos em oito séries, ficou marcante nos programas da instituição o predomínio dos estudos humanistas clássicos. Com a Reforma Couto Ferraz de 1854, o ensino da História passou estar presente nas últimas seis séries, sendo os manuais e compêndios didáticos considerados indispensáveis para o início e desenvolvimento dos estudos no recém-reformulado Ensino Secundário.

Dessa forma, o ensino de História na escola secundária brasileira também foi oficializado com a implantação do Colégio Pedro II, especificamente com a confecção do seu primeiro plano de estudos em 1838, com grande destaque para os estudos de História Antiga e da História Romana.

“(...) Pode-se inferir que, segundo o plano de 1838, os estudos iniciavam por História Antiga, seguido pela História Romana, pois uma das primeiras medidas tomadas por Bernardo de Vasconcelos foi indicar professores e livros didáticos para essas matérias. De acordo com Doria, ‘Mereciam-lhe cuidados a adoção de compêndios aprovados para o ensino de História Universal a tradução do compêndio de Poirson e Cayx para História Antiga e o compêndio de De

Rozoir e Dumont para História Romana” (ESCRAGNOLLE, 1937:42 apud VECHIA, 2003: 28).

O destaque para os estudos da Antiguidade Clássica dentro do Ensino Secundário brasileiro estava condicionado, portanto, pelo próprio caráter humanístico desse nível de ensino, sendo a História da Grécia e a História Romana os principais componentes dessa cadeira (GASPARELLO, 2004, p.68).

De forma geral, entre a metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a estrutura e conteúdo dos manuais e compêndios didáticos das redes de instrução pública dos países europeus ocidentais eram norteados não só por certos princípios políticos (democráticos e republicanos) e pedagógicos, mas seus textos também são fortemente influenciados pelas “tradições inventadas”, principalmente aquelas elaboradas por Estados ou grupos e movimentos sociais organizados (as chamadas tradições inventadas “oficiais”). Para Eric Hobsbawm, esse período que compreende os quarenta anos que antecedem a I Guerra Mundial (1914-1918) demonstra uma frequência excepcional desse fenômeno (HOBSBAWM, 1997: 271). Nesse sentido, concordamos com o autor britânico, ressaltando, porém, que nossa perspectiva em relação ao passado está mais alinhada à de Paul Veyne, que concebe o passado como um elemento real.

Por “tradições inventadas”, segundo o historiador britânico,

“(…) entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual e simbólica, visam incultar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (HOBSBAWM, 1997: 9).

O aparecimento e desenvolvimento dessas “tradições inventadas” estão intimamente vinculadas às rápidas e significativas transformações políticas e sociais que essas nações vivenciaram a partir do século XIX. Essas transformações determinaram, por sua vez, a elaboração e criação de novos mecanismos e valores que assegurassem uma nova identidade e a coesão social diante do surgimento desses novos quadros de relações sociais da época, não mais sustentados pelas formas tradicionais de governo ou pelas determinações das antigas hierarquias sociais e políticas específicas de épocas anteriores.

“No século XIX difundem-se no Ocidente os governos constitucionais e se institucionalizam direitos, bem como a igualdade jurídica entre os indivíduos. Novas expressões são cunhadas: ‘cidadão’ define a pessoa no âmbito social, ‘cidadania’ lhe confere uma qualidade, ‘nação’ traduz o seu pertencimento. As novas expressões decorrem de rupturas com formas anteriores de organização social” (VEIGA, 2007, p. 90).

A História, enquanto disciplina escolar, cumpriu papel fundamental na construção dessas novas “expressões” e valores políticos e sociais, como afirma Elza Nadai:

“A História como disciplina escolar autônoma surgiu no final do século XIX, na Europa, imbricada nos movimentos de laicização da sociedade e de constituição das nações modernas, sendo marcado por ‘duas imagens gêmeas’, no dizer de François Furet: a genealogia da nação e o ‘estado da mudança, daquilo que é subvertido, transformado, campo privilegiado em relação àquilo que permanece estável’. Genealogia e mudança serão assim o suporte do discurso

histórico recém-instituído: ‘a investigação das origens da civilização contemporânea só tem sentido através das sucessivas etapas de sua formação’” (NADAI apud PINSKY, 2009: 27).

O caso francês mostra-se como um dos mais notórios dentro desse contexto. A burguesia republicana, detentora do poder da Terceira República Francesa (1870-1940), teve que inovar suas estratégias de legitimação e de ação política, principalmente para conter o avanço dos ideais da direita e dos socialistas. A primeira inovação foi a produção em massa de monumentos públicos (onde a imagem da República – a *Marianne* – e de certas figuras civis escolhidas pelo patriotismo das localidades francesas formavam o bojo dessa “estatuomania”). A segunda grande inovação foi a instituição das festas e cerimônias públicas civis (com enorme destaque para Dia da Bastilha, criado em 1880). Já a terceira e última inovação (e a que mais nos interessa na presente tese) estava diretamente relacionada ao desenvolvimento da educação pública, entendida como um equivalente secular da igreja, cujos manuais didáticos estavam permeados de valores e conteúdos revolucionários.

“Não resta dúvida de que esta foi uma criação deliberada do início da Terceira República e, considerando-se a centralização proverbial do governo francês, de que o conteúdo dos manuais que iriam transformar não só camponeses em franceses, mas todos os franceses em bons republicanos, foi cuidadosamente elaborado” (HOBBSAWM, 1997: 279).

A base para essa “reelaboração” do povo francês via educação pública apontada por Hobsbawm encontrava suas raízes na então consolidada herança iluminista, aprofundada por várias mudanças sociais e culturais entre os séculos XVI e XVIII. Essas transformações, alicerçadas pela produção de uma cultura

racionalizadora da vida social, além de estabelecerem pressupostos que questionavam a subordinação do Estado e da educação à Igreja (hegemonia dos dogmas religiosos sobre a razão), também definiram como meta primordial da ação estatal a melhoria contínua do indivíduo e do corpo social. A ferramenta desse Estado racionalizado que promoveria o desenvolvimento integral desse potencial (individual e coletivo) seria a escola, local privilegiado para a aplicação dessa “pedagogia ilustrada”.

“O chamado movimento da pedagogia ilustrada ou iluminista suscitou várias reformas a partir de meados do século XVIII, todas com duas características em comuns: o fechamento dos colégios dos jesuítas e o fato de o Estado assumir a administração educacional (...) A partir do século XIX, com a consolidação dos governos constitucionais, a escolarização elementar universalizada, pública, leiga e gratuita se estabelece definitivamente na maioria dos países como direitos dos cidadãos e dever do Estado – embora o monopólio estatal do ensino fosse uma realidade desde os últimos anos do século XVIII. Esse acontecimento representa importante etapa do processo de monopolização do ensino pelo Estado e da formação dos modernos Estados nacionais” (VEIGA, 2007: 93).

Voltando nosso foco para o Ensino Secundário francês, percebemos um grande cuidado, carregado de certas intencionalidades, na elaboração de textos e narrativas de cunho histórico com objetivos didáticos voltados para a construção de uma nova identidade cidadã e permeada pelo patriotismo republicano (a “pedagogia do cidadão”). Esse movimento fez surgir um tipo específico de texto didático no Ensino Secundário, menos voltado à criação e definição de representações pátrias exclusivamente nacionais, mas também preocupado em demonstrar que os movimentos e fatos políticos que eram vivenciados naquela época eram, na

realidade, *resultado de um desenvolvimento histórico de longo prazo*, herança de um passado cronologicamente distante. Dessa maneira, estabeleceu-se uma clara compartimentação entre o tipo de ensino de História que cada segmento deveria se dedicar: enquanto o Ensino Primário estava voltado primordialmente para a descrição da História da Pátria e de seus principais personagens (evidentemente aqueles que, dentro de um relativo e curto retrospecto temporal, encontravam suas trajetórias ligadas à Revolução, ao republicanismo e ao combate às estruturas e valores do Antigo Regime, formando o que Elza Nadai chama de “genealogia de nação”), o Ensino Secundário tinha seu programa curricular básico formado por conteúdos que se dedicavam à “História Universal”, por textos e narrativas históricas que se dedicavam à história dos povos de um passado mais antigo, norteados por premissas epistemológicas particulares, mas tão vinculadas e alinhadas aos ditames republicanos quanto os conteúdos e programas históricos do Ensino Primário. E a Antiguidade Clássica, em especial a História Romana Antiga, tornou-se um dos mais importantes “núcleos” desse novo universo descrito nos compêndios didáticos históricos do Ensino Secundário francês, com uma função e importância ímpares nas narrativas dos povos do passado antigo, como veremos adiante quando analisarmos os compêndios históricos brasileiros.

Essa última afirmação não só evidencia essa clara divisão presente nos conteúdos e programas curriculares históricos dos níveis de ensino inaugurados pela Terceira República Francesa, mas também nos leva a refletir de forma mais pormenorizada sobre o tipo de concepção geral de História que estava presente nas linhas dos textos desses compêndios didáticos. Como citado, a História, enquanto disciplina escolar, passou a ser entendida como uma ciência fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação e de seu corpo de cidadãos. Mas, essencialmente voltada para a análise das ações coletivas, essa “ciência do passado” apresentava uma conotação muito específica e particular, pois deveria evidenciar, num sentido marcadamente positivista, o conjunto de “verdades” ou “leis” universais, imutáveis e indiscutíveis presentes no desenvolvimento político, econômico e social de cada civilização do passado. Essas “leis históricas”, consolidadas ao longo da trajetória histórica de cada civilização, eram entendidas como marcas indelévels de cada povo e inquestionáveis fontes de ensinamentos que, via de regra, edificaram e deveriam continuar edificando todo o mundo

ocidental contemporâneo. Em outras palavras, havia a convicção de que o passado era determinado por leis e movimentos civilizatórios amplos, que acabaram definindo, ao longo dos séculos, as particularidades do mundo ocidental e que ainda estavam lá atrás, à espera de serem reveladas em sua suposta essência ou mesmo em sua totalidade. Dessa forma, não podemos entender a produção do conhecimento histórico desse contexto como um simples registro do que aconteceu no passado, mas sim como uma disciplina (ou ciência) que adquiriu um elevado grau de instrumentalização, adaptada e subordinada aos interesses e anseios de seus idealizadores, permeada pelas resignificações do passado e, muitas vezes, corroborada na crença de que os documentos e fontes textuais eram uma mera transparência do passado, um meio de acesso direto aos acontecimentos e personagens escolhidos e estudados. Dentro desse léxico, a busca das “leis do passado” deveria indicar o caminho para o “progresso” e para a “modernidade”, fundamentos e conceitos formadores da pedagogia iluminista e do conceito de desenvolvimento social positivista de “civilização”. Essa forma de se entender a função e o papel da ciência/disciplina História acabou condicionando toda a produção histórica do período, em especial a elaboração dos textos históricos didáticos, e provocou a formação e propagação de uma “História da Civilização” nos compêndios didáticos que tinha como objetivo principal a demonstração da existência de processos históricos de longo prazo que resultaram, segundo seus autores, nos estágios contemporâneos de “atraso” ou de “modernidade” apresentados por certos países ocidentais.

Além desses fatores, devemos lembrar também que o Ensino Secundário francês teve uma trajetória peculiar dentro do desenvolvimento da rede de instrução pública, como mostra os trabalhos de Cynthia Veiga:

“O ensino secundário Francês sofreu inúmeras mudanças no final do século XVIII e ao longo do XIX. A questão central, bastante problemática, foi definir a função e a clientela desse nível de ensino. Enquanto religiosos, monarquistas e republicanos conservadores reivindicavam uma estrutura elitista e clássica, que incluísse o latim e se voltasse para o

ingresso nas universidades (ensino propedêutico), os republicanos radicais e os socialistas defendiam a abertura do ensino secundário para as ciências.

Em 1764, com o fechamento dos colégios jesuíticos na França, a ordem dos oratorianos – mais aberta às ciências – assume grande parte dos colégios, sob a forma de internatos e supervisionada pelo Estado laico. Somente na primeira Assembleia Constituinte francesa (1789-91) foram mais bem definidas as competências e limites dessa modalidade de ensino. Embora os projetos apresentados divergissem em inúmeros aspectos, havia consenso quanto à definição do alunado: jovens que não precisassem trabalhar para ajudar o orçamento familiar” (VEIGA, 2007: 100).

A informação que mais chama a atenção nessa afirmação sobre o tipo de alunos que deveriam frequentar as escolas secundárias francesas é justamente aquela que determina essa modalidade de ensino como um nível quase que exclusivo das camadas sociais mais abastadas, excluindo os jovens provenientes dos segmentos mais pobres. Com a criação do Ensino Secundário no Brasil em 1834, cuja descentralização (pois esse segmento do Ensino ficava sob responsabilidade das províncias) e caráter propedêutico (ou seja, voltado para estudo do latim, o grego, a retórica, a poética, a filosofia e para as línguas modernas) formavam suas características principais, cristalizadas na criação do Colégio Pedro II, percebe-se que a própria estrutura da rede de Ensino Pública brasileira constitui um reflexo da estrutura implantada na França (escolas primárias, normais, secundárias, profissionalizantes e universidades), com poucas diferenças, sendo as escolas secundárias caracterizadas principalmente por seu caráter segregacionista e elitista (VECHIA, 2003: 27). Além da forte influência francesa, vale lembrar que toda a estrutura do Ensino Secundário nacional – bem como seus conteúdos e programas – também estava subordinada às exigências dos *Exames de Admissão* do Ensino Superior, obrigatório para todos aqueles que quisessem pleitear uma vaga em qualquer curso superior da época. Realizados na forma de

perguntas orais pelos *Tribunais de Exames* (formados pelos professores das instituições) e pelo *Tribunal de Julgamento* (composto pelo Reitor, Vice-Reitor e pelo Comissário do Governo) constituía-se como um verdadeiro “funil” para o acesso aos estudos superiores. Não havia a exigência do cumprimento de todos os “anos” ou “séries” (denominação que surgiu a partir de 1912) para a realização dos Exames (principal fator para a pequena participação dos alunos nos cursos secundários seriados), fato este criticado por alguns educadores e docentes, como é o caso do advogado e professor de História Jonathas Serrano, na nota preliminar datada de 1912 do manual *Epítome de História Universal*, publicado em 1954 :

“Ademas é sabido quão penosa é a tarefa dos mais distintos estudantes, em se tratando de preparar integralmente os pontos dos programas oficiais. A multiplicidade das disciplinas do curso secundário, a exigüidade do tempo que se lhes pode razoavelmente consagrar, a ansiedade em que todos – alunos, pais de alunos, professores e diretores de colégios – desejam ver passado o perigoso exame e patentes as portas da Faculdade (lamentável *régime de chauffage*, consoante à expressão de Demolins) – tudo são fatores do pouco aproveitamento em geral observado nos estudantes de história. Acresce, mais grave ainda, a relativa escassez de bons compêndios; e – gravíssima, porém infelizmente mais comum – a inópia metodológica dos que devem ensinar” (SERRANO, 1954: 14).

Os compêndios históricos franceses voltados ao Ensino Secundário, nesse contexto, exerceram grande influência na produção didática brasileira ao longo do século XIX e durante toda a primeira metade do século XX, sendo, muitas vezes, utilizados como referência inquestionável para a construção do conhecimento histórico. Tal fato se explica, em parte, pela notória precariedade do acesso às fontes, livros e documentos por parte da maioria dos autores brasileiros que se

dedicavam às obras escolares, daí o pequeno número de obras dessa natureza em solo brasileiro. Dessa forma, os compêndios históricos franceses serviram, muitas vezes, como uma das poucas bases de consulta na elaboração de vários compêndios brasileiros, fato constatado não só no Período Imperial Brasileiro, mas também ao longo de toda a Primeira República. Essas limitações e influências eram explicitamente manifestas em alguns compêndios, como é o caso do compêndio Correia / Duque-Estrada de 1920, aqui utilizado como uma das nossas fontes documentais contemporâneas principais:

“As Noções de História Universal, que adiante se vão ler, não passam, pois, de compilações, resumos e adaptações de trabalhos do mesmo gênero, que trazem a chancellaria de Maspero, Onken, A. Malet, P. Laffite, Loliée, Hipolyte Taine, Fustel de Coulanges, Raposo Botelho, Carlos de Novaes, Oliveria Martins, Capistrano de Abreu, Basílio de Magalhães, etc.” (CORREIA/DUQUE-ESTRADA, 1920: 6).

Alguns compêndios históricos franceses foram traduzidos para o português e recomendados como material didático obrigatório pelos planos de estudos oficiais, reforçando ainda mais essa influência, como é o caso do *Compêndio de História Universal (1900)*, de Victor Duruy (1811-1894), historiador francês, entusiasta do ensino público gratuito e autor de vários livros didáticos destinados ao Ensino Secundário. Também foi Ministro da Instrução Pública da França entre 1863 e 1869 sob o governo de Napoleão III. A tradução foi realizada pelo Cônego Francisco Bernardino de Souza e a publicação foi realizada pela então prestigiada Livraria H. Garnier (DURUY, 1900). Além do compêndio de Duruy, já durante a fase republicana, o ensino de História passou a agregar um enfoque cada vez mais sociológico e uma gama mais diversificada de autores, como afirma a historiadora Ariclê Vechia:

“Os livros didáticos adotados na década -1890/1900 – foram: *História Antiga*, de João Ribeiro, *História Universal* de G. Berquó e *História da Civilização* em 2 volumes do renomado historiador francês Charles Seignobos e *História Universal* de Weber” (VECHIA, 2003, p. 33).

E ao tratar sobre a forma como esses materiais didáticos eram disponibilizados àqueles que conseguiam pleitear os poucos colégios secundários brasileiros (ou tinham interesse em prestar os Exames de Admissão para o Ensino Superior), faz-se necessário descrever, ao menos em parte, qual era a situação do mercado editorial e livro no Brasil e o papel exercido pelos estabelecimentos franceses nesse setor durante a Primeira República. O número de livrarias francesas instaladas no Rio de Janeiro é mais uma indicação dessa forte influência externa vivenciada pelas elites brasileiras, sendo que boa parte da produção e circulação dos manuais escolares no Brasil era de responsabilidade dessas editoras desde meados do século XIX. Concentradas na rua do Ouvidor, disputavam espaço no incipiente mercado gráfico brasileiro com outras livrarias e editoras nacionais (como é o caso da Livraria Francisco Alves, entre outras). Algumas delas, como a Villeneuve, a já citada Garnier, a Firmin Didot, a Laemmert e a Crémère eram verdadeiros pontos de encontro da intelectualidade que residia na Corte. Destaque para a Garnier e a Laemmert, cujo volume de publicações e vendas não encontrava paralelo em outras casas dessa natureza (ARRIADA, 2007).

Dessa forma, acreditamos que a influência francesa na Educação brasileira é um fator que não deve ser desconsiderado em qualquer análise ou estudo dessa natureza durante a Primeira República. Os compêndios didáticos de História do Ensino Secundário, como visto, não ficaram isentos dessa influência. Na realidade, constituem prova cabal desse fato.

“A tendência da transformação das finalidades do ensino secundário, que também na Europa encontrava fortes restrições, enfrentou aqui, no paradoxo movimento social-

histórico, o peso dos valores aristocráticos e da cultura das belas artes, fortalecidos com a permanência de uma hierarquia social excludente. Tais condições ajudaram a configurar uma realidade social que construía fortes barreiras ao acesso e permanência de alunos não pertencentes às famílias abastadas nos estudos secundários – e nos estudos superiores – que constituíam o percurso dos que se destinavam principalmente ao mundo das leis – o mundo dos bacharéis e dos juristas. Outras categorias profissionais também entravam na composição da elite intelectual e política, como médicos, engenheiros e militares. Desse grupo, saíram os *professores do ensino secundário* – que não contavam com uma formação específica – mas que deveriam ser, principalmente, detentores de uma cultura humanística: ser professor era ser reconhecidamente *letrado*” (GASPARELLO, 2004, p. 61).

1.4.2. A ESCOLHA DOS COMPÊNDIOS DE HISTÓRIA UNIVERSAL.

Para a análise exposta nessa tese, adotamos como fontes contemporâneas principais dois compêndios históricos que consideramos como amostras exemplares desse tipo de documentação produzida durante a Primeira República brasileira. A explicação da adoção desses dois compêndios reside no fato de que ambos representam respectivamente as duas grandes tendências históricas presentes nas obras didáticas históricas do período: o *Elementos da História Universal* (1923), editado pela F.T.D. (Frère Théophile Durant), dos Irmãos Maristas, representa a *vertente interpretativa religiosa*. Já o *Noções de História Universal - resumos das lições professadas na Escola Normal* (1920), dos professores Joaquim Osório Duque-Estrada e Leôncio Correia, representa o conjunto de obras que formavam a *vertente interpretativa de base laica ou científica*.

As duas vertentes se diferenciavam principalmente pelo fato de adotarem prerrogativas diferenciadas em relação à origem do homem: a primeira traçava a

gênese humana a partir do nascimento de Adão, sendo todo o desenvolvimento histórico posterior determinado por leis históricas específicas que regeriam a marcha da humanidade e que, por sua vez, apontavam eventos virtuosos que deveriam ser imitados e vícios individuais e civilizatórios que deveriam ser evitados:

“Deus creou o primeiro homem, Adão, e a primeira mulher, Eva, e os poz no Paraíso terrestre, donde foram expulsos por sua desobediência.

Cain, filho primogênito de Adão, matou seu irmão Abel e foi amaldiçoado por Deus; os homens perverteram-se e Deus os castigou por um diluvio; só escapou o justo Nóe e sua família” (F.T.D., 1923: 16-17).

Já a vertente laica ou científica pautava a origem humana dentro da perspectiva evolucionista darwiniana, admitindo a existência de um longo processo de desenvolvimento biológico e social a partir da Pré-História e aceitando a existência de extensos períodos geológicos anteriores à humanidade.

“ A Sciencia affirma apenas que a Terra é um planeta , como os outros, pertence ao systema solar, e que, tendo sido, um globo incandescente, gyrando no espaço, levou, talvez, milhões de annos para se solidificar na sua crosta externa e resfriar-se a ponto de tornar possível a vida do homem e dos outros animaes na sua superfície. Affirma também que a existência do homem data de mais de duzentos mil annos, e que elle appareceu e viveu ao lado de varias espécies de animaes, hoje de todo desaparecidas” (CORREIA / DUQUE-ESTRADA, 1920: 12).

Outros motivos, mas não menos importantes, também justificam a escolha desses compêndios didáticos. No caso do compêndio F.T.D., basta analisar a estrutura e a configuração das escolas de Ensino Secundário no Brasil nas primeiras três décadas do século XX. Percebemos *uma predominância das escolas secundárias particulares* neste contexto, em especial as de caráter católico. Citemos alguns exemplos para esclarecer essa informação. Em São Paulo, centro financeiro e comercial da República, em 1925, dos 11.199 alunos matriculados, apenas 1.084 cursavam os ginásios secundaristas públicos. Em outras palavras, apenas 9,68% dos discentes frequentavam os estabelecimentos públicos de Ensino Secundário paulistas (BITTENCOURT, 1990: 39). Um quadro geral de 1929, do número de escolas e de matrículas, corrobora essa predominância do caráter particular do ensino secundário nessa época:

“Instrução secundária: federais: seis e 2589; estaduais: 24 e 5301; municipais: dez e 1305; particulares: 1090 e 73995. Neste caso, a situação (em relação à instrução primária) mais do que se inverte, com a absoluta predominância das escolas particulares e das matrículas nessas escolas: 96,46% delas eram particulares, que absorviam 88,94% da clientela” (NAGLE, 2009: 314).

Dessa forma, podemos constatar que o compêndio F.T.D. era um dos compêndios mais utilizados nessas instituições particulares (e também em certos estabelecimentos públicos), sendo consultado pela maior parte dos alunos desse segmento da Educação.

Já o compêndio Correia / Duque-Estrada encontra a importância de sua escolha no histórico de seus autores, docentes que, apesar de não apresentarem uma formação acadêmica específica na área educacional, eram republicanos “históricos” e também tiveram períodos de ativa participação na administração escolar federal, além de terem lecionado no Colégio Pedro II, considerado como “padrão” para as outras instituições de Ensino Secundário do período.

1.5. ORIGENS E DADOS BIOGRÁFICOS DOS AUTORES

1.5.1. OS IRMÃOS MARISTAS E O COMPÊNDIO F.T.D. DE 1923

A Editora F.T.D. iniciou sua trajetória na França em 1817, ano da fundação da Congregação dos Pequenos Irmãos de Maria (conhecidos como Irmãos Maristas), pelo padre Marcelino Champagnat (1789-1840), com o objetivo inicial de expandir e propagar o ensino fundamental voltado aos princípios cristãos em todo o território francês. Entretanto, a sociedade religiosa logo passou a atuar em outros países europeus e em outros continentes. A Congregação chegou ao Brasil em 15 de outubro de 1897 e, ao longo dos anos posteriores, fundou diversos colégios e criou a sigla editorial comercial F.T.D. em homenagem a Frère Théophane Durant, que assumiu a diretoria da Congregação Marista entre 1883 e 1907. Nascia assim a Editora F.T.D. no Brasil. Os livros, de disciplinas básicas do currículo escolar do Ensino Primário e Secundário, eram escritos pelos próprios Irmãos Maristas, que não indicavam seus nomes nas obras e adotavam a simples indicação da sigla em todas as obras. Dada a precariedade do mercado gráfico no Brasil, os originais eram mandados para a França via Porto de Santos, onde eram confeccionadas as primeiras provas que, por sua vez, eram enviadas novamente ao Brasil para revisão e aprovação da publicação definitiva em capa dura. A Editora F.T.D. ainda atua no mercado gráfico editorial nacional, com mais de 4.000 títulos impressos e distribuidoras em todas as regiões brasileiras. Os Maristas mantêm atualmente no Brasil uma rede de 74 escolas e de 15 universidades, com aproximadamente 250.000 alunos espalhados em 23 estados da Federação, além de mais duas editoras e 109 obras sociais, envolvendo um total de 20.000 funcionários.

1.5.2. LEÔNCIO CORREIA E JOAQUIM OSÓRIO DUQUE-ESTRADA: OS REPUBLICANOS HISTÓRICOS

Joaquim Osório Duque Estrada (1870-1927) nasceu em Pati do Alferes (RJ), e era filho do Tenente-Coronel Luiz de Azevedo Coutinho Duque-Estrada e Mariana Delfim Duque-Estrada. Coursou o Colégio Pedro II entre 1882 e 1888, recebendo o grau de bacharel em letras em dezembro de 1888. Sua primeira obra poética, “Alvéolos”, redigida em 1886 e prefaciada por seu professor e confidente Sílvio

Romero, já apontava críticas ao sistema monárquico de governo. Durante a adolescência, demonstrava grande interesse pela poesia e pela imprensa, escrevendo em 1897 seus primeiros artigos em alguns jornais cariocas como auxiliar de José do Patrocínio na campanha abolicionista. Republicano ligado a Silva Jardim, teve uma breve passagem pelo curso da Faculdade de Direito em São Paulo e pela diplomacia no Paraguai em 1891. Entre 1893 e 1896, morou em Minas Gerais, onde redigia o *Eco de Cataguazes*. Nos anos de 1896, 1899 e 1900 foi inspetor geral do ensino, bibliotecário do Estado do Rio de Janeiro e professor de francês do Ginásio de Petrópolis, cargo exercido até 1902, quando foi nomeado regente interino da cadeira de História Geral do Brasil, no Colégio Pedro II. Abandonou o magistério em 1905, voltando a trabalhar na imprensa em alguns jornais do Rio de Janeiro, destacando-se na crítica literária. Ficou mais conhecido não como poeta ou crítico, mas pela autoria da letra do Hino Nacional Brasileiro. Foi membro da Academia Brasileira de Letras e autor de muitos manuais didáticos nas áreas de Gramática, Poesia e História (MAYA, 2009).

Leôncio Correia nasceu em Paranaguá, Estado do Paraná, em 1º de setembro de 1865. Outro republicano histórico, também fez parte da campanha abolicionista. Foi deputado estadual no Paraná, de 1892 a 1897, deputado federal, diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro, diretor do Colégio Pedro II (Internato) e diretor da Imprensa Nacional. Durante muito tempo lecionou História Universal na Escola Normal (hoje Instituto de Educação do Rio de Janeiro), da qual foi, mais tarde, Diretor. Era formado em Direito, mas não exerceu a profissão. Foi membro de diversas instituições literárias, e publicou diversas obras, entre elas o *Noções de História Universal - resumos das lições professadas na Escola Normal*, editado em 1920, em co-autoria com Joaquim Osório Duque-Estrada.

De posse dessas informações, podemos agora nos dedicar à análise da representação da História Antiga nos compêndios aqui elencados. Nosso objetivo principal é lançar considerações pertinentes à forma como os autores dos compêndios delinearão e explicaram o passado romano antigo e, para tanto, recorreremos à exposição de vários trechos dos conteúdos dos compêndios, a fim de corroborar nossas afirmações. A partir daí, tentaremos evidenciar as principais características dessa instrumentalização do passado romano e determinar quais

foram as principais influências que nortearam a confecção desses textos, além das já apontadas nesse capítulo. Tendo em mente que essas obras eram utilizadas e disseminadas com o aval do governo, nossa hipótese tentará demonstrar que esses conteúdos didáticos extrapolaram sua função pedagógica primordial, criando um passado apropriado para o processo de construção identitária republicana para a nação brasileira do início do século XX, e que foi perpetrado pelo próprio Estado republicano.

Mas antes de realizarmos a análise do uso do passado romano presente nos conteúdos dos compêndios, apresentaremos no próximo capítulo uma interpretação crítica da História Romana Antiga, focando especificamente o período republicano romano, considerado pelos autores dos compêndios como a mais importante fase política de toda a Antiguidade Clássica. Além disso, focaremos nossa atenção à trajetória política de Marco Túlio Cícero no contexto político romano do século I a.C., já que, para os autores dos compêndios, Cícero foi o maior herói republicanos de sua época. Para tanto, faremos uma exposição do conteúdo de duas de suas mais importantes obras, o Da República (*De re Publica*) e o Das Leis (*De Legibus*), tratados em que o autor expressou suas considerações a respeito do sistema republicano de governo e dos elementos sociais e jurídicos mais importantes para a manutenção da ordem e da estabilidade da República romana. Tal quadro contextual, com informações extraídas das principais obras que compõe a atual historiografia sobre o período, servirá como base de informações comparativa para a posterior análise da instrumentalização desse passado romano dos compêndios, além de possibilitar condições para a determinação do grau de instrumentalização dos conteúdos didáticos aqui analisados.

CAPÍTULO 2

A REPÚBLICA ROMANA ANTIGA: UMA INTERPRETAÇÃO DO SÉCULO XXI

2.1. OS PRIMÓRDIOS DE UMA REPÚBLICA ARISTOCRÁTICA E ESCRAVISTA: A MONARQUIA ROMANA.

Segundo a própria tradição literária romana (GRANDAZZI, 2010; 15-42), o sistema monárquico de governo surgiu em Roma no ano de 753 a.C., mesmo ano da fundação da cidade. Tal fato é atribuído a Rômulo, um dos descendentes de Enéas, príncipe troiano que ao fugir da Guerra de Tróia por volta de 1400 a.C. buscou refúgio na região da atual Itália, estabelecendo aí uma nova linhagem de governantes. A partir de sua fundação, a cidade de Roma tomou caminho próprio durante os séculos seguintes, caminho este formado a partir da síntese de várias influências culturais e políticas estrangeiras. Nesse sentido, notam-se com destaque três grandes influências primordiais: a da presença dos povos italianos que conviviam com os romanos na região do Lácio; a da cultura grega (presente no sul da Península Itálica na região conhecida como Magna Grécia desde o século VII a.C.) e, de forma mais marcante, a influência cultural e política dos etruscos.

Os etruscos eram uma comunidade de provável origem asiática que, primordialmente, ocuparam o norte da Península Itálica por volta de 2000 a.C.. Em termos políticos, estavam organizados em um sistema monárquico hereditário, cuja base de sustentação estava alicerçada no delicado equilíbrio estabelecido entre a realeza e um grupo específico de famílias etruscas (clãs), formando uma estrutura político-administrativa onde os chefes dessas famílias (os *pater*) tinham destacado papel decisório tanto no âmbito privado quanto na esfera pública. Sua autoridade e importância política, por sua vez, residiam principalmente no elemento fundiário, já que o poder político agregado por essas famílias advinha do fato de serem os proprietários das melhores terras disponíveis (CARDOSO, 1993; 57-63).

A partir do século VII a.C., os etruscos expandiram seus domínios territoriais chegando até a região do Lácio, área ocupada pelos romanos. Roma teve seu

surgimento em solo italiano inaugurado a partir da construção de uma fortaleza militar, fato revelador no sentido de que as atividades militares já formavam uma das principais características da florescente comunidade romana, dada a necessidade de proteção de suas possessões de invasores e agressores estrangeiros.

Nessa época, os romanos também apresentavam um sistema de governo monárquico com base gentílica, que foi responsável pela dominação e conquista de várias cidades vizinhas importantes durante o século VIII a.C.. Mas os etruscos, devido ao seu expansionismo comercial e territorial, dominaram a região ocupada por Roma no século VII a.C., num movimento que desencadearia a formação de uma confederação de cidades no norte e no centro da Península, capitaneada pelos governantes da Etrúria. Graças a esse contato e convivência com os etruscos, uma nova linhagem dinástica, estrangeira, foi incorporada pelos romanos. Era o início do período da monarquia etrusca.

A sociedade romana desse período era composta basicamente por quatro grupos sociais: os patrícios (descendentes das famílias mais antigas e tradicionais de Roma, eram os únicos que tinham direitos políticos e sua riqueza estava assentada na posse de grandes propriedades rurais), os plebeus (não tinham direitos políticos e geralmente trabalhavam como mercadores, artesãos e agricultores, formando a maioria da população), os clientes (pessoas livres que prestavam serviços aos patrícios em troca de benefícios materiais e proteção jurídica) e os escravos (pessoas condenadas pela justiça, prisioneiros de guerra e aqueles que não conseguiam saldar suas dívidas) (ROSTOVTZEFF, 1961; 20-33).

A Roma monárquica foi governada por sete reis, sendo que os três últimos foram monarcas de origem etrusca (Tarquínio Prisco, Sérvio Túlio e Tarquínio, o Soberbo). Suas prerrogativas eram de caráter legislativo, executivo, sacerdotais, judiciais e militares. Contudo, seu poder encontrava alguns limites estabelecidos pelos costumes, pela tradição, pelo Senado e pela Assembleia Curiata. O Senado, cuja origem lendária estava ligada à própria figura de Rômulo, era composto pelos chefes dos principais clãs, e seu poder de veto sobre as medidas tomadas pelos reis e pela Assembleia Curiata demonstrava seu caráter ratificador e decisório central, já que para qualquer alteração legislativa significativa, era necessário o aval dos senadores. Além disso, em caso de vacância do posto real, os poderes do rei

passavam automaticamente para o Senado até que a vaga fosse preenchida. Já a Assembleia Curiata era formada pelos representantes masculinos em idade militar das trinta cúrias, divisões que, na época, organizavam o corpo social romano. Essa instituição, além de servir como órgão de auxílio ao Senado na execução de suas atribuições, também verificava as propostas feitas pelo rei, com possibilidade de veto sobre as mesmas, sendo que qualquer concessão de perdão ou declaração de guerra ou paz por parte do rei também passava necessariamente pelo crivo dos representantes dessa assembleia (CRAWFORD, 1981; 34).

Imbuído de tais características, o poder senatorial, na leva das mudanças que trouxeram o fim da monarquia romana no século VI a.C., aglomeraria mais autoridade e importância na fase republicana. Dessa forma, o Senado acabaria consolidando sua posição como a principal instituição política dentro dos limites territoriais romanos e o centro “gravitacional” no qual orbitariam todas as principais propostas políticas, econômicas e militares relacionadas ao destino da Roma Republicana.

2.2. O FIM DA MONARQUIA E A ASCENSÃO DA REPÚBLICA.

Ainda segundo a tradição literária romana antiga, a formação do sistema republicano de governo ocorreu no ano de 509 a.C., e esteve diretamente ligada ao movimento de expulsão da realeza etrusca que governara os romanos e a região do Lácio desde o século VII a.C.. Com a inauguração da República, Roma assumiria uma nova condição política e econômica no cenário da Península Itálica e, posteriormente, em toda a região do Mediterrâneo.

Também com base na tradição (GRANDAZZI, 2010; 40), a retirada da família real etrusca de Roma é usualmente explicada a partir dos abusos e irregularidades praticadas pelos Tarquínios, dinastia etrusca que havia assumido as atribuições reais em Roma por volta de meados do século VI a.C.. O ponto de ruptura que teria causado o fim do governo dos etruscos sobre os romanos foi o suposto estupro de Lucrecia, uma respeitada matrona romana por um dos príncipes estrangeiros. Independente da veracidade desse acontecimento, o fato é que no final do século VI a.C. ocorreu o fim do sistema monárquico de governo em Roma. E a hipótese

explicativa mais plausível para tal mudança reside na ocorrência de um levante aristocrático senatorial romano bem-sucedido que acabou repelindo a presença estrangeira da política local. A partir desse levante, ocorreu o declínio do poder etrusco na Itália e o estabelecimento de novos parâmetros políticos de administração e governo em solo romano, eventos estes que desembocaram na criação do Estado republicano. Com a saída da realeza etrusca, ocorreu um breve período de desestabilização na política interna e externa, fato que favoreceu a incursão militar de antigos aliados contra os romanos. Esses ataques reduziram consideravelmente, nessa época, o território controlado por Roma. Mas, depois de um posicionamento defensivo inicial, as elites romanas conseguiram abafar as revoltas e ataques, começando um movimento de expansão territorial que marcaria toda a fase republicana. No início, as conquistas focaram os antigos territórios etruscos. Depois, as atenções romanas se voltaram para a porção sul da Península Itálica, com as conquistas das cidades gregas. Apesar da resistência de certas comunidades a esse avanço e da violenta repressão aos levantes, a voracidade da aristocracia por novos territórios levou os romanos à quase dominação completa dos territórios da Península Itálica já em meados do século III a.C..

No início da fase republicana de Roma, os plebeus, especialmente seus setores médios (proprietários de terras que formavam a maioria da população), não podiam ocupar nenhum cargo importante no governo romano, apesar de pagarem impostos e de participarem obrigatoriamente das atividades do exército. Além dessas limitações no campo dos direitos políticos, os plebeus sofriam ainda o problema do abandono de suas propriedades rurais e negócios quando eram convocados para as campanhas militares, fato que causava enormes problemas econômicos aos membros desse grupo social. Diante de tais dificuldades, se endividavam e, quando ocorria a impossibilidade de pagamento dessas dívidas (geralmente contraídas junto aos membros da aristocracia patricia), eram escravizados e perdiam suas terras (escravidão por dívidas). Por conta de seu grande peso numérico no corpo social e de sua crescente importância para as campanhas militares (principalmente a partir da invasão gaulesa de 390 a.C.), a aristocracia patricia cedeu aos plebeus, de forma gradativa, uma série de concessões e direitos políticos que mudaram substancialmente a estrutura institucional republicana romana, aumentando a participação política plebeia nas

decisões do governo e encerrando o monopólio político patrício (CORASSIN, 2001). Entretanto, é importante salientar que esse processo de ampliação de direitos foi, em vários aspectos, bem limitado. Tal “luta” por parte dos plebeus muitas vezes pode ser entendida como um conjunto de mudanças que fez surgir e desenvolver ao longo da fase republicana romana um regime de governo democrático. Tal perspectiva, entretanto, é equivocada, já que mesmo com a criação de novas magistraturas e leis que favoreceram diretamente os grupos plebeus, tais medidas, na prática, não acabaram com a hegemonia política das elites aristocráticas (CARDOSO, 1993; 66-67).

As principais inovações no sentido da ampliação da participação política na República foram a criação do Tribunato da Plebe, em 494 a.C. (magistratura que tinha o direito de veto sobre as decisões que afetavam negativamente os plebeus), a criação da Assembleia da Plebe em 471 a.C., a publicação da Lei das XII Tábuas, em 450 a.C. (com o acesso às leis escritas, os plebeus puderam conhecer as principais leis romanas e evitar certos abusos e excessos de interpretação da parte da aristocracia), a Lei Canuléia de 445 a.C. (que permitia o casamento entre patrícios e plebeus) e as Leis Licínias-Séxtias de 367 a.C. (a primeira determinava que um dos cônsules deveria ser plebeu e a segunda cancelava parte das dívidas dos plebeus com os patrícios). Com o tempo, essas concessões acabaram permitindo que os plebeus pleiteassem a ocupação de todas as magistraturas do Estado, bem como o fim da escravidão por dívidas. Paralelamente a essas inovações, e com o desenvolvimento das atividades econômicas, muitos plebeus enriqueceram, e tal riqueza material possibilitou que os mesmos pudessem participar efetivamente do governo. Além disso, fato significativo foi o surgimento de uma nova aristocracia, a *nobilitas*, formada por patrícios e plebeus (FUNARI, 2002; 84).

2.3. A REPÚBLICA E A EXPANSÃO ROMANA.

A República nasceu sob a égide de dois pressupostos políticos fundamentais, gerados em parte da experiência monárquica que compôs a fase anterior. O primeiro princípio era o de que nenhum homem deveria acumular poderes suficientes para

exercer, por livre vontade, plena autoridade sobre as instituições do governo; já o segundo pressuposto pregava a ideia de que, para o sucesso e prosperidade da Roma republicana, deveria ser instituída uma rotatividade periódica na ocupação dos cargos e magistraturas, por meio de eleições regulares e do estabelecimento de períodos determinados de mandatos, geralmente de um ano. Daí considerarmos que uma das mudanças mais marcantes impostas pelo movimento que determinou o fim da monarquia, e que está diretamente ligada aos princípios expostos acima, foi a criação não de uma, mas de duas magistraturas executivas (os cônsules), cargos eletivos com mandato de um ano que passaram a concentrar o exercício do poder Executivo, e que antes repousava na figura solitária do monarca (CRAWFORD, 1981; 30-31).

Vale lembrar que essas mesmas instituições republicanas, nitidamente avessas ao poder centralizado de caráter monárquico, acabaram desenvolvendo, quase que contraditoriamente, a regulamentação da escolha de um ditador em situações de crise ou de calamidade. Esses ditadores, na prática, substituíam os cônsules com poderes quase absolutos. Entretanto, mesmo nesse caso excepcional, o exercício desse poder ditatorial era temporário, ressaltando-se com isso a importância do caráter eletivo e rotativo do exercício das magistraturas e cargos no sistema republicano romano.

Em termos institucionais, a República foi organizada da seguinte maneira: o Senado passou a ser composto por trezentos membros patrícios em caráter vitalício. Já o número de assembleias aumentou, passando para o número de três: a Assembleia das Tribos, que reunia os cidadãos de Roma conforme seu local de origem ou de residência; a Assembleia da Plebe, formada apenas por plebeus e a Assembleia Centuriata, que reunia os cidadãos por meio das centúrias (unidades do exército) e segundo seus respectivos níveis de riqueza. Além desses cargos, outras magistraturas foram criadas ao longo da fase republicana, como a dos pretores (aplicação da justiça), dos censores (por meio da contagem da população, dividiam a mesma pelo critério de riqueza), dos questores (despesas públicas e arrecadação de impostos) e dos Édis (eram os administradores citadinos, que cuidavam da manutenção das ruas e prédios, do abastecimento e da construção de obras públicas).

A partir dessa configuração política e institucional, a Roma republicana prosperou. E essa prosperidade esteve diretamente ligada aos movimentos de expansão e dominação territorial levados a cabo pelos romanos nos séculos seguintes. Esse expansionismo romano teve duas fases distintas, porém interligadas em sua trajetória: a primeira fase foi aquela relacionada à conquista de quase todas as regiões que formavam a Península Itálica, cronologicamente balizada entre os anos de 509 e 270 a.C.; a partir desse avanço inicial, temos então a segunda fase expansionista, ou seja, aquela em que os romanos voltaram suas atenções para outras regiões do Mediterrâneo e da Europa Ocidental, datada entre os anos de 270 a.C. até meados do século I a.C. (GUARINELLO, 1991: 38-78).

Segundo Pedro Paulo Funari (2002: 86), o sucesso e a consolidação do domínio romano sobre esse novo conjunto de regiões conquistadas só foi possível graças à habilidade dos governantes e generais romanos em aplicar diferentes formas de tratamento aos dominados. Foi instituída, no caso dos povos aliados e alinhados aos interesses de Roma, a concessão total ou parcial de cidadania, a inclusão das elites dominadas à esfera política romana e a permissão do exercício e manutenção das leis e magistraturas tradicionais dessas comunidades. Além dessa relativa autonomia, os aliados ainda gozavam da proteção militar e eram obrigados a fornecer tropas ao exército romano em caso de convocação. No caso dos opositores e derrotados, os romanos impunham condições muito mais severas, como a escravidão ou tratados que taxavam enormes cargas tributárias a esses povos. Esse tratamento extremamente diferenciado entre as áreas conquistadas dificultava a união entre os derrotados e fortalecia a tutela e o poder romano. Além desses fatores, a solidez das conquistas romanas também era favorecida pela grande mobilidade do exército (em parte, uma consequência direta da construção e utilização de extensas redes de estradas) e pela criação de colônias nos territórios subjulgados (habitadas pelos cidadãos romanos, os “soldados camponeses”, que vigiavam esses territórios).

Após conquistar quase toda Península Itálica, Roma entrou em confronto direto com outra grande potência da época, Cartago, cidade fundada no século IX a.C.. pelos fenícios de Tiro e situada no norte do continente africano. De forma geral, as causas desses conflitos, conhecidos como as *Guerras Púnicas* (264-146 a.C.)

estão relacionadas ao controle do comércio do Mediterrâneo ocidental (GARRAFFONI In: MAGNOLI, 2006: 47-78). A vitória coube aos romanos, que destruíram a cidade inimiga, converteram sua população em mão-de-obra escrava e transformaram sua região em uma província sob o controle de Roma.

Muitas regiões conquistadas fora da Itália também acabaram sendo transformadas em províncias. Mas, diferente do caso cartaginês, muitas províncias receberam a permissão de manter seus costumes e sua religião, apesar de administradas por governadores romanos, escolhidos pelo Senado.

Após as três guerras empreendidas contra os cartagineses, os romanos voltaram sua atenção para o oriente, onde promoveram uma série de novas conquistas (Macedônia, Ásia Menor e Grécia). No século I a.C., a Gália, o Egito e boa parcela da região norte da África também foram anexadas às possessões romanas.

Os movimentos de expansão territorial trouxeram várias mudanças à vida romana, com destaque para o aumento do escravismo, para a concentração fundiária nas mãos da aristocracia, o enriquecimento do Estado romano (cujos recursos eram constantemente repostos pela cobrança de impostos e outras riquezas oriundas de suas províncias) e a consolidação de um novo grupo social, o grupo dos cavaleiros (também conhecidos como a ordem equestre), enriquecido pelo comércio e pela cobrança de impostos das novas áreas conquistadas. Em relação ao escravismo, vale destacar a ocorrência de diversas revoltas dentro do território romano, sendo uma das mais significativas aquela liderada por Espártaco, na Cápua, que envolveu milhares de combatentes e que foi duramente reprimida pelo Estado romano em 71 a.C..

Como visto, as guerras de conquista favoreceram principalmente a aristocracia tradicional (os *optimates*), detentora da maior parte das novas terras dominadas (o *ager publicus*, apoiado no extenso mas não exclusivo uso da mão-de-obra escrava). Em contrapartida, a maioria dos pequenos proprietários viveu uma situação bem diferente, já que a guerra (agora realizada em regiões distantes do Lácio e em campanhas cada vez mais longas) significava a morte ou o abandono de suas atividades agrárias por longas temporadas, o que favorecia a aquisição de

dívidas ou a perda da propriedade por invasores. O expressivo ingresso de escravos nos domínios romanos também prejudicou esses grupos sociais mais pobres, já que a oferta de trabalho (especialmente no campo) diminuiu consideravelmente, provocando um expressivo êxodo rural que, por sua vez, fez aumentar o número de pobres nos centros urbanos (FINLEY, 1997: 136-142).

Em 133 a.C., o então Tribuno da Plebe Tibério Graco, membro de uma das mais tradicionais famílias da nobreza plebeia, mobilizou uma grande campanha política no sentido de realizar uma extensa reforma agrária nos domínios romanos, utilizando como princípio a limitação da extensão das propriedades oferecidas pelo Estado e a distribuição de terras aos mais pobres.

Além disso, o então Tribuno também defendia a limitação dos anos e do número de campanhas para o serviço militar obrigatório e a criação de leis reguladoras para a venda dos preços dos cereais. Entretanto, tais propostas encontraram forte resistência nos círculos aristocráticos e economicamente mais favorecidos, apesar do apoio das facções populares. Uma das consequências mais violentas desse jogo de tensões foi o assassinato de Tibério, no ano de 132 a.C.. Em 123 a.C., em seu segundo mandato como Tribuno da Plebe, o irmão de Tibério, Caio Graco, deu continuidade à campanha de reforma agrária iniciada 10 anos antes. Mesmo não obtendo o sucesso esperado na questão da reforma fundiária, Caio Graco conseguiu a aprovação de duas leis muito importantes para os plebeus, já que determinavam o pagamento do equipamento dos soldados pelo Estado romano e a extensão da cidadania romana a alguns povos aliados. Entretanto, em 121 a.C., não conseguiu sua reeleição, e suas propostas e leis acabaram anuladas pelos cônsules Quinto Fábio Máximo e Lúcio Ópimio, representantes dos *optimates*. Perseguido por seus opositores, pediu a um escravo que o matasse. E a questão fundiária continuaria a minar a estabilidade social em Roma, agudizando ainda mais as tensões entre os representantes dos Populares e os representantes dos *Optimates*.

2.4. O FORTALECIMENTO DOS MILITARES DO EXÉRCITO

Já no final do século II a.C., por conta das várias conquistas territoriais bem-sucedidas, diversos generais vitoriosos gozavam de enorme prestígio e reconhecimento dentro da sociedade romana. Um deles, Caio Mário (157-86 a.C.), foi eleito cônsul em 107, sendo reeleito mais seis vezes para a ocupação da magistratura. Do período de 104 a 100 a.C., ocupou o consulado ininterrupta e consecutivamente. Mesmo diante de tal irregularidade, Mário empreendeu importantes reformas, como a criação de colônias nas terras conquistadas, distribuídas entre os cidadãos romanos e seus aliados italianos. Antes de se retirar da vida política em 100 a.C., o então cônsul implantou outra significativa medida, instituindo o pagamento de salários aos soldados do exército romano. A partir daí, muitos indivíduos passaram a procurar na carreira militar, agora em caráter permanente e profissional, os recursos necessários para sua sobrevivência. Mas, o mais importante fato a ser destacado é que tal inovação, aparentemente circunscrita ao âmbito militar, trouxe mudanças expressivas na relação do exército com o Estado romano republicano. Os soldados do exército, diretamente dependentes dos recursos econômicos gerados pelas guerras e das benesses de ordem promocional profissional que eram administradas pelos generais romanos, passaram a estabelecer fortes laços de solidariedade e lealdade com seus comandantes militares, em detrimento do vínculo que o exército romano tinha em relação ao governo de Roma, principalmente, em relação à autoridade dos cônsules e do Senado. Dessa forma, após a reforma de Mário, os generais, apoiados na força e lealdade de suas legiões, no prestígio militar e na simpatia política das facções populares, passaram a disputar abertamente o poder e o controle político do Estado republicano romano.

No início do século I a.C., os conflitos sociais ganharam maior intensidade. A partir de 90 a.C., ocorreram diversas revoltas entre os povos da Península Itálica e da Ásia Menor, povos estes que exigiam a concessão da cidadania. Para combater estas revoltas, o Senado escolheu o general Sila, representante da aristocracia senatorial que empreendeu um ano e meio de guerras contra os revoltosos. Entretanto, foi instituída a concessão da cidadania almejada pelos povos itálicos, diminuindo os focos insurgentes na península. Ao mesmo tempo, em Roma, os conflitos entre as facções populares e a ordem aristocrática continuavam a causar violentos conflitos na urbe. Retornando à Roma, Sila ocupou a cidade, tornou-se

ditador perpétuo e empreendeu uma austera perseguição contra os representantes dos grupos populares, por meio de uma série de execuções e confiscos de propriedades perpetradas pelo Estado. Além disso, o general aboliu as Assembleias e criou severas restrições à ocupação das magistraturas.

Com a morte de Sila, em 76 a.C., o governo romano reestabeleceu as instituições republicanas que vigoravam antes da intervenção ditatorial do citado general. Entretanto, abriu-se o precedente para que outros comandantes militares também tentassem conquistar, por meio da força, o controle do Estado. Entre eles, destacaram-se três generais: Pompeu, renomado general que empreendeu importantes conquistas na África, na Itália e na Espanha; Crasso, um dos homens mais ricos de Roma, que teve importante participação no fim da revolta dos escravos liderados por Espártaco; e, por fim, Caio Júlio César, membro de uma das mais tradicionais famílias aristocráticas romanas, partidário das facções populares.

Esses generais, cientes de seu poderio militar e das possíveis consequências negativas de uma disputa aberta pelo poder, formaram em 59 a.C. uma aliança política e militar informal conhecida como o Primeiro Triunvirato. Durante dez anos, influenciaram decisivamente os rumos da política romana, enfraquecendo significativamente o poder da ordem aristocrática senatorial. No ano de 60 a.c., Marco Túlio Cícero foi convidado por Júlio César para integrar a coalizão, mas declinou de tal oferta por considerá-la prejudicial às instituições republicanas.

Moses Finley (1997: 13-14) afirmava categoricamente que, se existe um período onde os atores políticos definiram com incomum clareza seus propósitos políticos e seus respectivos posicionamentos sociais, esse período é, sem sombra de dúvida, aquele relacionado ao fim da República Romana, ocorrida no término do século I a.C..

Diante dos efeitos dos problemas sociais relacionados à concentração fundiária (êxodo rural, desemprego, pobreza), do cada vez mais polarizado quadro político, dos crescentes e violentos distúrbios sociais oriundos das disputas políticas, das cada vez mais frequentes ameaças de golpe contra o poder do Senado e, principalmente, diante do impacto das disputas militares internas que objetivavam o controle da República e do Estado romano, esses atores políticos não tiveram outra

opção senão demarcar com extrema vivacidade e clareza seus posicionamentos políticos e institucionais. Ou seja, diante desse conflituoso e explosivo contexto político, social e militar, afirmar e reafirmar posicionamentos, propostas e valores tornou-se prática corrente e necessária para a sobrevivência política e ideológica dos grupos que disputavam o poder em Roma.

E nesse conturbado contexto, um dos que melhor expressou as preocupações e os anseios políticos da ordem senatorial aristocrática que dominava os ameaçados quadros institucionais republicanos romanos foi Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.). Cícero foi um político conservador, de reconhecida atuação durante uma das fases mais violentas e incertas da era republicana romana (FLAMARION, 1998: 69-88). Era um prestigiado político de origem equestre, que galgara o *cursus honorum* (ou seja, a ocupação e exercício das principais magistraturas do Estado, respeitando-se a hierarquia dos cargos e os limites de idade exigidos) com incomum desenvoltura. Possuía destacada perícia tanto como orador quanto como administrador, qualidades reconhecidas principalmente no seio do próprio Senado romano. Como político, era pragmático e reflexivo e, a partir das fileiras da aristocracia oligárquica, redigiu uma grande quantidade de discursos e obras, fontes documentais de valor incomensurável para os estudiosos do período. Com o foco voltado para as especificidades de seu tempo e da realidade vivida em sua sociedade, seus trabalhos evidenciam mais que a simples defesa do regime republicano e de suas instituições: suas obras, especialmente os discursos políticos proferidos nesse período de crise destacam, entre outros temas, a defesa do poder civil no controle do Estado romano (poder civil personificado no exercício regular das magistraturas pelos cidadãos e na autoridade do Senado) e o perigo das ameaças internas militarizadas que cercavam a República.

Em 59 a.C., César foi eleito cônsul e, ao término de seu mandato, assumiu o cargo de governador da província da Gália, área em que o domínio romano ainda não estava plenamente consolidado. Após sucessivas e vitoriosas campanhas contra os gauleses, Júlio César angariou consideráveis recursos financeiros e grande reconhecimento militar. Em 58 a.C., o então Tribuno da Plebe Públio Clódio Pulcro conseguiu a aprovação da *Leges Clodiae*, que estabelecia a pena de exílio a todo aquele que tivesse executado um cidadão romano sem julgamento prévio. Tal

lei foi direcionada exatamente contra Marco Túlio Cícero, já que, quatro anos antes, quando ocupava o cargo de cônsul, havia executado membros da conspiração de Catilina exatamente nessas condições. Em sua defesa, Cícero argumentou que o *senatus consultum ultimum*, concedido a ele pelo Senado durante o desmonte da conjuração, o protegia da pena imposta pela nova lei. O *senatus consultum ultimum* era um decreto do Senado que concedia ao magistrado plenos poderes militares e judiciários para a resolução de uma crise, o que possibilitava ao cônsul recrutar o exército, declarar guerra e manter a ordem, por todos os meios, entre os aliados e os cidadãos. Lúcio Opímio foi o primeiro cônsul a ser investido dos poderes extraordinários de um *senatus consultum ultimum*, em 121 a.C., para reprimir a revolta liderada por Caio Graco e iniciada por seu irmão, Tibério. Ao mesmo tempo, Cícero buscou angariar o apoio de certos senadores e cônsules. Diante de uma inexpressiva ajuda, Cícero acabou exilado em 58 a.C., partindo para a Grécia. Entretanto, tal situação não perdurou por muito tempo pois com a intervenção do novo Tribuno Tito Ânio Papiano Milão junto ao Senado a pena imposta a Cícero foi anulada, fato que possibilitou seu regresso a Roma no ano de 57 a.C..

Com a morte de Crasso em 53 a.C., morria também o equilíbrio de forças que sustentava o Primeiro Triunvirato. Receosos de que tal fato poderia provocar o retorno de César a Roma (bem como de suas legiões), os membros do Senado elegeram Pompeu como ditador para ele pudesse enfrentar a ameaça representada pelo seu antigo aliado.

Diante de tal acontecimento, César reuniu seus exércitos na Gália em 52 a.C. e decidiu ocupar Roma. Pompeu, diante da superioridade militar das forças de seu oponente, abandonou a cidade e partiu para o Oriente. Em 48 a.C., César foi eleito cônsul, reunindo assim plenas condições para combater as forças do Senado. Pompeu foi perseguido e morto no Egito e no ano 47 a.C., depois de combater os partidários de Pompeu na Espanha, no Egito e na Ásia, Júlio César voltou a Roma e autoproclamou-se ditador vitalício, além de acumular os cargos de tribuno, pontífice, censor e cônsul, concentrando assim amplos poderes em sua pessoa. O Senado perdera muito da sua antiga autoridade e, com isso, a República passou a existir somente na aparência.

2.5. MARCO TÚLIO CÍCERO E A ORDEM ARISTOCRÁTICA: O PODER E A ESTABILIDADE NA REPÚBLICA ROMANA

Foi durante a ditadura de César que Marco Túlio Cícero escreveu o *Da República* (*De re Publica*- 54-52 a.C.), obra onde o autor defendeu a ideia de que o sistema republicano romano, com base no regime aristocrático, apresentava-se como o melhor modelo de organização política de sua época. Como um complemento dessa obra, Cícero, entre 51 e 43 a.C., escreveu a obra *Das Leis* (*De Legibus*), onde o autor descreveu suas considerações a respeito da origem das leis e algumas explicações sobre o porquê da existência de certas leis criadas e praticadas em Roma. Para a análise dessas duas obras, utilizamos as traduções inglesas de Clinton Walker Keyes publicadas no volume Nº. 213 da *Loeb Classical Library*, de 1961. É importante ressaltar que Cícero, com essas obras, não pretendia criar um novo ordenamento jurídico para Roma, nem tampouco redefinir as características que estruturavam a República. Sua intenção era organizar e reafirmar as particularidades das instituições republicanas em Roma, destacando a importância e a singularidade que esse modelo de governo detinha em sua sociedade, num movimento claro de defesa dessas mesmas instituições num contexto político de grande instabilidade e violência.

A obra *Da República*, composta por seis livros e concebida na forma de diálogo, demonstra desde o começo sua indubitável ligação com o pensamento de Platão. Organizada em forma de diálogo, com uma introdução descrita pela própria voz de Cícero, expõe uma conversa fictícia nos jardins de uma residência de veraneio do principal personagem da obra, Públio Cornélio Cipião Emiliano Africano, o Jovem (eminente general e político romano cuja atuação foi decisiva na vitória contra os cartagineses), durante os feriados latinos do ano de 129 a.C.. O conteúdo da obra descreve três dias de debates e explicações entre Cipião e seus interlocutores, sendo que cada dia foi representado em dois livros. O texto que chegou aos nossos dias apresenta-se bem fragmentado, em especial os Livros IV (somente alguns fragmentos) e o Livro V (quase inteiramente perdido).

Cícero, por meio da exposição e fala de Cipião Africano, defendeu como sistema político ideal um modelo misto, amalgamado, com elementos da monarquia, da aristocracia e do governo popular (principalmente dos dois últimos modelos)

(GALLAGUER, 2001). A obra, que pode ser considerada como um dos seus principais tratados filosóficos e políticos, deixa destacada a ideia de que o homem sempre buscou a vida em sociedade, não por conta de uma certa debilidade ou fraqueza, mas por causa do instinto de sociabilidade inato a cada indivíduo. Partindo dessa premissa, Cícero determina que tal agremiação social necessita obrigatoriamente de uma autoridade inteligente, sempre apoiada no princípio que presidiu a formação do Estado (tipo de governo) e no consentimento jurídico voltado para a utilidade e para o bem comum (*De Republica*, I, XXV).

A partir daí, Cícero expõe sua tipologia das formas de governo (monárquica, aristocrática e democrática), ressaltando a inadequação de cada uma delas em seu estado “puro”, como mostra a seguinte passagem da obra:

“Mas na monarquia, a generalidade dos cidadãos toma pouca participação no direito comum e nos negócios públicos; sob a dominação aristocrática, a multidão goza de muito pouca liberdade, pois está privada de participar nas deliberações e no poder; por último, quando o povo assume todo o poder, mesmo supondo-o sábio e moderado, a própria igualdade se torna injusta desigualdade, porque não há gradação que distinga o verdadeiro mérito (...)” (*De re Publica*, I, XXVII).

Na sequência do texto, Cícero expõe que as piores formas de governo (tirania, oligarquia e anarquia) geralmente surgem como resultado de uma confusão na implementação e execução dos modelos “puros”, mas ressalta que tal confusão pode propiciar a eclosão de transformações que podem favorecer a formação de novos Estados, mais próximos do seu modelo ideal, ou seja, de um quarto modelo, formado pela mescla e reunião dos três modelos apontados em sua tipologia. Esse quarto modelo, longe de ser um construto imaginário proveniente da reflexão filosófica, encontra, segundo Cícero, sua materialidade na própria República romana, tomada como o exemplo de melhor sistema de governo.

“(…) Passemos, pois, a coisas de todas conhecidas, estudadas por mim mesmo há muito tempo, e que me obrigam a pensar, crer e afirmar que, de todos os governos, nenhum, por sua constituição, por sua organização detalhada, pela garantia dos costumes públicos, pode comparar-se com o que nossos pais receberam dos seus em herança e nos transmitiram; e, já que quereis que eu repita o que, de outras vezes, ouviste de mim, mostrar-vos-ei qual é seu governo e provarei que é o melhor de todos; tomando-se nossa República por modelo, tentareis recordar quanto disse a tal propósito (…)” (*De re Publica*, I, XLVI).

Segundo Cícero, a República romana, ao longo de sua trajetória histórica, conseguiu reunir ou amalgamar as melhores características dos três modelos primitivos de governo. Essas características seriam a conquista da equidade dos direitos, a limitação do poder dos magistrados e o respeito à influência das deliberações dos nobres ou aristocratas (*De re Publica*, II, XXXIII). Esse seria o segredo da longevidade e da estabilidade das instituições republicanas romanas, além do fato dessas mesmas instituições terem sido alicerçadas nos valores e costumes antigos e na ação de homens de notável capacidade e virtude (*De re Publica*, V, I).

Mas, podemos notar que, para o próprio Cícero, a mescla de certos elementos da aristocracia e da democracia são bem mais notáveis em seu modelo ideal. Para tanto, ao discorrer sobre o fim da monarquia e a instauração da República em Roma, Cícero salienta a importância do Senado nesse processo, a posição ocupada pelos aristocratas no desenrolar dos fatos e sua respectiva relação com o restante da sociedade romana da época:

“Nessas condições, pois, manteve o Senado a República, naqueles tempos em que, num povo tão livre, pouco pelo povo e muito pelos costumes e pela autoridade do Senado, ela se regia; os cônsules exerciam uma potestade temporal e ânua,

mas régias pelas suas prerrogativas e natureza. Conservava-se, não obstante, o mais essencial, talvez para que os nobres pudessem obter o poder, que consistia em que nada se pudesse aprovar do resolvido pelo povo sem que os patrícios o sancionassem. Por essa mesma época, dez anos depois da criação dos cônsules, aparece a ditadura com T. Laércio, nova forma de poder, que pareceu bem depressa bem semelhante à monarquia. Entretanto, as principais famílias conservavam ainda uma predominância que não contrariava o povo, e grandes façanhas militares foram, nesses tempos, realizadas por esforçados varões, investidos de grande poder, quer como cônsules, quer como ditadores” (*De re Publica*, II, XXXII).

Dessa forma, mesmo delimitando nas passagens seguintes a equidade de direitos como um dos pré-requisitos para a formação do seu modelo ideal de governo, o célebre orador romano não deixa de destacar a importância política da aristocracia para o futuro da república romana. Nesta perspectiva, Cícero, em especial no Livro IV, destaca o papel da educação cívica para os homens que querem se dedicar ao governo. Para tanto, discorre sobre a importância da educação entre os jovens, voltada para o conhecimento das leis, dos costumes e das virtudes, sendo a prática da justiça elemento fundamental para a existência de um bom Estado. A escolha de Cipião Africano, prestigiado cidadão, general e político romano como principal personagem da obra, que ocupa seu tempo ocioso com a tarefa de ensinar outros cidadãos mais jovens sobre as vicissitudes da República romana, já nos evidencia essa preocupação (BARLOW, 1987; 353-374). Entendemos, portanto, que sua digressão evidencia o fato de que os membros da aristocracia aparecem na República como os mais qualificados para a ocupação dos cargos e magistraturas, numa distinção de méritos aparentemente negativa, mas, diante de certos limites, tal distinção transforma-se no catalisador da consolidação da verdadeira “coisa do povo”, ou seja, da República:

“Quando, numa cidade, dizem alguns filósofos, um ou muitos ambiciosos podem elevar-se, mediante a riqueza ou o poderio, nascem os privilégios de seu orgulho despótico, e seu jugo arrogante se impõe à multidão covarde e débil. Mas quando o povo sabe, ao contrário, manter seus direitos, não é possível a esses encontrar mais glória, prosperidade e liberdade, porque então o povo permanece árbitro das leis, dos juizes, na guerra e na paz, nos tratados internacionais, da vida e da fortuna de todos os cidadãos; esse governo, então, nós acreditamos que pode ser certamente chamado de comunidade, isto é, “a propriedade do povo” (*De re Publica*, I, XXXII).

Por sua vez, e como já citado, a obra *Das Leis (De Legibus)* foi elaborada e escrita entre os anos de 51 a 43 a.C. como uma continuação do *Da re Publica*. Nessa obra, os temas centrais estão dispostos da seguinte forma: na primeira parte, encontramos as considerações ciceronianas sobre os princípios básicos do Direito, da Lei e a da Justiça; já no restante da obra, encontramos a descrição ciceroniana das leis consideradas mais importantes para a manutenção da religião e do poder dos magistrados diante das transformações vivenciadas por Roma após a conquista de vários povos e territórios. Também estruturada na forma de diálogo, a *De Legibus* estabelece o próprio Cícero como personagem principal da obra, que trava suas digressões com seu irmão Quinto Cícero (político e militar da ordem equestre, que como seu irmão foi morto no ano de 43 a.C. pelos partidários de Marco Antônio) e seu amigo Tito Pompônio Ático (rico e culto cavaleiro romano, sogro de Quinto e amigo de infância de Cícero, foi banqueiro e editor das obras do célebre orador romano), em um longo dia de verão na propriedade de Cícero na região de Arpino, junto ao delta do rio Fibreno.

Segundo Ana Teresa Marques Gonçalves (2002; 7), diante do aparecimento do *ius gentium*, ou seja, de leis para controlarem os conflitos entre os cidadãos romanos e os estrangeiros, as leis romanas tradicionais se viram afetadas pela necessidade de adaptação aos novos tempos e, nesse contexto, Cícero queria garantir a permanência de algumas delas, para que a República como forma de governo também fosse mantida. Suas considerações nessa obra foram divididas em

seis livros, sendo que somente os três primeiros deles chegaram aos nossos dias, apresentando várias lacunas em sua versão atual.

Quem abre o diálogo nessa obra é Ático, que visitava pela primeira vez a propriedade de Cícero. Nessa fala, o interlocutor passa a analisar de forma crítica os antigos historiadores romanos e gregos e instiga Cícero a iniciar suas considerações sobre os temas principais da obra. A partir daí, Cícero define que o estudo dos princípios básicos do Direito deve começar pelo estudo dos conceitos que regem a própria definição da Lei, considerada a razão suprema presenteada pelos deuses, desenvolvendo a partir desse ponto uma teoria racional e natural da Lei, que se desdobra ao longo do Livro I:

“A lei é a razão suprema da natureza, que ordena o que se deve fazer e proíbe o contrário. Esta mesma razão, uma vez confirmada e desenvolvida pela mente humana, se transforma em lei. Por isso, afirmam que a razão prática é uma lei cuja missão consiste em exigir as boas ações e vetar as más. (...) A lei é a força da natureza, é o espírito e a razão do homem dotado de sabedoria prática, é o critério do justo e do injusto. Sem dúvida, para definir Direito, nosso ponto de partida será a lei suprema que pertence a todos os tempos e já estava em vigor quando não existia lei escrita, nem Estado constituído” (*De Legibus*, I, 6-7).

Dessa forma, Cícero estabelece uma origem para a Lei, conforme a passagem a seguir:

“Não me alongarei. Tua concessão [a aceitação da existência de divindades] leva-nos a reconhecer que este animal cauteloso, sagaz, complexo, esperto, dotado de memória, cheio de razão e de prudência, a quem chamamos de homem, recebeu do supremo deus a existência que o coloca em lugar eminente. Ele é o único entre todas as espécies animadas que

tem acesso à razão e ao pensamento, de que carecem outras espécies. E que pode haver, não direi no homem, mas em todo o céu e na terra, de mais sublime que a razão, a qual, quando cresce e se aperfeiçoa denomina-se acertadamente de sabedoria? E se nada há de superior à razão e que esta é encontrada no homem e em Deus, resulta, então, que a razão é o vínculo da primeira associação que se estabelece entre o homem e deus. E aqueles que possuem a razão em comum, também participam da reta razão: sendo essa a Lei, a Lei é outro vínculo existente entre os homens e os deuses. Os que possuem a Lei em comum também participam em comum no Direito, e os que compartilham da mesma Lei e do mesmo direito devem ser tidos como membros da mesma sociedade. E isso é mais evidente quando obedecem às mesmas autoridades e se submetem ao mesmo poder; submetem-se à existente ordem celestial, à vontade divina e à potestade de Deus. Logo, devemos reconhecer que nosso universo é uma comunidade única, constituída pelos deuses e pelos homens (...)" (*De Legibus*, VII, 23).

Dessa maneira, a Lei aparece na *De Legibus* como uma modelo presente na própria natureza e que deveria ser seguido pelos homens, possuidores da faculdade inata de distinguir o bem e o mal, o justo e o injusto, o honesto do desonesto. Para Cícero, agir bem, honestamente e com justiça era agir de acordo com a natureza e de acordo com a vontade das divindades. A Lei, considerada um bem natural e comum, cria a noção de que toda a população da República, não apenas a romana, deveria buscar seu conhecimento e respeito, e que tal Lei deveria ser levada a todos os povos por intermédio das conquistas territoriais. Partilhar tal ordenamento legislativo era, na prática, partilhar a noção de pertencimento de uma comunidade maior, constituída pelos homens e pelos deuses, sob a égide das mesmas autoridades e dos mesmos poderes (*De Legibus*, I, 7).

Além de provocar esse sentimento de pertencimento, o estabelecimento da Lei é, segundo Cícero, a base de todas as virtudes (*De Legibus*, I, XV), onde a justiça, isenta de seu caráter utilitário, provoca uma inclinação natural ao amor, ao serviço à pátria e à generosidade, sendo desejoso ao homem que segue os preceitos oferecidos pela natureza a busca pela equidade. Assim, conforme a perspectiva ciceroniana, a ordem e a disciplina social seriam uma consequência direta do respeito às leis, e somente assim o homem poderia viver em plena felicidade.

No Livro II da obra, Cícero nos oferece uma descrição das leis sacrais, ou seja, da legislação romana voltada para a regulamentação dos cultos aos deuses e dos rituais em suas diferentes etapas e execuções. Presenteadas pelos deuses, essa legislação, segundo o autor, mandava e proibia de forma legítima, já que era considerada a razão divina proveniente do próprio Júpiter. Diante de tal fato, toda e qualquer tentativa de reformulação legislativa que tivesse outra proveniência (como a iniciativa popular, por exemplo), seria prejudicial e injusta por excelência (*De Legibus*, II, 3-4), o que salienta ainda mais o caráter aristocrático da visão de Cícero em relação ao tema e sua repulsa pelas iniciativas populares.

Diante do poder das divindades, o homem deveria sempre respeitar os cultos prescritos pela legislação sacra do Estado, em especial os cultos dos deuses tradicionais e os rituais familiares. Aquele que obedecia os cultos tradicionais tinha a obrigação de se afastar dos cultos dos novos deuses. Além disso, deveria respeitar os sacerdotes, respeitar as datas do calendário religioso, executar com precisão os rituais dos deuses e criar condições para que os prodígios fossem interpretados pelo Senado (*De Legibus*, II, 8-9). Tal preocupação com a tradição religiosa romana por parte de Cícero encontra sua explicação exatamente no contexto de grandes mudanças do final do século I a.C. em Roma: para Cícero, ressaltar a tradição e a importância da manutenção dos costumes era o mesmo que garantir a manutenção da própria República (GONÇALVES, 2002, 12). Nesse sentido, a defesa da manutenção das regras relacionadas às manifestações religiosas e o fortalecimento dos cultos tradicionais trariam importantes implicações políticas e sociais à República, como mostra a seguinte citação:

“A seguinte lei, dispondo que as cerimônias religiosas dos cultos particulares não sejam praticadas sem o concurso dos sacerdotes oficialmente designados, é de importância tanto para a religião como para a estabilidade do Estado. Isso porque o povo necessita sempre do conselho e da autoridade da aristocracia, fator de coesão política” (*De Legibus*, II, 12).

Segundo Cícero, além do fortalecimento da tradição e dos costumes que alicerçavam na República a garantia da ordem e da estabilidade social, o respeito às determinações dos magistrados também era fundamental nesse processo (*De Legibus*, III, 2), já que suas funções e ações, em conformidade com as leis, propiciavam o equilíbrio que sustentava toda a República.

“A missão do magistrado consiste em governar segundo decretos justos, úteis e conforme as leis. Pois assim como as leis governam o magistrado, do mesmo modo os magistrados governam o povo; e com razão pode-se dizer que o magistrado é uma lei falada ou que a lei é um magistrado mudo. (...) Qualquer poder sem isso não conseguirá fazer subsistir uma casa, uma cidade, uma pátria, nem a humanidade, a Natureza ou o próprio universo. Porque o universo obedece aos deuses, os mares e as terras obedecem ao universo, e a obedece às ordens da suprema Lei. (...) Por isso, precisamos de magistrados, pois sem sua prudência e sua vigilância, o Estado não pode existir e todo o equilíbrio da República depende do modo como se organizam suas funções. Mas não basta prescrever-lhes normas de governo; também temos que fixar para os cidadãos regras de obediência. Pois, para bem mandar é preciso ter obedecido alguma vez, e quem sabe obedecer é digno de mandar. (...) E não só pedimos docilidade e

obediência, mas também respeito e amor aos magistrados” (*De Legibus*, III, 2).

Com tais proposições, Cícero faz ressaltar a ideia de que sem um Estado forte, a República e suas conquistas não se manteriam. E tal governo só seria possível se o poder estivesse nas mãos dos aristocratas. Tal afirmação fica evidente na seguinte citação extraída do Livro III, em que Cícero expõe suas considerações a respeito da importância da principal instituição política republicana, o Senado:

“Pois se o Senado é dono da política geral, se todos os cidadãos apoiam suas decisões e se as demais ordens deixam que se governe o Estado pela prudência da ordem superior, é possível, então, manter esse sábio e harmonioso equilíbrio do Estado, que nasce de uma justa distribuição dos direitos entre o povo, investido do poder, e o Senado, investido da autoridade. Esta possibilidade será maior ainda se se observar minha lei seguinte, a qual exige que a ordem senatorial seja imaculada e constitua um modelo para as outras ordens” (*De Legibus*, III, XII).

Dessa maneira, a análise dessas duas obras ciceronianas, a *De republica* e a *De Legibus*, e o destaque das passagens que consideramos essenciais para o desenvolvimento da tese, nos evidencia o esforço de Cícero, membro da ordem aristocrática senatorial, em reafirmar as vantagens e virtudes das instituições republicanas e, principalmente, a importância do poder aristocrático para a manutenção da ordem, do equilíbrio e da prosperidade geral da República. Em meio às guerras civis, Cícero buscou na racionalização da tradição e dos costumes uma forma de reestabelecer o equilíbrio do Estado, situação que, segundo o autor, só seria alcançada com o enaltecimento e prática dos costumes e valores tradicionais e

com o fortalecimento da autoridade dos magistrados e do próprio Senado (BORN, 1933; 130).

Com a intensificação das disputas militares internas, Cícero, partidário da aristocracia senatorial, apoiou a facção ligada à Pompeu, mas sem estabelecer uma frente de oposição aberta contra as forças inimigas. Quando Júlio César invadiu Roma no ano de 49 a.C., Cícero fugiu da cidade acompanhando as legiões de Pompeu até a Ilíria e, depois, até a Farsália, em 48 a.C.. Depois da derrota do exército de Pompeu, Cícero voltou a Roma, recebendo o perdão de César, agora autoproclamado ditador perpétuo de Roma.

Imerso nesse violento e instável contexto de correlação de forças políticas e militares, Cícero presenciou o ataque dos *Liberatores* contra o então ditador, que resultou no assassinato de César no Senado em março de 44 a.C.. Com isso, abriu-se uma nova fase da guerra civil na República romana, onde Cícero e Marco Antônio ocuparam papel de destaque na resolução dos conflitos: o primeiro transformou-se num dos principais porta-vozes do Senado e, o segundo, no principal representante das facções ligadas a César. A relação entre o prestigiado orador e o general sempre foi tensa e cheia de inimizades, e ficou ainda mais periclitante quando Otávio, herdeiro e filho adotivo de César, retornou da Ilíria como legítimo herdeiro de César. Cícero, num movimento político ousado, tentou formar uma frente de oposição contra Marco Antônio, proferindo uma série de discursos depreciativos contra o general, conhecidos em seu conjunto como as *Filípicas*. O plano de Cícero, contudo, falhou, já que pouco tempo depois (43 a.C.) ocorreu a formação do Segundo Triunvirato, composto por Otávio, Marco Antônio e Lépido. Com essa nova configuração, os integrantes do Segundo Triunvirato começaram a formular listas de proscições contra aqueles considerados inimigos do novo regime, ficando estabelecido o nome de Cícero como um dos futuros alvos da série de execuções que seriam realizadas pelos membros da nova coalizão. Estabelecidas tais listas, Cícero foi morto pelos correligionários de Marco Antônio em dezembro de 43 a.C., enquanto saía de sua *villa* em Fórmias, antes de conseguir refúgio na Macedônia. Sua cabeça e mãos foram cortadas e levadas ao Fórum Romano, onde foram expostas ao público como os restos mortais de um inimigo do Estado.

Com a formação do Segundo Triunvirato, os três generais acabaram impondo sua autoridade sobre o governo republicano e dividindo as possessões romanas entre si: Marco Antônio ficou com as províncias do Oriente; Lépido, com a África e Otávio, sobrinho e herdeiro militar e político de Júlio César, com o Ocidente.

Otávio, após perseguir e executar os assassinos de César, buscou o apoio da aristocracia e tomou para si o comando das tropas de seu aliado Lépido, consolidando sua autoridade no Ocidente. Depois disso, reuniu seus exércitos e enfrentou Marco Antônio no Egito, que acabou se suicidando junto com sua esposa, a rainha Cleópatra do Egito. Após a ocupação do território egípcio (que passou a ser uma província romana), Otávio tornou-se senhor absoluto de Roma e de suas possessões, assumindo definitivamente o controle do Estado no ano 27 a.C.. Era o fim da República e o início de uma nova fase na História política romana, só que agora sob a égide e a autoridade dos imperadores.

CAPÍTULO 3

OS COMPÊNDIOS HISTÓRICOS SECUNDARISTAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA E SUAS REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA ROMANA ANTIGA

3.1. O LUGAR E A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA NOS COMPÊNDIOS

Como visto no Capítulo 2, o *Elementos da História Universal* (1923), editado pela F.T.D., dos Irmãos Maristas, representa o conjunto de compêndios que utilizava a *vertente interpretativa religiosa* para a explicação da origem humana. Já o *Noções de História Universal - resumos das lições professadas na Escola Normal* (1920), dos professores Joaquim Osório Duque-Estrada e Leôncio Correia, representa o conjunto de obras didáticas que formavam a *vertente interpretativa de base laica ou científica*, ou seja, aquela que utilizava a teoria evolucionista darwiniana como base para a explicação do mesmo fenômeno.

Apesar dessa enorme diferença em relação à descrição da origem humana, os dois compêndios compartilhavam de uma concepção muito semelhante sobre os objetivos do ensino da História. Como já debatemos anteriormente, a História, entendida como um dos ramos da Sociologia deveria buscar a *descrição das leis históricas que regem o desenvolvimento das sociedades humanas*. Percebe-se aqui a enorme influência do Positivismo, do Evolucionismo e do incipiente Estruturalismo sobre os textos dos compêndios, não só pela notória indicação das obras de alguns autores representantes dessas correntes científicas, mas também pela leitura de algumas notas introdutórias presentes nos compêndios:

“ (...) No mundo social, todos os fatos sociais estão ligados uns aos outros (...) A História considera este encadeamento dos fatos sociais, estuda-lhes as causas e prevê-lhes as conseqüências; generalizando suas descobertas, chega a reconhecer as *leis históricas*, isto é os princípios que regem a marcha da humanidade através dos séculos” (F.T.D., 1923: 3).

Já o compêndio Correia/Duque-Estrada expõe as seguintes considerações sobre o tema:

“A História ensina, pois, a conhecer o mundo moral e político e bem assim o mundo social em que vivemos, indicando, pelas lições do passado, o caminho para o progresso. Por isso chamou-lhe Cícero *mestra da vida*; Thierry, *uma narração*; Guizot, *uma analyse*; Michelet e Brunetiére, *uma ressurreição* (CORREIA; DUQUE-ESTRADA, 1920: 9).

No compêndio Correia/Duque-Estrada, a influência do darwinismo, como citado, também se faz presente, mas não fica restrita somente ao caráter biológico do surgimento de nossa espécie, servindo também como base para a justificativa da importância do coletivo na análise social histórica:

“Para Comte e Carlyle são as grandes individualidades os principais elementos dynamicos de toda evolução social, científica, philosophica, artística ou literária. Para Buckle (theorico de doutrinas análogas ás de Darwin e Herbert Spencer) o papel histórico dos grandes homens tem sido muito exaggerado, e os principais actores da Humanidade são as massas, cujo instincto tudo gera e tudo cria, inclusive ideas, acções, sentimentos e até mesmo a própria evolução” (CORREIA; DUQUE-ESTRADA, 1920: 10).

Dessa forma, a História não é vista somente como um ramo da Sociologia que descreve os fatos do passado, mas também como um estudo prático dos

progressos realizados pela humanidade e fonte de experiência que deveria servir de exemplo para o delineamento do futuro.

3.2. O PAPEL DA HISTÓRIA ROMANA ANTIGA

E dentro dessa perspectiva, a História Romana Antiga ocupava um papel muito bem definido, já que, segundo os compêndios, cada civilização *apresentava instituições sociais características básicas*, uma espécie de “marca” fundamental e indelével que guiara o desenvolvimento de cada uma delas ao longo do tempo. Dessa forma, os compêndios elevaram o estudo da civilização romana a um *status* único e privilegiado dentro da Antiguidade, como vemos a seguir na passagem destacada do compêndio Correia/Duque-Estrada:

“As instituições características dos Hebreus foram as *religiosas*; as dos Gregos *as artes, a philosophia e as sciencias*; as dos Romanos *a política e o direito*. É, pois, através do desenvolvimento de taes instituições que devemos estudar o gênio e o caráter de cada uma das civilizações elaboradas por aquelles povos” (CORREIA; DUQUE-ESTRADA, 1920: 7).

Já o compêndio F.T.D. desenvolveu a seguinte exposição sobre a importância da História Romana:

“(…) De todo o mundo antigo, é a civilização romana que mais nos interessa, porque foi ella que mais influencia exerceu sobre nós; todos nossos jurisconsultos meditam e aprofundam sua admirável sciencia do direito; copiamos sua vigorosa e poderosa administração central e municipal; estudos seus grandiosos monumentos, sua literatura tão bella e cheia de

bom senso, sua língua, enfim, mãe da nossa língua portuguesa” (F.T.D., 1923: 119).

Fica evidente, portanto, que o papel da História Romana Antiga nos compêndios, tendo em vista o desenvolvimento de suas instituições particulares, seria a de servir de *modelo político e jurídico* para as nações modernas e contemporâneas. Esse “papel” da História Romana antiga, essa “função” determinada claramente nos compêndios aqui abordados tornou-se um dos pontos de análise mais importantes da presente tese, pois essa representação, que pode ser vista como uma simples consequência do caráter literário clássico do Ensino Secundário da Primeira República, demonstra não só a tendência humanística clássica própria desse segmento de Ensino, mas também a escolha estrategicamente tomada pelos autores (nacionais e estrangeiros) sobre a definição de uma “origem” que permitisse conferir aos sistemas republicanos contemporâneos uma legitimidade e continuidade histórica “inquestionáveis”, assentada na experiência vivenciada pelos romanos antigos. Essa ênfase no aspecto político e jurídico modelar da História Romana também reflete certos anseios e ideais relacionados diretamente aos problemas encontrados no quadro político e social que caracterizou a Primeira República brasileira. E, como veremos mais adiante, as instituições republicanas foram descritas nesses compêndios como o ápice, o zênite dessa “evolução” política de Roma. Essa mesma ênfase na importância da História Romana era também largamente utilizada (quase que de forma literal) em outros compêndios do período, como é o caso da tradução do *Compêndio de História Universal* de Weber, feita pelo professor João Ribeiro em 1895:

“Do Oriente, vieram as nossas religiões; a Grécia forneceu eternos modelos e preceitos às bellas artes, e Roma ordenou, estabeleceu com tanta sabedoria as relações jurídicas da sociedade humana no Estado, na comuna e na vida privada, que a autoridade de suas leis prevalece ainda hoje em todos os Estados civis” (WEBER, 1895: 120).

Essa atribuição modelar da História Romana antiga foi construída seguindo os mesmos princípios determinados pelos estudos históricos ligados à Sociologia da época (em especial, a busca das “leis históricas”), reforçando ainda mais o lugar único ocupado por essa “herança” romana no contexto do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX:

“Pelos costumes dos Romanos, vemos como um povo prospera e como decahe. Nos bellos tempos da República, o povo romano era composto de lavradores e soldados, inimigos da molleza e do luxo, affeitos á frugalidade, aos sacrificios, observadores do respeito, da obediência, da dsciplina, da constancia, da coragem, da abnegação.

Mas tarde, as riquezas e os prazeres corromperam os costumes e produziram depois dos Antoninos e no Baixo Império (Império do Oriente) o mais abjecto aviltamento” (F.T.D., 1923: 119).

3.3. A DICOTOMIA: REPÚBLICA *VERSUS* IMPÉRIO

Para que uma nova tradição se estabeleça e se consolide num determinado imaginário político, geralmente os grupos sociais envolvidos nesse projeto recorrem à elaboração um novo conjunto de interpretações sobre o passado, a fim de validar as características dessa nova tradição sem deixar de evidenciar que, independente das “rupturas” ou mudanças vivenciadas, o surgimento desses novos valores representa uma continuidade ou uma “evolução” histórica natural da sociedade em questão. Essa preocupação com a continuidade histórica se faz presente já no início dos compêndios, como podemos ver na passagem a seguir:

“Marcha da civilização: Foi perto dos primeiros rios que se desenvolveram as primeiras civilizações: os Egypcios nas margens do Nilo, os Assyrios e os Babylónios nas ribas do

Tigre e do Euphrates, os Hindus ao longo do Ganges; do Oriente, a civilização passou para a Grécia, da Grécia foi até Roma, de Roma espalhou-se em toda a Europa, para chegar finalmente ao Novo Mundo e á Oceania. Vê-se que partiu do Oriente para o Occidente e seguiu a marcha aparente do sol” (F.T.D., 1923: 9-10).

Eis, portanto, a descrição do desenvolvimento de um amplo processo “civilizatório” que empreende, ao mesmo tempo, uma base segura para a elaboração de novas interpretações do passado antigo e um caráter de continuidade a todo processo histórico humano, definindo como ponto de “largada” o Oriente e de “chegada” o Ocidente (América e Oceania), por meio da conquista e colonização europeia dessas regiões a partir do século XV. E essa era a principal função da História Geral (ou Universal) no que toca ao Ensino Secundário: evidenciar a herança e o legado greco-romano da apropriado pela “civilização” brasileira:

“Analisamos que o curso ginásial, questionado em seu caráter meramente preparatório, ao ser transformado (em 1931) em curso seriado obrigatório, teve na História da Civilização, um conteúdo que procurava preservar a nação brasileira como fruto incontestável da civilização ocidental greco-latina e cristã, assegurando por este passado histórico, o molde a ser preservado para o futuro moderno e próspero do país, à semelhança dos demais países ocidentais” (BITTENCOURT, 1990: 199).

Os compêndios e livros didáticos, por conta de sua própria natureza pedagógica, apresentam-se nesse contexto como uma poderosa ferramenta de disseminação dessas “novas tradições” no seio da população. Entretanto, devemos salientar que essa instrumentalização do passado necessária para a formação e

alicerçamento de novos padrões de convivência política recorre, via de regra, à utilização de certas ênfases e descrições dos períodos históricos abordados, de certos “juízos” e “valorizações” de figuras e personalidades históricas específicas, recursos que acabam forjando, consciente ou inconscientemente, esse “novo passado” fonte dos valores da “nova tradição”. Percebemos nos compêndios que a representação do Império Romano foi elaborada para que o leitor ou estudante entendesse esse período como uma época de decadência, em vários sentidos: política, moral, econômica e militar. Entretanto, não chegamos a essa conclusão esmiuçando somente as características dos conteúdos da História Imperial Romana. Foi necessário comparar esse período com outros períodos da História Romana Antiga presentes nos compêndios. Dessa análise, constatamos que os compêndios criaram o que podemos chamar de “sistema de contraposição”, ou seja, uma estrutura narrativa que, além de delegar caracterizações valorativas quase bipolares entre a fase republicana e a fase imperial, também definiu o surgimento do sistema imperial como resultado da degenerescência dos valores mais tradicionais do povo romano e da desagregação e ruína das instituições que alicerçavam o sistema republicano de governo.

A fim de dinamizar a exposição, não nos dedicaremos à descrição pormenorizada de todos os conteúdos que antecedem a História Romana Antiga nas obras didáticas aqui analisadas. Mas vale ressaltar que as duas estruturas de apresentação dos conteúdos destinados aos povos que antecedem cronologicamente a Antiguidade Clássica são muito semelhantes, apresentando pequenas diferenças na ordem dos índices: Egípcios, Hebreus, Assírios, Caldeus, Fenícios, Medos e Persas e Hindus (no compêndio F.T.D., os Hebreus são tratados logo no início da chamada “Antiguidade Oriental”, por conta de sua importância no relato bíblico, apresentando também alguns comentários sobre a história chinesa). Essa semelhança não era arbitrária: a estruturação e sequência dos assuntos seguiam os Programas de Ensino de História determinados pelo Governo Federal que, via de regra, deveria condicionar a elaboração dos compêndios e manuais históricos utilizados na Rede Pública de Ensino.

Após a exposição das características históricas do povo grego antigo, inicia-se a História Romana Antiga, por meio do detalhamento geográfico da Península

Itália e dos povos que empreenderam seu povoamento. Os autores recorreram ao uso da tradição para explicar o surgimento de Roma, citando autores antigos, como Virgílio e Tito Lívio. Todos esses assuntos encontram-se divididos em várias lições, mas sempre obedecendo os tradicionais limites cronológicos do desenvolvimento dos sistemas de governo romanos: monarquia, república e império.

Na parte que se dedica sobre a Monarquia, temos outra semelhança presente nos compêndios: são dedicadas várias linhas para a descrição de algumas características de todos os sete reinados do período monárquico, apresentando a mesma explicação para a instauração da República: a violação da patriciana Lucrecia, protagonizada por um dos herdeiros da monarquia etrusca.

“Um crime infame, cometido por seu filho Sexto, teve consequências terríveis; Sexto atentou contra a honra da virtuosa Lucrecia, que se apunhalou afim de não sobreviver á sua deshonra. Tarquínio Collatino, seu marido, e Junio Bruto, sobrinho do rei, sublevaram o povo que expulsou os Tarquínios, aboliu para sempre a realeza e proclamou a republica. Era o mesmo anno em que Athenas expulsava o tyranno Híppias (F.T.D., 1923: 74).

Na comparação com o compêndio Correia/Duque-Estrada, temos o seguinte comentário:

“Tarquínio Soberbo. Foi um tyranno cruel e execrado. Seu filho, Sexto ultrajou a esposa de Tarquínio Collatino, a virtuosa Lucrecia, que, envergonhada, se suicidou.

Collatino e Lucio Bruto chamaram o povo às armas, expulsaram de Roma a família real e proclamaram a República (510 a.C.)” (CORREIA/DUQUE-ESTRADA, 1920: 90).

Vale aqui uma importante observação: o período monárquico romano apresenta também, nos compêndios, valores morais extremamente positivos, valores estes diretamente vinculados aos costumes da época.

“Os costumes dessas antigas famílias romanas eram simples, austeros, laboriosos, de notável coragem, ardente patriotismo e nobre firmeza de caráter; o pae lavrava seu campo no meio de seus criados, a matrona (mãe) educava os filhos e fiava; a ociosidade e o luxo eram desconhecidos; durante 520 annos, não houve um só divórcio” (F.T.D., 1923: 75).

Dessa forma, apesar dos problemas oriundos da administração e da conduta dos reis, o povo romano incubou e desenvolveu durante o período monárquico que seriam suas principais “virtudes” (o *mos maiorum*), por meio de sua unidade social primordial: a família.

3.4. A “REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ROMANA”

Uma das características mais importantes da representação da História Romana Antiga dos compêndios está presente na instauração do sistema republicano romano. É muito perceptível e claro que os autores descrevem a expulsão da realeza etrusca e a proclamação da República Romana como um *movimento essencialmente popular*, mesmo tendo sido encabeçado e liderado por dois representantes da aristocracia patrícia romana. Eis uma das grandes contraposições estabelecidas nos compêndios sobre a República e o Império Romano: a implantação do sistema republicano de governo, mesmo sendo inicialmente descrita como uma iniciativa do grupo aristocrático, *foi fruto de um movimento das massas*, uma revolta social popular enaltecida pela defesa da honra vilipendiada de Lucrecia pelos “estrangeiros”. Por outro lado, o advento do Principado foi fruto dos *esforços e combates individualizados de certos militares romanos*, bem como de mudanças estruturais na economia e nos costumes da

sociedade romana. É importante ressaltar também que o Senado romano, bem como a ação dos cônsules e magistrados, é pouco citado ao longo de toda a descrição da História Romana Antiga nos compêndios, principalmente no período republicano. Tal fato, segundo nossa interpretação, foi um importante artifício para a confirmação desse “aspecto popular” da República Romana das representações aqui esmiuçadas.

Essa ênfase no *aspecto popular* do governo republicano romano é frequentemente citado nos compêndios (especialmente quando é tratada a luta dos plebeus pela aquisição de direitos políticos), o que consideramos aqui como o principal indício da instrumentalização do passado romano a favor dos sistemas republicanos modernos, em detrimento dos valores políticos e morais do sistema imperial romano de governo, como vemos nos trechos a seguir:

“ (...) Estabelecimento da republica: Afim de substituir os reis, o *povo romano*, reunido em seus comícios, creou 2 cônsules. Eleitos por um anno, esses dois cônsules tinham mais ou menos os poderes e as honras da realeza” (itálico nosso -F.T.D., 1923: 78).

“(...) A república era, pois, aristocrática e patricia. (...) Deu-se então uma revolta dos plebeus, que se retiraram para o monte sagrado (o Aventino), de onde só voltaram depois de conseguirem a nomeação de dous magistrados annuaes (tribunos da plebe), escolhidos entre os plebeus e encarregados de *defender os interesses populares*” (itálico nosso - CORREIA/DUQUE-ESTRADA, 1920: 90).

Dessa forma, fica latente nos compêndios a classificação do sistema republicano romano como um sistema de governo cujo *poder estava centrado no povo*, uma verdadeira *república democrática*, sendo que seu aprimoramento seguiu

necessariamente a progressiva conquista de direitos políticos por parte dos plebeus. Essa tendência popular do governo republicano romano foi levada ao extremo nos compêndios, como podemos perceber nos trechos seguintes:

“Gravado em 12 taboas de bronze, este código foi chamado a *lei das doze taboas*. Proclama a igualdade civil, isto é, que a mesma lei se aplica a todos os cidadãos sem distinção; (...) Reconhece ainda o princípio de *soberania do povo*. « O que o povo ordenar em ultimo lugar será lei »” (F.T.D., 1923: 79).

“Tentando oppôr-se ainda ás pretensões da plebe, trataram os patrícios de criar novas magistraturas, como a *censura*, a *pretura*, a *edilidade* e a *questura*; mas, graças aos esforços dos tribunos, foram os plebeus adquirindo o direito de aspirar a todas ellas, e até mesmo ao consulado, conseguindo, por fim, as próprias funcções de pontífices.

Esta ultima conquista estabeleceu definitivamente a igualdade política e religiosa das duas classes e instituiu em Roma a verdadeira *republica democrática* (302 a.C.).

A luta entre patrícios e plebeus havia durado dous séculos” (CORREIA/DUQUE-ESTRADA, 1920: 91).

Para a confecção de tal representação “democrática”, defendemos a hipótese de que os autores dos compêndios se serviram de um grande referencial político-filosófico da época, que acabou servindo de modelo para a construção da ressignificação da História Romana Antiga nos compêndios, além da já citada influência francesa geral: estamos falando da *influência da tríade conceitual República/Democracia/Representatividade Política, derivada das experiências e reflexões iluministas ligadas à Independência norte-americana e à Revolução*

Francesa que surgiu no final do século XVIII. Mas, quais seriam as características dessa tríade conceitual que determinou de forma tão vigorosa essas representações voltadas para a existência de uma república “democrática” romana antiga?

Sobre essa notória influência, Modesto Florenzano (FLORENZANO, 2005: 45-66) nos informa que os conceitos de república, democracia e representação, que para os olhos contemporâneos aparentam sólida indissociabilidade, eram irreconciliáveis até meados do século XVIII. O termo República nasceu durante a Antiguidade Clássica, com os estudos de Aristóteles. Para o filósofo grego, *das boas formas boas* (república, aristocracia e monarquia), somente a *politéia* (República) era a única que permitiria a criação do governo da moderação, pois deveria ser exercido pelos poucos ricos, pelos pobres e pelos setores sociais posicionados no “meio”, constituindo assim um governo pautado no equilíbrio (*in media virtus*). Já a democracia era entendida por Aristóteles como uma forma degenerada de governo, assim como a oligarquia e a tirania, qualificação pejorativa que perduraria por séculos na tradição política ocidental.

Ainda segundo Florenzano, já na Idade Média, essa concepção dúbia de constituição política de Estado e de governo misto fez com que o termo “república” fosse usado em diferentes casos e contextos, inclusive na defesa do absolutismo monárquico.

Na Idade Moderna, com os estudos de Maquiavel, surge o Republicanismo clássico ou humanismo cívico, onde o homem realiza sua humanidade na e pela política, e não mais na e pela religião. Com isso, o conceito de República passou a ser mais abrangente, já que “todos os Estados, todos os domínios que tem havido e que há sobre homens, foram e são repúblicas ou principados” (MAQUIAVEL, 1999: 37).

Já no século XVII, com a experiência republicana inglesa de 1649-1660, o adjetivo “republicano” tornou-se sinônimo de rebelde, amotinado, sedicioso, aquele que tem sentimentos opostos ao governo monárquico. Com as revoluções norte-americana (1776) e a francesa (1792), o adjetivo “republicano” foi reabilitado e reinventado, já que essas revoluções tinham em comum o fato de terem chegado a

instaurar regimes desse tipo. Mas, mesmo com o aporte dessas duas experiências, a confusão da definição do adjetivo e sua variedade de sentidos permaneceu.

No século XVIII, Jean-Jacques Rousseau lançou uma nova definição para o conceito. O termo *República* passou a ser entendido como todo Estado *dirigido por leis*, sob qualquer forma de administração. Dessa forma, para Rousseau, todo governo legítimo era republicano. Entretanto, o conceito de democracia continuou com sua carga pejorativa e negativa, pois, para o filósofo francês, ela era vista como uma meta utópica, antinatural, possível somente entre “um povo de deuses” (ROUSSEAU, 1968: 151).

Foi somente com as revoluções norte-americana (1776) e francesa (1779) que presenciamos a ocorrência da fusão conceitual dos três elementos (república, democracia e representatividade política), graças às reflexões de Thomas Paine presentes na obra *Os Direitos do Homem* (1791-92). Paine foi o precursor no uso do termo “república” como sinônimo de “bem público” (ou o “bem do todo”) e na identificação e associação da república com a democracia representativa. Além disso, afirmou que o sistema representativo se apresentava como a solução mais natural e viável para os problemas oriundos da democracia (a base do governo), pois abrangeria e aglomeraria todos os interesses em qualquer território e população, independente de suas respectivas extensões. Dessa forma, ao contrário de Rousseau, aceitava e defendia o sistema representativo, fundindo, no plano teórico, democracia e representação.

Por sua vez, o conceito de democracia só encontrou uma conceituação positiva em fevereiro de 1794, no discurso proferido por Robespierre na Convenção, e foi também nesse discurso que a democracia apareceu pela primeira vez identificada ao conceito de república. Segundo Robespierre, governo democrático e republicano deveriam ser entendidos como sinônimos. Dessa maneira, a democracia era um estado de onde o povo soberano, guiado por suas próprias leis, poderia por si só (ou pela ação de seus delegados) implementar a busca do bem comum, sempre guiados pela virtude, o maior dos princípios democráticos.

Assim, o republicanismo ideológico passou a apresentar características até então inéditas no pensamento político ocidental e o “espírito” democrático, alicerçado no sistema representativo, passou a ser entendido como a fonte soberana do poder do governo. Essa marca pode ser facilmente percebida ao longo da representação da História Romana presente nos compêndios, onde o caráter democrático da república romana extrapolou qualquer limite imposto pelo caráter aristocrático oligárquico próprio do período. O objetivo de tal perspectiva nos parece claro: o estabelecimento de uma “longevidade” desse regime de governo que, por meio de uma “tradição inventada”, corroboraria, com o peso e o brilho do legado clássico romano, as escolhas que deveriam ser tomadas no mundo político contemporâneo brasileiro. Daí a necessidade de aplicação dessa tríade conceitual, filha do Iluminismo do século XVIII, no passado republicano romano antigo.

A descrição do advento do sistema imperial romano de governo nos compêndios aqui estudados não compartilha dessa mesma conotação positiva que a república romana “democrática”, apresentando, inclusive, uma narrativa inversa à adotada na descrição de sua implantação: se, por um lado, a instauração da República foi resultado de um movimento popular, as “sementes” do Império romano foram plantadas durante a guerra civil que, por sua vez, tem sua origem ligada aos conflitos internos relacionados à questão da cidadania romana e às rivalidades e disputas vivenciadas pelos principais generais de Roma durante o término do século I a.C.:

“Estamos em 62 a.C.. O *cesarismo* enche todo o ultimo período da Republica – período em que a exploração do Estado em proveito próprio, não conseguido por Catilina, é realizado por três ilustres e ambiciosos aristocratas: Pompeu, César e Crasso, reunidos no Iº. triumvirato” (CORREIA/DUQUE-ESTRADA, 1920: 100).

“ (...) Primeiro triumvirato (60-44): Quase que a República romana não existia mais sinão no nome; pertencia ao general

mais ousado. Sylla fôra senhor absoluto em Roma; Pompeu parecia gozar de um poder soberano; César e Crasso formaram com elle uma aliança secreta com o fim de dominarem a republica (60-44)” (F.T.D., 1923: 96).

Essa descrição negativa dos momentos iniciais do Império ganha ainda mais força quando se trata dos atributos pessoais de Júlio César, entendido como o personagem central desse processo:

“Júlio César, da nobre família Júlia, cedo granjeou a *sympathia* do povo romano por sua eloquência, suas liberalidades e suas maneiras encantadoras; era, porém, ímpio, devasso e devorado pela ambição; aspirava a ser o único senhor de Roma e, para isso, precisava da glória das armas; então resolveu conquistar as Gállias (...)”(F.T.D., 1923: 96).

“O Imperio havia realmente começado quinze annos antes. César era já, de facto, um soberano: tendo recebido do Senado o titulo de imperator (commandante em chefe das forças de terra e mar), passou a vestir, em vez da toga dos consules, a de purpura dos antigos reis; presidia o Senado num throno de ouro, e coroado; o calendário celebrava as datas de sua vida; (...) mandou levantar a sua ao lado das sete estátuas dos antigos reis de Roma, erguidas no Capitólio; sua effigie appareceu, por fim, nas moedas” (CORREIA/DUQUE-ESTRADA, 1920: 101-102).

Dessa maneira, podemos constatar que César, além de possuir nessas descrições características de personalidade opostas aos principais valores cultivados pela civilização romana desde os primórdios de sua fundação

(austeridade, patriotismo e firmeza de caráter), também é representado como aquele que reintroduziu na política romana os caracteres e padrões próprios do antigo período monárquico, padrões estes veementemente demarcados nos compêndios como contrários às conquistas “populares” e “democráticas” vivenciadas durante o período republicano. Percebemos aqui também a associação dessa “usurpação” do poder descrita no final da República com as figuras dos antigos monarcas etruscos, formando-se, assim, uma equiparação conotativa dos dois períodos salientados.

3.5. O FIM DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ROMANA E O ADVENTO DO IMPÉRIO

Todavia, segundo os compêndios, como esse quadro de instabilidade política e de guerra civil surgiu dentro das instituições republicanas romanas? Quais foram as razões que promoveram a depreciação dos valores políticos e morais republicanos e o surgimento do sistema imperial em Roma?

Esta resposta pode ser facilmente encontrada nos trechos das representações dos compêndios que se dedicam à forma como as *conquistas territoriais* foram empreendidas pelos romanos. Em última instância, essas conquistas, iniciadas no princípio da época republicana, são interpretadas como uma das principais causas da derrocada do sistema republicano romano e, num contexto mais amplo, da própria “civilização” romana.

“A luta de Roma e Carthago é um facto de grande importância e graves conseqüências, porque paralizou a assimilação dos povos italianos, desorientando a política romana, cuja força e originalidade residia na idéia nacional.

Offuscada essa, a Republica teve que imitar o typo carthaginez. A oligarchia que d’ahi nasceu, dominando imperialmente as províncias, desorganizou a ordem social, acarretou a ruína do regimen republicano, a sua dissolução

num império, e o abortamento do plano tão admiravelmente iniciado” (CORREIA/DUQUE-ESTRADA, 1920: 93).

“(…) Decadência moral e política – Dora em diante, Roma era o árbitro do mundo. Mas tantas conquistas produziram tristes resultados; houve primeiro uma decadência moral. Roma era em demasia rica e poderosa. « Para vingar-se, o mundo nos deu seus vícios, » disse o poeta Juvenal. O Oriente trouxe a Roma seu luxo, sua molleza, suas supertições infames; a Grécia, sábia e corrupta, ensinou aos Romanos a impiedade e a depravação. Então, desapareceram para sempre os costumes antigos, rudes e austeros, as velhas crenças, o respeito da divindade e da religião” (F.T.D., 1923: 79).

Como visto nas citações, o *contato com os povos de fora da Península Itálica*, mesmo que por meio da força do avanço militar e da conquista territorial, trouxeram, segundo os compêndios aqui estudados, as “sementes” para a desagregação do sistema republicano de governo. Para Leôncio Correia e Duque-Estrada, a política imperialista romana fora das fronteiras itálicas era inclusive contrária aos próprios ditames republicanos, pois colidia, segundo os autores, com a ideia de que o Estado romano encontrava na Península Itálica suas “fronteiras naturais”. Segundo nossa interpretação, percebe-se aí o que compreendemos como uma notória comparação entre as fronteiras do Estado italiano contemporâneo e aquelas que foram conquistadas pelos romanos antigos, constituindo-se aí uma crítica evidente à política imperialista e à falta de respeito à soberania nacional empreendida por alguns países europeus no início do século XX, ações essas que, grosso modo, levaram o mundo à I Guerra Mundial (1914-1918).

“Ao período das guerras punicas segue-se o da submissão de todo oriente hellenico. É a conquista do mundo, o regimen das colônias, da expansão do Estado além dos limites naturaes ou das fronteiras geographicas.

A tradição da Republica era inimiga do imperialismo, mas, infelizmente, o plano de Scipião triumphou” (CORREIA/DUQUE-ESTRADA, 1920: 98).

Para os autores maristas, essas conquistas territoriais abriram as portas da sociedade romana para os vícios e para os malefícios presentes na cultura dos povos conquistados. Entretanto, a “decadência moral” romana observada nesse compêndio após essa fase de conquistas da República trouxe também consequências devastadoras para o campo político, consequências estas que desembocaram na instituição do sistema imperial de governo.

“Uma consequência immediata dessa decadência moral foi a decadência política. Em Roma, havia somente duas classes de homens; uns ricos em excesso, possuíam enormes latifúndios donde auferiam lucros fabulosos; outros, demasiado pobres, nada possuíam e viviam em completa ociosidade. A classe média cahíra quase toda nos campos de batalha.

Foi em vão que alguns romanos enérgicos lutaram contra essa decadência; entre elles destacam-se *Catão o Censor*, *Scipião Emiliano*, os *Gracchos*” (F.T.D., 1923: 93).

Mesmo admitindo que o governo de Augusto foi o melhor exemplo de administração que um *princeps* poderia oferecer às possessões territoriais romanas, os autores dos compêndios não deixaram de enfatizar que, mesmo com as mudanças e melhorias materiais vividas em todo o Império, ainda se faziam ali presentes os malefícios da “decadência moral e política” causadas pela expansão territorial da fase republicana:

“Mas esse brilhante verniz de luxo material ocultava o mais horrível estado moral: o absolutismo do imperador não raro se convertia em monstruosa tyrannia, a obediência do Senado e do povo transformava-se em abjecto servilismo; poucas pessoas eram livres e dominavam o resto da sociedade, como si esta fosse vil bando de animaes; a corrupção mais vergonhosa era geral; os caracteres tinham perdido qualquer energia ou pudor; em lugar da crença e da boa-fé, dos sentimentos de honra e humanidade, via-se o scepticismo, o orgulho, a molleza, a ambição, a venalidade.

(...) Além da ociosidade, os sangrentos espectaculos do amphitheatro, os bárbaros combates de gladiadores concorriam também para gangrenar ainda mais esta plebe corrupta e immoral.

A família ia se dissolvendo e o suicídio parecia o único consolo dos infelizes. A literatura, o theatro, a própria religião eram focos de hedionda immoralidade.

Nada de humano podia reavivar esta sociedade a apodrecer (...) (F.T.D., 1923: 109-110).

Por fim, essa “bipolarização” entre República e Império presente nos compêndios consolida suas bases de forma quase definitiva na descrição de certos personagens da vida pública romana imperial, seguindo, como não poderia deixar de ser, essa dualidade conotativa entre República e Império que norteou toda a representação da História romana exposta até agora.

Exemplo notório dessa conotação bipolar é o trato conferido à análise dos imperadores. São descritos, principalmente, segundo seu perfil psicológico e segundo suas principais realizações administrativas e militares.

No compêndio histórico F.T.D. os imperadores também são “julgados” conforme sua posição e ações em relação aos cristãos. Dessa forma, dos 24 imperadores citados nesse compêndio, somente 6 deles (Augusto, Vespasiano, Antonio Pio, Alexandre Severo, Constantino, Valentiano e Teodósio) foram merecedores de uma descrição “positiva” de seus reinados, sendo que, mesmo nesses poucos casos, são frequentes os apontamentos que demonstram falhas de caráter ou equívocos administrativos. Vejamos alguns exemplos das descrições destinadas a alguns imperadores:

“Tibério (14-37) – Hypocrita e cruel, Tibério começa a serie dos monstros coroados nascidos da corrupção romana [...]

Calígula (37-41) – Louco e furioso, eleva seu cavallo *Incitáto* ao consulado e morre assassinado.

Cláudio (41-54) – Fraco e ridículo, se deixa dominar por seus libertos [...]

Nero (54-68) – Hediondo monstro, tornou-se o mais cruel dos tyrannos [...]; ordena a 1ª perseguição contra os christãos e condena são Pedro e são Paulo ao martyrio.

[...] Domiciano (81-96) – Hediondo e louco monstro, governou bem a principio; derramou torrentes de sangue e ordenou a 2ª perseguição contra os christãos [...]

Marco Aurélio (161-180) – Apesar de philosopho, foi um cruel perseguidor de christãos [...]

Cômmodo (180-192) – Cruel e devasso, repetiu os horrores de Nero e Domiciano; comprou a paz aos bárbaros e morreu assassinado” (F.T.D., 1923: 115).

Leôncio Correa e Duque-Estrada também adotaram os mesmos parâmetros psicológicos e administrativos para a realização da descrição dos governos imperiais romanos. Mesmo não dando tanta ênfase à questão da perseguição aos cristãos, esses autores criaram uma descrição da época imperial muito semelhante ao compêndio dos Irmãos Maristas, apresentando a descrição do governo de 17 imperadores. Desses, 7 são classificados como “bons imperadores” (Augusto, Vespasiano, Tito, Trajano, Adriano, Antonio Pio e Marco Aurélio), sendo que os outros ou são descritos pela brevidade de seus governos ou por seus desvios de conduta:

“Tibério (14-37) – Filho de Lívia (terceira esposa de Augusto) foi hypocrita e cruel [...]

Calígula (37-41) – Filho de Germanico (sobrinho de Tibério) fez-se adorar como deus e nomeou cônsul o seu cavalo *Incitatus*. Desejava que o povo romano tivesse uma só cabeça, para decepa-la de um golpe.

[...] Cláudio (41-54) – Irmão de Germânico e tio de Calígula. Deixou-se governar pelas mulheres e por seus libertos *Pallas* e *Narciso* [...]

Cômodo (180-192) – Indigno filho de Marco Aurélio, tornou-se celebre pela devassidão e crueldade” (CORREIA/DUQUE-ESTRADA, 1920: 102 a 104).

Diante da apresentação desses trechos dos compêndios e da descrição das representações da História Romana que compõem os conteúdos dessas obras didáticas, poderemos agora verificar de que forma Marco Túlio Cícero, considerado o maior herói da república “democrática” romana, foi representado e qualificado nesse contexto. Para tanto, dedicaremos boa parcela do próximo capítulo para essa análise, apontando quais foram as bases para a formulação de sua representação e lançando a hipótese de que tal descrição estava apoiada em um determinado

postulado filosófico e político e, principalmente, nas informações de um dos seus mais famosos conjuntos de discursos, *As Catilinárias (In Catilinam)*. Ao final do próximo capítulo, apresentaremos também o quadro contextual que serviu de pano de fundo para o fim da Primeira República brasileira e para o advento da Revolução de 1930, capitaneada por Getúlio Vargas.

CAPÍTULO 4

MARCO TÚLIO CÍCERO: O “PAI DA PÁTRIA” E SUA REPRESENTAÇÃO NOS COMPÊNDIOS HISTÓRICOS.

4.1. CÍCERO SEGUNDO OS COMPÊNDIOS

Nas representações da História Romana Antiga até agora analisadas na presente tese, uma figura se sobrepõe à todas as outras nessas representações da república romana “democrática”, não só por suas ações voltadas para a defesa do sistema republicano de governo, mas também por sua importante produção intelectual que, em seu conjunto, acabou definindo boa parte do legado cultural e político de Roma: Marco Túlio Cícero. Cícero (*Marcus Tullius Cicero*, 106-43 a.C.) é representado nos compêndios como o grande ícone da época e das “virtudes” republicanas, sendo apresentado com uma exposição tão magnânima que sua figura chega até a eclipsar, em certos momentos, a pessoa e o legado do próprio Augusto dentro do conjunto dessas narrativas. Ao comentar sobre a cultura romana, os compêndios deixam transparecer essa tendência:

“O gênio romano culminou em Cícero, que é toda uma bibliotheca de obras primas: é a idade de ouro da literatura latina, impropriamente chamada de *século de Augusto*, porque começa verdadeiramente muito antes d'elle e é de preferência o século de Cícero e de César” (CORREIA/DUQUE-ESTRADA, 1920: 108).

Já em relação à sua participação na política no término do século I a.C., os dois compêndios são unânimes em declará-lo como o grande defensor das instituições republicanas e o maior inimigo daqueles que pretendiam usurpar o poder do Estado, sendo considerado como o *Pai da Pátria*, o grande herói republicano de Roma:

“[...] Conjuração de Catilina – Um jovem patricio, Catilina, devasso, sobrecarregado de dívidas, tentou então assenhorar-se do poder e saquear Roma. O mais eloquente orador romano, Cícero, cônsul naquele tempo, descobriu a conspiração atacou-a em pleno senado na celebre oração denominada *primeira catilinária* e reprimiu-a pela morte dos conjurados; por este serviço, recebeu do senado o titulo de Pae da Pátria (62) (F.T.D., 1923: 109-110).

“[...] Cícero é o maior dos oradores judiciários e, ao mesmo tempo, poeta, philosopho, jurisconsulto, epistolographo, cônsul, magistrado, administrador das províncias e salvador da Republica” (CORREIA/DUQUE-ESTRADA, 1920: 110).

Sua vida e prestigiada trajetória política só encontrariam fim diante da formação do Segundo Triunvirato, composto por Otavio, Lépido e Antônio, sendo este último responsável pelo mando de sua morte, justificada por sua manifesta oposição ao general:

“Esses triunviros não imitaram a clemência de César: fizeram listas de proscricção contra seus adversários. Antonio exigiu a cabeça de Cícero e estava na mesa quando recebeu este despojo sangrento; a cruel *Fulvia*, sua mulher, furou com uma agulha a língua eloquente que pronunciara as *Philíppicas* contra Antônio (F.T.D., 1923: 98).

4.2. A REPRESENTAÇÃO DO “PAI DA PÁTRIA” E SUAS INFLUÊNCIAS.

Como visto, os compêndios didáticos de História Universal do ensino secundário na Primeira República brasileira (1889-1930) apresentam uma infinidade de pontos e conceitos em comum. Essa marcante similaridade entre os conteúdos, seja na ordem de apresentação, seja na forma como esses mesmos conteúdos são apresentados, demonstra que, além das influências culturais e político-filosóficas apontadas até a agora, tais obras didáticas eram concebidas e elaboradas segundo certos critérios organizacionais, pedagógicos e programáticos que, via de regra, encontravam sua origem nas regulamentações criadas e utilizadas na principal instituição secundarista da época, o Colégio Pedro II, fundado em 1838 e localizado na cidade do Rio de Janeiro (VECHIA e LORENZ, 1998; 199-244).

Um dos pontos de similaridade que mais se destaca nos compêndios históricos é a maneira como Marco Túlio Cícero foi representado. Em todos os compêndios analisados foi encontrado o mesmo tipo de representação acerca do célebre orador romano. Evidente que existem certas diferenças entre essas representações, mas todas, sem exceção, norteiam a descrição de Cícero não só pelo conjunto de suas obras mas, principalmente, pelas suas ações em relação à defesa das instituições republicanas romanas. Por conta dessa destacada atuação política em favor da República, os compêndios didáticos secundaristas são unânimes em representá-lo como o “Pai da Pátria”, o maior herói republicano que a sociedade de sua época conheceu. Tal denominação aparece sempre associada ao papel decisivo desempenhado por Cícero no combate à conjuração liderada por Catilina no ano de 63 a.C.. e às *Catilinárias (in Catilinam)*, discursos proferidos pelo então cônsul Cícero ao Senado romano e que tratam exatamente dos detalhes dessa malfadada tentativa de golpe contra o Senado e a República romana.

Podemos destacar três características comuns e principais nessas representações dos compêndios que elegeram Cícero como o “Pai da Pátria” na República Romana. A primeira delas é o *enaltecimento das características morais* de Cícero; a segunda característica é a *constante citação do patriotismo ciceroniano nos ameaçados quadros republicanos* e, por fim, *seu incondicional respeito às leis e à ordem política em Roma*.

Uma das mais interessantes descrições sobre “Pai da Pátria” e de sua decisiva atuação política no desmonte da conjuração de Catilina está presente no

compêndio *História Universal*, da Editora F.T.D., publicado em 1919. Nessa obra, encontramos uma das mais detalhadas (e longas) descrições sobre as ações de Cícero nesse caso, cuja força e clareza expositiva destacam de forma única as três características principais encontradas nas representações ciceronianas dos compêndios históricos secundaristas brasileiros.

“[...] Conspiração de Catilina [...] – No Oriente, Pompeu dilatava os limites da República e cimentava a paz no exterior; mas no interior, Roma estava exposta às depredações de uma corja de salteadores, cujo número ia avultando de dia para dia. O luxo sem freio, o amor aos prazeres, os distúrbios políticos, os presentes de Sylla a seus soldados, tinham congregado em Roma todos os homens deshonrados da Itália. Eram fascínoras das guerras civis, negociantes fallidos, jovens patrícios individados ou atolados no lodaçal do crime, que tinham vindo a Roma para arranjar fortuna a custo das proscricções ou de algum cargo público. Esse bando de malandros sem eira nem beira, se agrupou em redor de um caudilho audacioso, prompto para todos os transtornos políticos. De origem nobre, destemido, inteligente e ambicioso, mas profundamente corrupto, Catilina tinha ousadia para qualquer empreza. Duas vezes repellido do consulado, apresentou-se terceira vez com algumas probabilidades de êxito. Apavorados, os patrícios e os homens ordeiros de todos os partidos uniram-se em volta de um homem novo, já illustre por sua eloquência.

Nativo de Arpino, pátria de Mário, Cícero descendia de uma família de cavalleiros. Dotado de insigne talento oratório, salientou-se primeiro por suas Verrinas, dirigidas contra Verres, pretor da Sicília, de quem verberava as odiosas exacções. Honesto, recto e leal em meio da corrupção universal, Cícero tinha um patriotismo ardente a par de sua eloquência maravilhosa. Candidato dos homens probos e pacíficos,

venceu Catilina. Este, derrotado pelos meios legais, ficou extremamente sentido, e, no seu despeito profundo, resolveu empregar os meios violentos. De combinação com um milheiro de malvados descarados, capazes de todos os crimes, Catilina organiza uma conspiração para assassinar Cícero e, a favor da desordem e da balburdia, apoderar-se do governo. Trahido pelos deputados gaulezes que procurava alheiar Catilina viu suas intrigas sorradeiras burladas pela vigilância do energico consul. Foi então que Cícero pronunciou contra o conspirador aquellos discursos famosos chamados Catilinárias. Vendo-se desmascarado, Catilina deixou Roma e foi ter com suas tropas na Etruria; o consul Antonio o venceu e matou em Pistoia.

Intimado pelos tribunos a prestar juramento que nunca fizera cousa alguma contra as leis, Cícero pode esclamar com legítimo orgulho: [Sim, eu juro, salvei a republica].

O senado lhe votou o glorioso apelido de Pae da Pátria. Mas o partido da gente honrada que Cícero procurara agremiar, não havia de conservar o poder por muito tempo. O partido popular, guiado por um jovem ambicioso, Júlio César, em breve reassumiria o governo (F.T.D., 1919: 271-272).

Como observado, Cícero, um *homo novus* (pertencente à ordem equestre, ou seja, a dos cavaleiros) detentor de uma rara idoneidade e inteligência, aparece no contexto político romano do final do século I a.C. como um dos últimos defensores da República, sempre associado aos “homens probos e pacíficos” e aos mais reluzentes elementos morais e políticos daquela sociedade, como o ardente patriotismo, a honestidade, a retidão de carácter e o respeito às leis, mesmo em tão conturbado momento de desagregação política.

Esse era, pois, O “Pai da Pátria”. O que é interessante notar é que nenhuma das representações cicerianas que foram analisadas nos citados compêndios associa ou liga sua atuação política, bem como seus trabalhos e estudos, ao grupo

ao qual ele passou a pertencer e a representar politicamente, grupo social que, até aquele momento, ainda controlava as instituições republicanas e cujo polo de poder encontrava-se no Senado romano: os *optimates*, ou seja, a ordem senatorial aristocrática.

Tal “lacuna” não pode ser vista ou entendida como uma simples “falha” de interpretação dos autores desses compêndios. Na realidade, essa “ausência” associativa entre Cícero e o grupo aristocrático fazia parte de uma complexa estratégia representativa geral, norteadas pelas influências político-filosóficas republicanas e democráticas contemporâneas aos compêndios, e que tinha como um de seus objetivos centrais a obliteração do caráter aristocrático do passado republicano romano. Dessa forma, um dos objetivos do presente capítulo é evidenciar quais elementos foram utilizados pelos autores dos compêndios para corroborar a definição de Cícero como o “Pai da Pátria” e seu enaltecimento como um dos principais defensores da República “democrática” romana. Nossa hipótese sobre essa temática defende a ideia de que os próprios discursos políticos de Cícero serviram como uma das bases para a formulação dessa representação ciceroniana nos compêndios, além da adesão a um certo postulado nacionalista oriunda da cultura política francesa. Para tanto, faremos uma breve exposição e análise dos discursos que compõem *As Catilinárias*, para então destacar os trechos que serviram de base para a construção dessa representação ciceroniana e a influência de um certo tipo de nacionalismo que permeou toda essa instrumentalização da imagem e trajetória de Marco Túlio Cícero.

Para tratar das particularidades desses discursos, bem como de algumas informações que compõem o contexto que serviu de pano de fundo para elaboração da conjuração, utilizamos a *In Catilinam (Bks.I-IV)*, da *Loeb Classical Library* (nº. 324), de 1976 e a tradução portuguesa de *As Catilinárias*, realizada e comentada por Sebastião Tavares de Pinho, publicada pela Edições 70 em 1990.

4.3. CONJURAÇÃO DE CATILINA

Catilina, em 63 a.C., após três tentativas consecutivas frustradas de conquistar o Consulado, reuniu em torno de si um grupo de nobres e militares com o

objetivo de formar um exército, eliminar certos membros da aristocracia romana, deflagrar um golpe de Estado contra o Senado e tomar o controle do poder da República romana. Nesse período, a política em Roma orbitava em torno de dois polos ou partidos principais: de um lado, estavam os *Optimates*, ou os Conservadores, representantes e membros do grupo aristocrático detentor de enormes fortunas assentadas na riqueza fundiária e que dominavam os assentos do Senado. Este primeiro grupo contava com o poder e o apoio de Pompeu. Do outro lado, estava o *Partido Popular*, formado pelos representantes das demais forças sociais e que eram chefiados pelos generais Júlio César e Crasso. Catilina pertencia a este segundo grupo. Ex-lugar-tenente de Sila, conseguiu conquistar diversos cargos que formavam o *cursus honorum*: foi questor em 76 a.C., pretor em 68 a.C. e, em 67 a.C., foi nomeado governador da província da África. Após conseguir acumular recursos, pretendia lançar sua candidatura ao consulado no ano de 66 a.C.. Entretanto, por conta de uma acusação de extorsão feita por representantes africanos da província ao Senado em Roma, Catilina teve sua candidatura ao consulado suspensa. Era a primeira tentativa de eleger-se que se frustrava.

Mesmo com o impedimento imposto a Catilina, o Partido Popular havia conseguido, nessas mesmas eleições consulares de 66 a.C., a indicação de dois de seus representantes, Públio Cornélio Sila e Públio Autrônio Preto. Mas, por conta de serem acusados de utilizarem processos eleitorais ilícitos, foram impedidos de assumir os cargos, sendo substituídos por dois partidários dos *Optimates*. Tal fato constituiu mais um duro golpe às pretensões políticas dos membros do Partido Popular, que então organizaram uma conspiração onde estava prevista a morte dos dois cônsules indicados, Lúcio Mânlio Torquato e Lúcio Aurélio Cota, no dia em que tomassem posse dos cargos (1º de Janeiro de 65 a.C.), além de outras medidas que objetivavam a criação de uma frente de oposição a Pompeu, como a indicação de Crasso ao cargo de ditador (que ficaria em Roma), a escolha de Júlio César como chefe da cavalaria (que deveria se dirigir para o Egito) e o apoio à candidatura de Catilina nas eleições consulares de 65 a.C.. Entretanto, os planos foram descobertos, e a tentativa de golpe não se realizou. Essa seria a primeira conjuração de Catilina. Mas acreditamos que, por causa de seu papel secundário nesse evento, tal afirmação é exagerada, já que a organização da conjuração estava diretamente associada aos seus principais líderes, Crasso e César.

Mesmo diante de tal fracasso, Catilina, após se desvencilhar das acusações de corrupção na província africana, lançou mais uma vez sua candidatura nas eleições consulares de 64 a.C., com mais seis candidatos, sendo Marco Túlio Cícero um dos seus principais adversários. Mesmo sendo um *homo novus* de origem equestre (da ordem dos cavaleiros), sem nenhuma tradição consular em sua família, mas consciente de suas desvantagens em relação aos outros candidatos, Cícero resolveu aliar-se a Marco Antônio contra a ferrenha campanha política de Catilina, que tinha como principais metas a exposição da ganância dos aristocratas e generais republicanos (os maiores proprietários de terras de Roma), a anulação das dívidas e a redistribuição de terras, questões extremamente conflituosas na política romana desde a época dos Gracos.

Segundo Rostovtzeff (1961:127), diante de tais propostas, os grandes proprietários, senadores e cavaleiros uniram-se contra Catilina e elegeram Cícero como principal representante de sua coalizão. O resultado das eleições de julho de 64 a.C. concedeu a vitória à Cícero e determinou como segundo colocado Lúcio Antônio Híbrida. Catilina, mais uma vez, sofrera outra grande derrota.

Cícero, agora cônsul, mesmo propondo inicialmente uma política de coexistência pacífica com seus adversários, empreendeu uma forte oposição ao Partido Popular e, ao se aproximarem as eleições consulares de 63 a.C., Catilina reiniciou sua campanha eleitoral destacada radicalidade, proferindo ameaças incendiárias contra a aristocracia, fato que trouxe grande preocupação ao círculo formado pela ordem aristocrática senatorial. Mas, tal radicalismo não surtiu o efeito esperado, já que Catilina também não conseguiu eleger-se nessas eleições. E então, diante de mais uma fragorosa derrota, decidiu iniciar sua conjuração (ROSTOVTZEFF, 1961: 124-126).

Um dos primeiros passos desse plano de conspiração era a reunião de um conjunto de tropas para a posterior execução do golpe. Cícero, alertado por Fúlvia, uma amante de um dos conjurados, Quinto Cúrio, reuniu o Senado em 23 de setembro para alertar os senadores do perigo que corriam, sem grande efeito. Os chefes do Partido Popular, receosos de que as ações de Catilina provocassem a intervenção de Pompeu (que se encontrava naquele momento em uma campanha no Oriente), retiraram seu apoio a Catilina, eximindo assim qualquer

responsabilidade de sua parte na conspiração. Além disso, Crasso, entre os dias 20 e 21 de setembro de 63 a.C., entregou a Cícero um conjunto de cartas anônimas, uma endereçada ao próprio general e as outras para vários de seus amigos, alertando-os que deixassem Roma para evitar o massacre que estava por vir.

Cícero, de posse dessas cartas, reuniu novamente o Senado em caráter emergencial e expôs os documentos aos senadores. Outras informações da conjuração foram confirmadas nessa assembleia, como os planos de incendiar parte de Roma no dia 27 e de massacrar a aristocracia no dia 28. Diante de tal ameaça, o Senado concedeu ao cônsul Cícero os plenos poderes do *senatus consultum ultimum* para resolver a situação. O *senatus consultum ultimum* era um decreto do Senado que concedia ao magistrado plenos poderes militares e judiciários para a resolução de uma crise, o que possibilitava ao cônsul recrutar o exército, declarar guerra e manter a ordem, por todos os meios, entre os aliados e os cidadãos. Lúcio Opímio foi o primeiro cônsul a ser investido dos poderes extraordinários de um *senatus consultum ultimum*, em 121 a.C., para reprimir a revolta liderada por Caio Graco e iniciada por seu irmão, Tibério. De posse de tal autoridade, Cícero mobilizou dois pequenos exércitos que foram enviados para combater os conjurados, e em Roma foi organizada uma defesa de voluntários.

Mesmo alegando inocência diante das provas recolhidas, e apresentando-se diante de várias personalidades – incluindo Cícero – para que o tomassem sob custódia, Catilina se reuniu com seus correligionários com o objetivo de ir à Etrúria assumir o comando das tropas revoltosas. De 6 para 7 de novembro, os conjurados resolveram assassinar Cícero que, novamente avisado por Fúlvia, escapou do atentado. O cônsul, então, convocou o Senado mais uma vez no dia seguinte, agora no Templo de Júpiter Estátor, e por intermédio das Catilinárias, desmascarou toda a conjuração, diante do próprio Catilina, presente na ocasião.

4.4. A ORATÓRIA, AS CATILINÁRIAS E A REPRESENTAÇÃO DO “PAI DA PÁTRIA”

Segundo George Kennedy (1994), o surgimento e o desenvolvimento do gênero oratório na Antiguidade podem ser definidos como o processo da legitimação

do poder político da palavra. Nesta perspectiva, palavra e poder eram considerados elementos decisivos e indissociáveis dos espaços cívicos que comportavam a prática política de certos períodos da História Política Antiga. Dessa maneira, Cícero, que baseava seus argumentos persuasivos em estudos e trabalhos oriundos do universo retórico-filosófico grego (CARVALHO, 2010: 27), em especial aqueles ligados ao estoicismo e ao neo-platonismo (STRIKER, 1995: 53-61), é considerado como aquele que inaugurou e consolidou, durante o século I a.C., esse gênero literário em Roma. Entretanto, sempre conciliou sua formação filosófica socrática (pois era leitor e estudioso dedicado dos textos de Aristóteles e Platão) com seu pragmatismo político (NICGORSK, 1984). Por meio de seus discursos e tratados, Cícero combateu os perigos que ameaçavam a República (a corrupção, as ameaças de revolução, guerras civis, etc.) e, para tanto, elencou uma série de valores políticos e morais que frequentemente são mencionados em seus trabalhos. Entre os valores gerais mais destacados, podemos citar o respeito e a veneração aos antepassados, o cumprimento das leis e tradições e a exaltação do ideal político republicano.

Segundo Zélia de Almeida Cardoso (2003: 150-157), para Cícero, o discurso não deveria apenas dizer alguma coisa de forma eloquente, mas também deveria ensinar, agradar e convencer. Vários foram os recursos utilizados pelo orador para alcançar tais objetivos: frases interrogativas, frases exclamativas, repetições anafóricas, preterições e elementos ornamentais em profusão. Tal era a riqueza de suas composições que, para muitos estudiosos, a vida literária de Cícero (entre os anos 81 e 43 a.C.) delimita o que seria o primeiro período clássico da literatura latina, a chamada “época de Cícero” (CARDOSO, 2003: 152).

Expostas tais considerações preliminares, podemos agora elencar os trechos das *Catilinárias* que corroboraram a construção da representação ciceroniana dos compêndios históricos do ensino secundário apontada no início desse capítulo, bem como os elementos que ajudaram a edificar a imagem do “Pai da Pátria” nessas obras didáticas que foram utilizadas nas redes de ensino pública e privada no Brasil da Primeira República. Vale lembrar que as representações ciceronianas estavam apoiadas em três elementos básicos, a seguir: *o enaltecimento das características morais de Cícero, a constante citação do patriotismo ciceriano nos ameaçados*

quadros republicanos e seu incondicional respeito às leis e à ordem política em Roma. Dessa forma, podemos então lançar nossas atenções sobre o conteúdo das *Catilinárias*.

O incondicional respeito às leis e à ordem política em Roma.

No primeiro discurso (a Primeira Catilinária), Cícero descreveu o então estado de perigo que pairava sobre o Senado e sobre a própria República romana, consequência das ações insurgentes de Catilina e de seu grupo. Como citado anteriormente, os planos da conjuração haviam chegado ao Senado por intermédio de Cícero em 21 de outubro de 63 a.C.. Cícero afirma frequentemente no discurso que as ações de Catilina, bem como seus planos, já eram do conhecimento do Senado desde o início da conspiração. Para o cônsul, havia entre os próprios membros do Senado pessoas que compartilhavam desses planos e que, como Catilina, deveriam ser exemplarmente punidos. Ainda segundo o célebre orador romano, os planos de Catilina determinavam um ataque ao Senado que deveria ser iniciado com uma série de levantes em várias partes da Itália. Ao mesmo tempo, 12 bairros de Roma deveriam ser incendiados. Para que o plano desse certo, primeiro Cícero deveria ser eliminado. Seu assassinato, entretanto, não se realizou. Mesmo diante de tal ameaça, Cícero declarou repetidas vezes que a eliminação de Catilina não era de sua vontade pessoal. Porém, caso isso acontecesse, ele teria certeza que nenhum cidadão romano se levantaria contra sua decisão, afirmando que tal fato ainda não havia ocorrido por não ter percebido ainda esse desejo unânime entre os cidadãos romanos que acompanhavam o caso.

A constante recorrência por parte de Cícero em relação ao fato de que ele, cônsul eleito, não queria a morte do líder da conjuração aparece, ao nosso entender, como um dos principais pilares oferecidos pelas *Catilinárias* às representações ciceronianas dos compêndios históricos, especialmente no se refere ao cumprimento das leis, à retidão de caráter e à própria imagem de Cícero como o “guardião” da pátria.

Entretanto, e mesmo sabendo dos planos de seu assassinato, Cícero, nesse seu primeiro discurso, reafirma sua intenção de não eliminar Catilina. É importante

ressaltar que tal decisão (matar Catilina) não foi colocada em prática por misericórdia ou bondade, mas pelo fato de que sua saída da cidade traria mais benefícios à comunidade do que sua morte, já que sua expulsão seria acompanhada pela expulsão de seus conjurados. O exílio entre os romanos, na prática, significava a perda de todos os direitos políticos, religiosos e familiares. Além disso, os movimentos de Catilina após o degredo poderiam evidenciar mais ainda suas intenções criminosas de lesa-república, como afirma Cícero na seguinte passagem:

“Ora, eu penso que, se este der entrada nos acampamentos de Mânlio, que são o seu objetivo, não haverá ninguém tão ingênuo que não veja ter-se armado uma conjuração, ninguém tão descarado que não o confesse. Por outro lado, penso que, se for condenado à morte apenas Catilina aqui presente, este flagelo que afeta o Estado pode reprimir-se por um pouco, não suprimir-se para sempre. Mas, se ele se desterrar a si mesmo e levar os seus partidários consigo, e se recolher, de toda a parte, os demais naufragados da vida e os congregar no mesmo lugar, ficará extinta e debelada não apenas essa já tão avançada doença do Estado, mas até a raiz e o germe de todos os males” (*In Catilinam*, I, XII-31).

E recorrendo aos costumes e à tradição religiosa, Cícero encerra a Primeira Catilinária decretando:

“Com estes presságios, Catilina, e para a suprema salvação do Estado, para tua desgraça e ruína e para a perdição daqueles que a ti se ligaram por toda a espécie de crimes e parricídios, parte para essa guerra ímpia e nefanda. E tu, Júpiter, cujo culto foi estatuído por Rômulo pelos mesmos auspícios desta cidade, tu a quem com justiça chamamos o Sustentáculo desta urbe e deste império, há de relegar este assassino e os seus comparsas para longe do teu templo e dos restantes, das casas de Roma e das suas muralhas, da vida e dos haveres de toda a população; e àqueles que odeiam os homens de bem, aos inimigos da Pátria, aos salteadores da

Itália, unidos entre si por um pacto criminoso e uma aliança nefanda, a esses, vivos e mortos, há de puni-los com suplícios eternos” (*In Catilinam*, I, XIII, 33).

Diante da exposição de Cícero e da indignação dos senadores, Catilina abandonou a assembleia e, na mesma noite do dia da reunião, 8 de novembro, deixou a cidade de Roma.

O enaltecimento das características morais de Cícero

Já no segundo discurso (Segunda Catilinária), Cícero comenta a expulsão de Lúcio Catilina de Roma e discursa sobre as agruras que o insurgente terá que enfrentar diante do exílio. Entretanto, voltou a discutir as causas relacionadas ao exílio do líder da conjuração, e a recusa em relação à morte do acusado:

“Ao ver, porém, que, se eu o castigasse com a morte, como ele merecia, justamente num momento em que ainda nem sequer a todos vós se mostrava comprovada a realidade dos fatos, havia de suceder que eu, esmagado pelo ódio popular, não poderia perseguir os seus cúmplices, resolvi conduzir as coisas de tal maneira que, quando vísseis claramente o inimigo, claramente o pudésseis combater (...)” (*In Catilinam*, II, II-4).

Na sequência, Cícero descortina uma série de acusações contra Catilina, expondo seu caráter duvidoso e sua personalidade perniciososa:

“(…) Qual é o envenenador, o gladiador, o gatuno, o sícaro, o parricida, o falsificador de testamentos, o vigarista, o frequentador de tabernas, o dissipador, o adúltero, a mulher de má fama, o corruptor da juventude, o depravado, qual o homem

perverso que se pode encontrar na Itália inteira que não confesse ter vivido na maior intimidade de Catilina? Qual é o assassinio que nestes últimos anos se cometeu sem ele? Que atentado nefando contra o pudor se terá praticado senão por seu intermédio?” (*In Catilinam*, II, IV -7).

Para ressaltar as virtudes inerentes a si próprio e aos seus partidários, recurso oratório muito comum na época de Cícero, o orador descreve, em termos comparativos, as principais diferenças entre aqueles que querem proteger o Estado e aqueles que seguiram Catilina:

“(…) Do nosso lado, combate a moderação, do lado deles a insolência; daqui o pudor, de lá a loucura; por nós a honra, por eles a ignomínia; daqui a continência, de lá a sensualidade; em suma, estão em luta a justiça, a temperança, a fortaleza, a prudência e todas as virtudes, com a injustiça, a devassidão, a cobardia, a temeridade, e com todos os vícios; e por último estão em conflito a abundância com a miséria, a ordem com a subversão, a sensatez com a demência, enfim, a esperança com o desespero de tudo. Numa batalha, num combate desta natureza, ainda que neles viesse a faltar o ardor dos homens, os próprios deuses imortais não obrigariam por ventura tantos e tamanhos vícios a ficarem vencidos por estas tão excelentes virtudes?” (*In Catilinam*, II, XI-25).

Segundo nossa interpretação, este trecho compõe mais um dos pilares das representações ciceronianas dos compêndios secundaristas de História Universal, especialmente ao que se refere ao enaltecimento das qualidades morais do orador. É importante destacar que o uso do autoenaltecimento era muito comum

nesse gênero literário, e Cícero, ao longo dos discursos aqui analisados, utilizou exaustivamente tal recurso.

Na sequência do discurso, Cícero pede cautela e cuidado aos senadores, ao observar que os mesmos devem guardar suas casas e famílias, já que ele, cônsul, estava cuidando da segurança da cidade contra os conspiradores remanescentes que ainda perambulavam em Roma. E mais: Cícero afirma nessa altura do discurso que sua postura comedida e aparentemente condescendente não nortearia mais suas ações, decretando em tom de autovalorização:

“(…) De resto, não me posso esquecer doravante de que está em causa minha Pátria, de que eu sou o cônsul deste povo, de que ou devo viver com ele ou por ele morrer. Não há sentinela alguma às portas da cidade, não há nenhuma cilada pelo caminho; se eles querem sair, eu estou disposto a fechar os olhos; todo aquele, porém, que ousar mexer-se dentro de Roma, todo aquele a quem eu vier a surpreender nalgum acto ou mesmo em qualquer assomo ou tentativa contra a Pátria, ficará a saber que nesta cidade há cônsules vigilantes, há magistrados eminentes, há um Senado enérgico, há forças armadas, há uma prisão que os nossos antepassados conceberam para castigos dos crimes de flagrante impiedade”
(*In Catilinam*, II, XII-27).

E, ao encerrar a Segunda Catilinária, Cícero faz votos de que as ações então perpetradas contra os conspiradores sejam da máxima eficiência, sem deixar, contudo, de destacar sua participação singular no conjunto dos fatos. E é nesse ponto do discurso que Cícero destaca não só sua participação na resolução da Conjuração de Catilina mas, principalmente, a força do poder civil nesse quadro de grandes ameaças e perigos que cercavam a República romana:

“E tudo isso se há-de fazer de modo que os maiores resultados se atinjam com o mínimo de perturbação, os perigos supremos se evitem sem recorrer a nenhuma mobilização, e a guerra civil e doméstica mais sanguinária e de maiores proporções que a memória dos homens registra seja pacificada, tendo-me a mim, um homem vestido apenas com toga como único chefe e general (...)” (*In Catilinam*, II, XIII-28).

O patriotismo ciceriano

No terceiro discurso, Cícero descreve mais uma vez para os senadores a conjuração liderada por Catilina, que ameaçava tanto a República quanto a própria vida dos representantes do Senado. Soma a essas informações a emboscada que teria organizado contra alguns conspiradores, a fim de obter algumas cartas enviadas por Catilina a seus associados em Roma. De posse dos documentos, Cícero realizou então uma espécie de acareação com alguns dos suspeitos em uma sessão do Senado, onde ficou constatado o envolvimento de Públio Lêntulo e Lúcio Estatílio, cavaleiros romanos, e de Gaio Cornélio Cetego, senador membro da prestigiosa família *Cornelia*, um dos principais conspiradores e que ainda se encontrava em Roma. Após uma consulta junto ao Senado sobre quais medidas deveria tomar, o então cônsul relata que ficou decidido que os acusados seriam presos e colocados sob forte vigilância.

Por fim, cabe destacar que o patriotismo ciceroniano, uma das três qualidades mais ressaltadas nas representações do orador nos compêndios históricos didáticos da Primeira República brasileira, aparece cristalizado nas *Catilinárias* em diversos momentos dos discursos. Entretanto, consideramos dois trechos da obra fundamentais para a corroboração desse exemplar patriotismo. O primeiro é aquele em que Cícero, inspirado em Platão, nos mostra a Pátria personificada em sua fala, uma prosopopéia criada pelo orador romano e que permitiu Cícero confrontar Catilina utilizando como arma a própria “voz” da República romana:

“(…) Há vários anos já que nenhum crime se viu cometido senão por ti; nenhum escândalo, sem ti; só tu cometestes, sem castigo e com toda a liberdade, o assassinio de muitos cidadãos, a opressão e saque de nossos aliados; só tu te atrevestes não só a desprezar, mas até a subverter e a infringir as leis e os tribunais. Esses crimes de outrora, posto que não devessem ter sido suportados, eu os suportei como pude, mas agora, estar eu toda em sobressalto somente por causa de ti, ser Catilina objeto de medo ao mínimo ruído que surja, não se poder descobrir conjura alguma tramada contra mim em que não esteja implicada a tua intenção criminosa, não, isso é que não devo suportar. Por isso, vai-te daqui e afasta de mim este receio; se ele tem fundamento, para eu não andar oprimida; se é ilusório, para eu, enfim, deixar de uma vez esta vida de medo” (CÍCERO, I, VII-18).

Ainda em relação ao patriotismo ciceroniano das representações, outro trecho que consideramos como um dos pontos altos do discurso foi o informe proclamado por Cícero à sua platéia sobre a decretação do Senado de uma ação de graças (*supplicationes*) em nome dos deuses e em seu nome. Segundo o então cônsul, esse tipo de homenagem, uma das maiores honrarias concedidas a um cidadão romano, só teria sido oferecida até aquela data a certos generais como recompensa por serviços excepcionais prestados à Roma. Nessa passagem, todo o trabalho e o patriotismo de Cícero são exaltados de forma apoteótica pelo próprio orador. Para tanto, o então cônsul relata que a responsabilidade do sucesso da empreitada contra os conspiradores não foi só consequência de seus patrióticos atos como magistrado, mas também como um desdobramento da própria intervenção divina (em especial a de Júpiter) e da autoridade civil na resolução do caso. Segundo nossa interpretação, este trecho constitui o elemento de inspiração principal das *Catilinárias* que corroborou a criação e a utilização da alcunha “Pai da Pátria”, destacadamente citada nas representações ciceronianas dos compêndios históricos aqui analisados, como veremos a seguir:

“Ficou, além disso, decretada uma ação de graças aos deuses imortais pela sua singular proteção; será feita em meu nome, honra concedida pela primeira vez, desde a fundação desta cidade, a um homem revestido apenas de toga, como eu; e são estas próprias palavras do decreto: ‘Por ter livrado a cidade dos incêndios, os cidadãos da morte, a Itália da guerra’. E se compararmos essa ação de graças com as do passado, elas apresentam essa diferença: as anteriores foram concedidas por motivo de altos feitos prestados à Pátria, só esta se faz por ela ter sido salva. E procedeu-se à execução e cumprimento daquilo que antes de tudo se deveria fazer” (*In Catilinam*, III, VI-15).

Esses são, portanto, os trechos nos discursos presentes nas *Catilinárias* que consideramos diretamente atrelados à representação de Marco Túlio Cícero compartilhada pelos compêndios didáticos secundaristas da Primeira República no Brasil.

Além dos discursos que compõem As *Catilinárias*, nossa hipótese explicativa sobre essa representação “democrática” ciceroniana também está apoiada na ideia de que o nacionalismo político francês do final do século XVIII foi a outra grande influência que norteou a elaboração dessa representação na instrumentalização da História romana nos compêndios aqui analisados. Segundo Lúcia Lippi Oliveira, no livro *A Questão Nacional na Primeira República* (1990), tal matriz nacionalista surgiu especificamente das reflexões racionalistas de Jean-Jacques Rousseau. Segundo a autora, essa doutrina, que visava em última instância a constituição simbólica da nação, *privilegiava a ação do legislador e do homem de Estado como catalisador desse processo de integração de diferentes populações em uma comunidade política*. Filiado à tradição iluminista e liberal, esse nacionalismo surgiu como parte integrante de um movimento pela liberdade individual, com o objetivo de eliminar diferenças e privilégios de base aristocrática, o que implicava a adesão formal do indivíduo ao Estado, a existência e o respeito às leis e o direito à cidadania. A representação de Marco Túlio Cícero analisada nessa tese se encaixa nesses

moldes estabelecidos pelo nacionalismo político francês que, mesmo estando cronologicamente distante do período de publicação dos compêndios, estabelece estreita correspondência e relação com a representação ciceroniana estudada, ou seja, com a figura do legislador responsável pela regulação política da sociedade, cuja ação deveria estar subordinada à ética e à virtude para formação de cidadãos livres, submetidos às leis por eles criadas.

Assim, consideramos que esse conceito “democrático” embutido tanto na História Republicana Romana quanto na representação da figura de Marco Túlio Cícero pode ser entendido não só como uma simples adesão a certos postulados políticos e filosóficos vigentes em sua época de produção, mas também como uma projeção dos anseios dos autores dos compêndios sobre as características essenciais que deveriam ser efetivamente implantadas no regime de governo republicano inaugurado no Brasil em 1889: o princípio da soberania popular do poder, o respeito às leis e a expansão da prática eleitoral para a efetivação da representatividade política.

E para o fortalecimento dessa tendência democrática presente na estrutura narrativa encontrada nos compêndios o recurso utilizado foi aquele que envolveu e enalteceu a representação da figura de Marco Túlio Cícero. O destaque de sua figura nos textos que descrevem a República Romana nos mostra a trajetória de um homem extremamente comprometido com a integridade das instituições republicanas democráticas, cuja formação e ação política singular lhe conferiram o título de “Pai da Pátria”. Elevado ao papel de “herói” republicano, não só por sua atuação política exemplar, mas também por ser considerado um dos maiores autores clássicos do mundo antigo, sua representação constituiu uma das bases da descrição da “república democrática romana”, transformando sua trajetória política em exemplo virtuoso a ser seguido pelas futuras classes políticas brasileiras gestadas durante a nossa Primeira República.

Antes de lançarmos nossas considerações finais, apresentaremos a seguir as informações contextuais pertinentes aos últimos anos da Primeira República brasileira, destacando as razões e motivos que impossibilitaram a continuidade do governo oligárquico liberal, marca política do período, e a eclosão da Revolução de 1930.

4.5. O FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL E A REVOLUÇÃO DE 1930

Em 1926, ocorreu o fim do mandato de Arthur Bernardes e a vitória do candidato do Partido Republicano Paulista, Washington Luis. Apesar de ser natural de Macaé (RJ), Washington Luis era filiado ao PRP e exerceu a quase totalidade de sua vida política no estado de São Paulo. Seu governo, de início, parecia representar uma nova e diferente fase da Primeira República. No plano político, suas primeiras medidas geraram a impressão de que se iniciara um expressivo período de distensão política, já que, logo no início do seu mandato, várias medidas de cunho liberal tomadas pelo governo apontavam nesse sentido: foi extinto o Presídio da Ilha da Trindade (ES), foi decretada a libertação dos presos políticos e dos militares detidos sem processo e foi anunciada a não renovação do estado de sítio, decretada de forma recorrente durante o governo de Epitácio Pessoa. Além disso, em janeiro de 1927, foi homologada a legalidade do Partido Comunista Brasileiro (antigo Partido Comunista do Brasil) e, em fevereiro do mesmo ano, a Coluna Prestes negociou seu desarmamento em seu refúgio no território boliviano, encerrando o último foco de luta armada no país. Tais medidas foram acompanhadas pela formação de um gabinete cuja funcionalidade objetivava a hegemonia paulista no governo federal, que só foi possível graças à aliança firmada com o Rio Grande do Sul, por meio da nomeação do então deputado federal Getúlio Vargas para o Ministério da Fazenda, em detrimento dos anseios políticos das oligarquias mineiras encasteladas no PRM (FAUSTO, 2002: 178-183).

No plano econômico, Washington Luis conseguiu aprovar em dezembro de 1926 uma reforma monetária que instituiu o retorno do padrão-ouro, a criação de uma nova moeda (o cruzeiro) e um novo fundo de estabilização cambial chamado de *Caixa de Estabilização*, acompanhado da fixação da taxa de câmbio acima dos valores impostos pelo mercado, cujo objetivo era incrementar as exportações e favorecer a indústria nacional, acompanhada pelo melhoramento e expansão da malha rodoviária do país.

A implantação de tais medidas fez surgir um clima de expectativas positivas sobre o governo de Washington Luis em todo país. Entretanto, a maioria dos congressistas recusou a anistia oferecida aos opositores do governo e, com o crescimento da oposição, o governo começou a recuar em seu liberalismo já em

agosto de 1927: por meio da aprovação do Projeto Anibal Toledo foi criada a “*Lei Celerada*”, que instituiu o retorno da forte censura aos órgãos de imprensa do país, além de outras formas de cerceamento à liberdade de expressão e reunião. Com isso, o PCB voltou à ilegalidade e o clima de liberalidade, marcante nos meses iniciais do governo, acabou sendo diluído pelas novas medidas repressivas e antidemocráticas que, grosso modo, não constituíam medidas governativas inéditas, já que, como visto, formavam uma das principais tendências políticas do liberalismo oligárquico da Primeira República.

Dessa forma, a oposição ao governo de Washington Luis, que já era considerável nesse contexto, passou, já a partir dos primeiros meses do seu mandato, a ganhar novas características e configurações. Em São Paulo, o PRP não conseguia mais agregar a totalidade das reivindicações e posicionamentos políticos dos setores sociais a ele atrelados. Dessa forma, a partir de uma dissidência do PRP, surgiu o Partido Democrático (PD) em 1926, cuja plataforma ideológica se aproximava muito dos princípios tenentistas que ainda se articulavam dentro do Exército, já que seus jovens representantes partidários (cuja maioria era de profissionais liberais e de filhos de grandes fazendeiros e cafeicultores) também defendiam a instituição do voto secreto e obrigatório e a moralização da justiça e dos processos eleitorais. Suas propostas, num plano político geral, objetivavam a articulação das diversas forças oposicionistas espalhadas pelo país em torno de um partido nacional, meta que nunca foi alcançada na prática. De qualquer forma, independente dos sucessos e fracasso relacionados à trajetória do PD a partir de 1926, essa divisão partidária significou a quebra da hegemonia partidária do PRP em São Paulo e contribuiu de maneira decisiva para o enfraquecimento da presença da oligarquia cafeeira paulista no plano político nacional, além de favorecer a ascensão das reivindicações das forças políticas regionais contrárias à primazia do PRP no governo federal (FAUSTO, 1997: 401-426).

Além das dissidências no interior do núcleo político cafeeiro paulista, devemos levar em consideração nessa exposição o desenvolvimento do fortalecimento da presença gaúcha nesse quadro político, marcado principalmente pelo incremento da economia riograndense, em especial nos segmentos da produção agrícola e industrial, situação oposta vivenciada pelos mineiros na mesma

época (LOVE, 2004: 99-122). Tal incremento foi decisivo para o fortalecimento do poder de interferência política das oligarquias riograndenses na vida política nacional, marginalizadas até então do esquema que orientava a sucessão presidencial. Além das novas condições econômicas, a forte presença dessa “nova” força política gaúcha só foi possível graças aos esforços aliancistas de Getúlio Vargas (presidente do estado desde janeiro de 1928), que, por sua vez, acomodou as reivindicações da oposição gaúcha numa frente política coesa cuja unidade representava na prática um reflexo oposto da situação partidária vivenciada pela oligarquia paulista no mesmo período.

Com a proximidade das eleições presidenciais que ocorreriam em março de 1930, surgiu uma estrondosa cisão entre as elites de São Paulo e Minas Gerais que controlavam o governo federal, causada principalmente pelas discordâncias e atritos em torno da escolha dos nomes dos candidatos que deveriam concorrer no próximo pleito presidencial. Washington Luis apoiou o nome do paulista Júlio Prestes de Albuquerque (presidente de São Paulo desde 1927) para sua sucessão, fato que, além de promover a quebra da rotatividade entre paulistas e mineiros na ocupação da presidência da República, acabou levando parte da elite oligárquica mineira a uma aproximação com os políticos gaúchos. Tal aproximação dessas oposições, após um curto período de conversações, trouxe como resultado a formação, em meados de 1929, da *Aliança Liberal* e o lançamento das candidaturas de Getúlio Vargas para a Presidência e do paraibano João Pessoa à Vice-Presidência. Além do apoio dos gaúchos e de parte dos quadros elitistas de Minas Gerais, a coalizão contou também com o apoio do governo da Paraíba (representado por Pessoa na chapa oposicionista à presidência) e dos democratas paulistas dissidentes do PRP, além da simpatia de boa parte dos integrantes do movimento tenentista e dos vários segmentos oposicionistas de outros estados. O programa de governo da Aliança Liberal expressava em larga medida as aspirações das elites dominantes regionais, expresso nos princípios de desenvolvimento econômico geral do país e do fim das políticas de valorização econômica centradas quase que exclusivamente na produção do café. Além dessa clara oposição ao principal estandarte econômico do núcleo oligarca cafeeiro, a coalizão oposicionista também defendia algumas medidas de proteção aos trabalhadores, concentrando suas propostas na defesa da liberdade individual, na independência do Poder Judiciário, na decretação da anistia,

nas reformas administrativa e educacional e em medidas que efetivassem a problemática reformulação da justiça eleitoral.

De início, Vargas agiu com prudência, evitando romper definitivamente com o governo de Washington Luis, que, por sua vez, chegou a tentar convencer gaúchos e mineiros a desistirem do lançamento da chapa oposicionista, alegando que a maioria dos estados apoiava a candidatura de Júlio Prestes. Tal iniciativa, entretanto, não obteve resultados, já que a coalizão oposicionista lançou oficialmente, em 20 de setembro de 1929, as candidaturas de Vargas e Pessoa para o pleito de março do ano seguinte.

E, diante desse polarizado quadro político instaurado pela corrida presidencial, eclodiu em outubro de 1929 a quebra da Bolsa de Nova York. Em sua esteira, desenvolveu-se uma grave crise econômica internacional, que trouxe inúmeros problemas para a economia brasileira, em especial para os setores ligados à produção e à exportação do café, o que tornou ainda mais tensa a campanha eleitoral presidencial. A crise econômica acabou gerando expressivos desentendimentos entre Washington Luis e os grandes produtores de café, já que o primeiro manteve uma taxa fixa de câmbio para a moeda nacional, fato que determinou a violenta queda das receitas dos cafeicultores diante da derrubada internacional do preço do produto. A dispendiosa acumulação de gigantescos estoques de café e a recusa do governo em fornecer novos empréstimos ao setor diante da conseqüente retração do mercado internacional acabou levando muitos fazendeiros à falência, fazendo com que parte desses produtores promovesse, a partir de dezembro de 1929, uma forte oposição à política econômica de Washington Luis.

O resultado das eleições presidenciais de março de 1930 determinou a vitória do paulista Júlio Prestes, candidato indicado por Washington Luis, com cerca de 1 milhão de votos contra cerca de 800 mil dados à candidatura de Getúlio Vargas. Entretanto, o resultado foi contestado por parte da oposição ligada aos setores tenentistas no interior da Aliança Liberal, que acusavam o uso da fraude e da violência para a garantia da vitória do candidato situacionista. Diante de tal quadro, esse setor mais radical do bloco oposicionista passou a defender o início de um

movimento revolucionário, proposta cujos preparativos foram iniciados no final do mês de março do mesmo ano (MEIRELLES, 2005).

Além das retumbantes acusações de fraude e coerção eleitoral que partiam da Aliança Liberal, dois outros eventos iriam acabar por catalisar os ânimos contestatórios dos oposicionistas. O primeiro deles ocorreu em maio e junho de 1930, depois da negação da concessão dos diplomas aos deputados aliancistas mineiros e paraibanos pela Comissão Verificadora de Poderes do Congresso Nacional, em favor da aprovação dos diplomas dos candidatos situacionistas da Concentração Conservadora mineira e dos representantes paraibanos favoráveis ao governo. Esse fato, mesmo não sendo uma novidade na dinâmica política do liberalismo oligárquico da Primeira República, acabou abalando ainda mais a credibilidade institucional do regime. Já o segundo fato foi o assassinato do paraibano João Pessoa na cidade de Recife, candidato a vice-presidente da chapa de Vargas, no dia 26 de Julho. Embora tal ação estivesse ligada a problemas privados e aos conflitos inerentes à política paraibana, foi elaborada uma forte campanha que atribuiu ao governo federal a culpa pela morte de João Pessoa. Seu enterro foi realizado na capital federal pelos oposicionistas, mobilizando centenas de pessoas e promovendo o fortalecimento das tendências políticas e sociais que defendiam a eclosão do movimento revolucionário contra as oligarquias tradicionais. Militares ligados à corrente tenentista tomaram quartéis e manifestantes ligados à oposição ganharam as ruas do Rio de Janeiro incendiando os jornais que eram fiéis ao governo e exigindo a saída imediata de Washington Luis do governo.

A partir daí, o movimento revolucionário eclodiu efetivamente no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais a partir do dia 3 de outubro, contando com o apoio de parte da elite política mineira e de boa parcela dos estados do Nordeste, cujo centro de operações militares foi consolidado na Paraíba. O apoio do Exército foi fundamental para o início da revolução. O comando geral do movimento foi entregue ao tenente-coronel Góis Monteiro, alagoano que fez boa parte de sua carreira militar em solo gaúcho. Após tomarem o controle do sul do país, esses contingentes militares propiciaram a ida de Getúlio Vargas à capital federal, em um efetivo de três mil soldados (DRUMMOND, 1986). Em 3 novembro de 1930, após acertar os detalhes da deposição de Washington Luis, Getúlio Vargas assumiu a presidência

encerrando, assim, a Primeira República brasileira. Era o início do período que ficaria conhecido como a “Era Vargas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos agora traçar nossas considerações finais sobre as representações do passado romano presente nos compêndios didáticos históricos aqui analisados e de que forma essas representações estiveram alinhadas com a tentativa de consolidação de uma identidade nacional republicana no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Em primeiro lugar, vale destacar que toda a estrutura dos conteúdos da História Romana Antiga presente nos compêndios foi concebida e guiada pela ideia de que a civilização romana formava *o melhor exemplo de modelo político e jurídico que a Antiguidade Clássica poderia oferecer*, modelo este cuja importância era justificada pelo caráter do desenvolvimento das instituições políticas romanas e pela influência desse “legado” no mundo contemporâneo. Para os autores dos compêndios, buscar as leis que regularam esse desenvolvimento político era uma das principais metas do conhecimento histórico, fonte de exemplos e soluções para as questões vivenciadas pela humanidade no mundo moderno.

Em segundo lugar, percebemos que as fases da História Romana Antiga descritas nos compêndios apresentam em seu cerne um “sistema de contraposição” valorativo, ou seja, a adoção da ideia de que um determinado período da História Romana apresenta mais atributos positivos do que as outras. Nesse sentido, a época ou período republicano representa, nessa instrumentalização do passado, o ápice do desenvolvimento político e social romano, em detrimento dos períodos monárquico e imperial.

O fator valorativo criado para se estabelecer essa “supremacia republicana” foi o menosprezo do papel e influência dos magistrados e do Senado romano e a definição da formação e consolidação de uma “república democrática” durante a República Romana, processo caracterizado pelas conquistas de direitos civis por parte da plebe em detrimento do monopólio político dos patrícios. Por sua vez, essa conquista progressiva de direitos civis, segundo os autores dos compêndios, acabou quando os plebeus finalmente passaram a exercer o direito de eleger seus representantes políticos.

Dessa forma, podemos afirmar que o que define o forte caráter “democrático” da República Romana apresentado nos compêndios é o livre exercício do voto, definido essencialmente por um sistema de governo alicerçado na representatividade política popular.

Entendemos que essa “república democrática romana” elaborada e citada nos compêndios foi mais que um artifício literário ou um simples erro de interpretação das fontes e estudos disponíveis na época de confecção dessas obras didáticas. Evidente que devemos levar em consideração a formação dos autores dos compêndios, suas atividades profissionais e acadêmicas, bem como os autores e obras que serviram de base para a elaboração das representações. Mas, apoiados principalmente na força da influência da pedagógica francesa, na tríade conceitual República/Democracia/Representatividade e no nacionalismo político francês, nossa hipótese defende o princípio de que ocorreu aí uma clara instrumentalização do passado republicano romano, tendo como principal objetivo o fortalecimento das instituições democráticas brasileiras, dando base para a construção de uma nova identidade nacional alinhada com os ditames democráticos republicanos contemporâneos, tão pouco desenvolvidos durante a época do liberalismo oligárquico.

Sabemos que a tendência antidemocrática da Primeira República pode ser facilmente percebida nesse período da História do Brasil, principalmente quando são analisados os primeiros anos do novo regime, marcados principalmente pela instabilidade política. O Estado – e suas ferramentas de repressão – não atacava somente as manifestações públicas ou protestos que defendiam os princípios democráticos, mas também impunha severas limitações à cidadania, cristalizadas nas enormes restrições ao direito ao sufrágio, o que reduziu drasticamente o número de eleitores em todo território nacional: como citado, as eleições eram abertas e somente homens brasileiros maiores de 21 anos, alfabetizados e que não fossem soldados ou membros de ordens monásticas podiam exercer o direito ao voto. Sem exageros, mais de 98% da população brasileira estava, nesta época, oficialmente excluída dos processos eleitorais (CARVALHO, 1987). A maior parte dos eleitores que estavam aptos a participar desses processos eleitorais estava subordinada ao controle político dos coronéis, grandes latifundiários membros da Guarda Nacional

que formavam as fileiras das oligarquias estaduais e que submetiam o eleitorado local aos seus interesses políticos.

Assim, consideramos que esse conceito “democrático” embutido na História da Republicana Romana dos compêndios pode ser entendido como um elemento paradoxal nesse contexto, já que, enquanto postulado político presente em uma obra didática que circulava nas escolas secundaristas com o aval do Estado oligárquico, defendia a existência de um modelo democrático republicano romano na Antiguidade Clássica que deveria servir de exemplo para as classes políticas do Brasil do início do século XX. Tal contrariedade com a realidade política do país, entretanto, não subtrai dessas representações dos compêndios sua importância para a construção identitária republicana empreendida pelo Estado, que buscava nessas instrumentalizações do passado republicano romano sua ancestralidade e seus elementos institucionais mais importantes: o princípio da soberania popular do poder, o respeito às leis e a expansão da prática eleitoral para a efetivação da representatividade política.

Como consequência dessa hipertrofia valorativa da República Romana nos compêndios, podemos perceber que o período Imperial Romano foi demarcado como uma época de decadência e desagregação política, cuja centralização política acabou por condenar toda a civilização. Segundo os compêndios, essa degenerescência dos valores morais e políticos encontrava suas origens em vários fatores: as exageradas conquistas territoriais, a ambição de certos políticos e militares romanos e o aumento significativo das diferenças econômicas entre os principais grupos sociais no final da República, além da assimilação dos vícios e elementos perniciosos da cultura de outros povos.

Ao servir de contraponto para as “virtudes” republicanas, o período do Império Romano foi apresentado como uma época de absolutismo político, um período cronológico marcado pela supressão dos direitos civis e pelos desmandos de imperadores, cuja maioria foi descrita como “hedionda” e “cruel” pelos autores dos compêndios de História Universal. Com exceção do surgimento e desenvolvimento do cristianismo e da citação daqueles que foram partidários ou adeptos à essa religião, a História imperial não apresenta, grosso modo, nenhum modelo ou

exemplo para ser seguido pelos contemporâneos. Constituía, na verdade, o nêmesis do sistema republicano romano de governo.

E um dos pontos mais importantes dessa estrutura narrativa apontada nos compêndios é aquele que envolve a representação da figura de Marco Túlio Cícero. O destaque de sua figura nos textos que descrevem a República “democrática” romana nos mostra a trajetória de um homem extremamente comprometido com a integridade das instituições republicanas, cuja formação e ação política singular lhe conferiram o título de “Pai da Pátria”. Elevado ao papel de “herói” republicano, não só por sua atuação política exemplar, mas também por ser considerado como um dos maiores autores clássicos do mundo antigo, sua representação constituiu uma das bases da instrumentalização do passado republicano romano presente nos compêndios didáticos aqui abordados. Dela pode-se retirar o melhor exemplo de homem público que uma república democrática poderia ter: honesto, virtuoso, probo e, acima de tudo, indiferente a toda e qualquer ameaça quando o assunto é a defesa das instituições democráticas e republicanas.

Encerramos aqui nossas considerações finais, com a esperança de que a presente tese tenha contribuído, mesmo que de forma modesta, para os estudos referentes aos usos do passado antigo, em especial aqueles voltados para a História Republicana brasileira.

BIBLIOGRAFIA

Compêndios Didáticos

DURUY, Victor. **Compendio de História Universal** (ex-ministro da Instrução Pública da França e ex-professor de História no Lyceu Napoleão). Traduzido pelo cônego Francisco Bernardino de Souza (professor do Imperial Colégio Pedro II). Correcta e augmentada com um appendice e um resumo cronológico até 1898. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier Livreiro-Editor), 1900.

CORREA, Leoncio e ESTRADA, Joaquim Osório Duque. **Noções de História Universal** - *resumos das lições professadas na Escola Normal*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.

F.T.D.. **Elementos da História Universal**. Rio de Janeiro: Editora F.T.D., 1923.

F.T.D.. **História Universal**. Rio de Janeiro: Editora F.T.D., 1919.

SERRANO, Jonathas. **Epítome de História Universal**, com prefácio de Escragnoille Doria. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1954.

WEBER, M. **Compêndio de História Universal**. Tradução e prefácio de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Cunha e Irmão Editores, 1895.

Bibliografia

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a Economia Mundial (1929-1945). In.: PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira et al. **O Brasil Republicano**, Tomo III: economia e cultura (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.13. (História Geral da Civilização Brasileira).

ALFÖLDY, Géza. **A História Social de Roma**. Lisboa: Editora Presença, 1989.

BACKES, Ana Luiza. **Fundamentos da ordem republicana – repensando o Pacto Campos Sales**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Ano Vermelho**. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo, Expressão Popular, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARLOW, J. Jackson. The Education of Statesmen in Cicero's "De Republica". **Polity, Palgrave Macmillan Journals**, Vol. 19, No. 3, (Spring, 1987), pp. 353-374.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

BERNAL, Martin. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia. Tradução de Fábio Adriano Hering. In BERNAL, M. & OLIVIER, L.. **Repensando o Mundo Antigo - II**. Organização de Pedro Paulo A. Funari. Textos Didáticos: n. 49. IFCH/UNICAMP, p. 9-27, 2003.

BITTENCOURT, Circe. **Livro Didático e o saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BITTENCOURT, Circe. **Pátria, Civilização e Trabalho**. São Paulo: Editora Loyola, 1990.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Coleção Estudos).

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (org.). **Representações: contribuição para um debate transdisciplinar**. Campinas: Papyrus, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.. **A cidade-Estado antiga**. São Paulo: Editora Ática, 1993 (Série Princípios)

_____. Sociedade, crise política e discurso histórico-literário na Roma Antiga. In.: **Revista Phoênix** (Laboratório de História Antiga – UFRJ), Editora Sette Letras, número 4, 1998, p. 69-88.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In.: CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil Republicano**, Tomo III, v.1: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 15-50. (História Geral da Civilização Brasileira).

CARDOSO, Zélia de Almeida. **A Literatura Latina**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os Bestializados.** O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CARVALHO, Marta M. C. **A Escola e a República.** São Paulo: Brasiliense, 1989. (Col. Tudo é História).

CARVALHO, Margarida Maria de. **Paidéia e retórica no século IV d.C..** A construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno. São Paulo: Annablume, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação:** economia, sociedade e cultura – a sociedade em rede. 7ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Oscar de Oliveira. **Vultos da Paraíba.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

_____. **El mundo como representacion.** Bracelona: Gedisa, , 1996.

CHERVEL, A.. **A História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.** Teoria e Educação. Porto Alegre: 1990.

CICERO, Marcus Tullius. *De re publica (On the Republic), De Legibus (On the Laws)*. Translated by C.W. Keyes. London: William Heinemann LTD., Loeb Classical Library (nº. 213), 1961.

_____. *In Catilinam 1-4. Pro Murena. Pro Sulla. Pro Flacco (Bks. I-IV)*. Translated by C. MacDonald. London: William Heinemann LTD., Loeb Classical Library (nº. 324), 1976.

CORASSIN, Maria Luiza. **Sociedade e Política na Roma antiga**. São Paulo: Editora Atual, 2001.

COSTA, Ana Maria Catelli I. da. **A escola na República Velha**. São Paulo: Edec, 1983.

COSTA, Angela Marques da e SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

CRAWFORD, Michael. **La Republica Romana**. Versión castellana de Ana Goldar. Madrid: Taurus Ediciones, 1981.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

CURY, Carlos R.Jamil. **Ideologia e educação brasileira - católicos e liberais**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

_____. **Cidadania republicana e educação – governo provisório do Mal. Deodoro e congresso constituinte de 1890-1891**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DABDAB TRABULSI, J. A. . O imperialismo ateniense, Tucídides e a historiografia contemporânea. In.: **Ensaio de Literatura e Filologia**, Belo Horizonte, v. 5, p. 51-73, 1985.

_____. Permanências e releituras da antiguidade: o problema geral e o caso do Dionisismo. *Phoenix* (UFRJ), v. 10, p. 166-194, 2006.

_____. Liberdade, Igualdade e Fraternidade: a Revolução Francesa e o Mundo Clássico. *Phoenix* (UFRJ), Ano IV, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998, p. 205-255.

DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DURAND, José Carlos. **Arte, Privilégio e Distinção**. São Paulo: Editoras Perspectiva e da Universidade de São Paulo, 1989.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador** (Vol. I). São Paulo: Zahar, 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

FAUSTO, Boris e HOLANDA, Sérgio Buarque. **O Brasil Republicano – sociedade e instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora José Olympo, 2007.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. Historiografia e História. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. Expansão do Café e Política cafeeira. In.: CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil Republicano**, Tomo III, v.1: estrutura de poder e economia (1889-1930) (História Geral da Civilização Brasileira). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004, p. 193-248.

_____. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In.: PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. **O Brasil Republicano**. Tomo III: sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, p. 401-426.

FÁVERO, Osmar (org.) **A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas: Ed. Autores Associados, 1996.(Col. Memória da Educação).

FENELON, Dea Ribeiro (org). **50 textos da História do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1974.

FERNANDEZ, Raimundo Cuesta. **Clio em lãs aulas**. *La enseñanza de la Historia*

em Espana entre reformas, ilusiones y rutinas. Madri: Editora Akal, 1998.

_____. *Sociogenesis de uma disciplina escolar: La Historia*. Barcelona, Pomares-Corredor, 1997.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. *O tempo do liberalismo excludente* (Livro 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FERREIRA, Oliveiros S.. **Vida e morte do Partido Fardado**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

FERRO, Marc. **A Grande Guerra: 1914-1918**. Lisboa: Edições 70, 1993.

FINLEY, Moses I.. **Política no Mundo Antigo**. Lisboa, Edições 70, 1997.

FLORENZANO, Maria Beatriz B.. **O Mundo Antigo – economia e sociedade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

FLORENZANO, Modesto. República (na segunda metade do século XVIII – história) e republicanismo (na segunda metade do século XX – historiografia). In.: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda B. e GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.).

O Brasil Republicano (I): o tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.47-88.

FRANCO, Maria Laura. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Líber Livro, 2005.

FREIRE, Américo. **Uma capital para a República**. Poder federal e as forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

_____ e CASTRO, Celso. As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil. In.: GOMES, Ângela; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, CPDOC, 2002, p.30 a 64.

FUNARI, Pedro Paulo e SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira (orgs.). **Identidades, Discurso e Poder: estudos da Arqueologia contemporânea**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo A.. A importância de uma abordagem crítica da História Antiga nos livros escolares. Revista **História Hoje** (São Paulo), Londrina: v. 1, n. 4, p. 1-9, 2004.

_____. **Grécia e Roma**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

_____. **Política e Identidade no Mundo Antigo**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2009.

_____. A Guerra do Peloponeso e os Usos Modernos. In.: FUNARI, Pedro Paulo A. et al (orgs.). **História Militar no Mundo Antigo**. Volume I, São Paulo: Annablume, 2012, p. 113-124 (História e Arqueologia em Movimento).

GALLAGHER, Robert L.. Metaphor in Cicero's "De Re Publica". **The Classical Quarterly**, Cambridge University Press on behalf of The Classical Association New Series, Vol. 51, No. 2, (2001), pp. 509-519.

GALLEGO, Rita de Cássia. **Uso(s) do tempo : a organização das atividades de alunos e professores nas escolas primárias paulistas (1890-1929)**. São Paulo: 2003. Dissertação (Mestrado).

GARRAFFONI, Renata Senna. Guerras Púnicas. In.: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das Guerras**. São Paulo, Editora Contexto, 2006, p. 47-78.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construtores de Identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004.

GATTI JÚNIOR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados. Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

GEIGER, Joseph. Contemporary Politics in Cicero's De Republica. **Classical Philology**, The University of Chicago Press, Vol. 79, No. 1, (Jan., 1984), pp. 38-43.

GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: MG, Argvmentvm, 2009.

GRANDAZZI, Alexandre. **As origens de Roma**. Tradução de Cristiane Gradvohl Colas. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Imperialismo Greco-Romano**. São Paulo: Editora Ática, 1991.(Série Princípios).

H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Brasil Império**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da (Trad.) **A identidade cultural na pós modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

HINGLEY, Richard (org.). *Imagens of Rome. Perceptions of ancient Rome in Europe and the United States in the modern age*. **Jornal of Roman Archaeology**, Supplementary series number 44, 2001.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

_____. **Mundos do Trabalho: Novos Estudos Sobre a História Operária.** São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000.

_____. **Nações e Nacionalismo desde 1780.** São Paulo, Editora Paz e Terra, 2008.

ILKA, Stern Cohen. **Bombas sobre São Paulo.** A Revolução de 1924. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

JENKINS, Keith. **A História Repensada.** 3ª edição, São Paulo: Editora Contexto, 2005.

KENNEDY, G. A.. **A New History of Classical Rhetoric.** Princeton: Princeton University Press, 1994.

KOIFMAN, Fábio (org.). **Presidentes do Brasil.** Rio de Janeiro, Editora Rio, 2001.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** O município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LESSA, Renato. **A Invenção Republicana.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

LIBERATI, Ana Maria; BOURBON, Fábio. **A Roma Antiga.** Espanha: Ediciones Folio, 2005. (Coleção Grandes Civilizações do Passado)

LIMA, Alberto de Souza. **Arthur Bernardes Perante a História.** Belo Horizonte: Editora: I. H. G, 1983.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Perspectivas históricas da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989, 80 p. (Série Princípios; 51).

LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito da revolta e a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo, Annablume, 2000.

LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In.: CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil Republicano**, Tomo III, v.1: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004, p. 99-122. (História Geral da Civilização Brasileira).

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução, introdução e notas de Antonio D'Elia. São Paulo: Editora Cultrix, 1999.

MATOS, Júlia Silveira. Os intelectuais, a Aliança Liberal e as críticas ao personalismo: heranças da tradição do pensamento político brasileiro. **Biblos**, Rio Grande do Sul, v.23, n.2, 2009, p. 207-222.

MATTOS, Ilmar R. **O Tempo Saquarema**. *A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

MAYA, Maria Aparecida Vitta. **O Guarda-noturno da literatura brasileira**. Vida e obra de Joaquim Osório Duque-Estrada. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2009.

MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras**. Uma história da Coluna Prestes. Rio de Janeiro: Editora Record, 1995.

_____. **1930: Os órfãos da revolução**. Rio de Janeiro, Record, 2005.

MELANDRI, Pierre. **História dos Estados Unidos desde 1865**. Lisboa: Edições 70, 2000.

MONARCHA, Carlos (Org.) *Educação da infância brasileira: 1875-1983*. Campinas.: Autores Associados, 2001.

MORAES, Dislane Z.. **Socialização da força de trabalho: instrução e qualificação no Estado de São Paulo, 1873-1934**. São Paulo: FFL-CHUSP, 1990.

NADAI, Elza. O ensino de História e a "pedagogia do cidadão". In: PINSKY, Jaime. **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectivas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1993/1994.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo; EPU-MEC, 1976.

NICGORSKI, Walter. Cicero's Focus: From the Best Regime to the Model Statesman. **Political Theory**, Sage Publications, Inc., Vol. 19, No. 2, (May, 1991), pp. 230-251.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização do mundo do trabalho*. Entre a emancipação e a precarização. Campinas, Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Cecília Sales de. **A Astúcia Liberal**. São Paulo: Editora Edusf, 1999.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Vera Lúcio de. **Poesia, mito e história no Modernismo brasileiro**. São Paulo: Editora Unesp: Blumenau: SC:FURB, 2002.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. In.: GOMES, Ângela; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CPDOC, 2002, p.65-115.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. **A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

PINSKY, Jaime (org.). **O Ensino de História e a Criação do Fato**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

PIRES, Francisco Murari. **Modernidades Tucidideanas**. São Paulo: Edusp, 2007.

PORTO, Valter Costa. **O Voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo, Editora Unesp, 2003.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RENOUVIN, Pierre. **La Primera Guerra Mundial**. Barcelona: Oikos-tau Ediciones, 1972.

RESENDE, Maria Efiginênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano (I): o tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.89-120.

RESNIK, L.. **Tecendo o amanhã - a História do Brasil no Ensino secundário: programas e livros didáticos (1931-1945).** Dissertação de Mestrado. UFF, Rio de Janeiro: 1992.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 13^a ed., Petrópolis: Vozes, 1991.

ROSANVALON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. In.: **Revista História**, vol.15, 1996, p. 27 a 39.

ROSTOVTZEFF, Mikail. **História de Roma.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social; Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens.** Tradução de Rogério Fernandes, Maria José Marinho e Alberto Ferreira. Introduções, comentários e notas explicativas de J-L. Lecercle. Lisboa: Editora Portugália, 1968.

SAES, Décio. **Classe média e política na Primeira República (1889-1930).** Petrópolis: Vozes, 1975.

SANTOS, Samuel Martins dos. **Paradoxo da Primeira República no Brasil**. *Entre a ordem jurídica e a identidade nacional*. Curitiba: Juruá, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHMIDT, Peter L.. Cicero's Place in Roman Philosophy: A Study of His Prefaces. ***The Classical Journal***, The Classical Association of the Middle West and South, Inc., Vol. 74, No. 2, (Dec., 1978 - Jan., 1979), pp. 115-127.

SCHWARZSCHILD, Leopold. **O Mundo em Transe**. De Versalhes a Pearl Harbor. Tradução de Marques Rebelo. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1960.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e literatura na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz, FRANCO, Sebastião Pimentel (orgs.). **As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião**. Vitória: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.

SILVA, Glaydson José da . **História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antigüidade sob o Regime de Vichy (1940-1944)**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

SILVA, Hélio. **Epitácio Pessoa 11º Presidente do Brasil**. São Paulo: Editora Três, 1984.

SILVA, Lígia Osório. A crise política no quadriênio Bernardes: repercussões políticas do “Caso da Itabira Iron”. In.: LORENZO, Helena Carvalho de, e COSTA, Wilma

Peres da (orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

SIMAN, L.M.C., FONSECA, T.N.L.. **Inaugurando a história e construindo a nação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUSA, R.F. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP.1998.

STRIKER, Gisela. Cicero and Greek Philosophy. **Harvard Studies in Classical Philology**, Department of the Classics, Harvard University Vol. 97, Greece in Rome: Influence, Integration, Resistance, (1995), pp. 53-61.

TAYLOR, Lily Ross. The Corrector of the Codex of Cicero's De Republica . **The American Journal of Philology**, Vol. 82, No. 4, (Oct., 1961), pp. 337-345.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *O Positivismo no Brasil*. Petrópolis: RJ, 2ª ed., Vozes, 1957.

VALDEVARIM, Vera Teresa. **Estudando as lições das coisas**. Campinas; Ed. Associados, 2004.

VECHIA, Ariclê e CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora (orgs.). **A Escola Secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)**. São Paulo: Annablume, 2003.

VECHIA, Ariclê e LORENZ, Michael (orgs.). **Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira – 1850/1951**. Curitiba: Editora do Autor, 1998.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os Gregos, os Historiadores, a Democracia**. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VIOTTI DA COSTA, E. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**, 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

WHEELER, Marcus. Cicero's Political Ideal. **Greece & Rome**, Cambridge University Press on behalf of The Classical Association, Vol. 21, No. 62, (Jun., 1952), pp. 49-56.

ZENAIDE, Hélio Nóbrega. **Epitácio Pessoa**. São Paulo: Editora A União, 2000.